

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

ROSIANI BUENO DE OLIVEIRA DIAS

**Diferenças estruturais em sentenças com verbos do tipo *convencer* e suas
consequências no julgamento do sujeito nulo em PB**

Versão corrigida da Dissertação/Tese conforme resolução CoPGr 6018.

**SÃO PAULO
2023**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B928d Bueno Dias, Rosiani
Diferenças estruturais em sentenças com verbos do tipo convencer e suas consequências no julgamento do sujeito nulo em PB / Rosiani Bueno Dias; orientador Jairo Morais Nunes - São Paulo, 2023.
177 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Linguística. Área de concentração: Semiótica e Lingüística Geral.

1. Sujeito Nulo. 2. Verbo convencer. 3. Preposições de/a. 4. Núcleo Aplicativo. 5. Smuggling. I. Nunes, Jairo Morais, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Rosiani Bueno de Oliveira Dias****Data da defesa: 09/02/2023****Nome do Prof. (a) orientador (a): Jairo Morais Nunes**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 09/04/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

**Diferenças estruturais em sentenças com verbos do tipo *convencer* e suas
consequências no julgamento do sujeito nulo em PB**

Versão corrigida da Dissertação/Tese conforme resolução CoPGr 6018.

Rosiani Bueno de Oliveira Dias

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como um dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em linguística.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral

Orientador: Prof. Dr. Jairo Morais Nunes

Apoio: CAPES

SÃO PAULO

2022

AGRADECIMENTOS

Sempre li a seção de agradecimentos de teses e dissertações com a impressão de que não passava de uma formalidade e que o autor estava usando de modéstia ao expressar sua gratidão. Hoje entendo que realmente não é possível produzir uma linha que seja sem a ajuda de uma lista de pessoas que nos dê um suporte teórico, burocrático, emocional e espiritual.

A dissertação que está diante de vocês passou por mais de trinta versões – e mais de trinta versões de mim – e o que se segue é a lista de pessoas que estiveram comigo em cada passo desse longo caminho.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro. Agradeço ao meu orientador Jairo Nunes pela paciência, compreensão e ajuda incondicional durante todos esses anos: devo a ele todo o crédito desta dissertação. Agradeço aos maravilhosos membros do grupo de estudo em Minimalismo e Teoria da Gramática: Ezekiel Panitz, Florência Silva, Rafael Camacho, Renato Lacerda, e em especial à Cláudia Coelho e Janayna Carvalho, o carinho e admiração que tenho por vocês transcende a linguística.

Agradeço também Janayna Carvalho, Elaine Grolla e Maria Aparecida Torres-Morais por aceitarem fazer parte de minha banca de defesa. Receber dicas e comentários de pesquisadoras com esse nível de excelência foi de extrema importância para essa versão final de minha pesquisa. Ademais, a honra de ter tido uma banca 100% feminina certamente é resultado de anos de lutas de outras que vieram antes de nós e foi, para mim, uma inspiração para tentar manter esse legado de empoderamento das mulheres na ciência, assim como esta banca já vem mantendo de forma tão admirável.

Sou grata também pela honra e oportunidade de ter conhecido, ainda que apenas de forma remota, os irmãos Cláudio Marçola, Salvador Bueno, Hélio Bianco, Eliel Decamilis, Silvano Duarte, José Milton, Dr. Gerson Lima, Davi Trevisan e o saudoso

irmão Laércio Santin, cujos conselhos e Palavras de sabedoria e conforto me foram essenciais para sobreviver emocional e espiritualmente durante os momentos mais duros da pandemia.

Sou grata também a dois profissionais singulares que tive a sorte de conhecer: o otorrino Dr. Oswaldo Paris, pela oportunidade que me deu de poder viver sem dor; e o amigo e nutricionista Dr. Felipe Cruvinel, por me salvar e me devolver as forças de continuar.

Sou grata à família que tenho o privilégio de ter: meus pais Jair Bueno e Adeilda Teixeira, a quem devo tudo que sou e a quem sempre vou buscar orgulhar. Meus irmãos e maiores amigos: Ricardo, meu exemplo de paciência e fé; Rogério, meu exemplo de força de vontade e conduta; Rosângela, meu exemplo de amor incondicional e resiliência; e Valdevi, por escolher ser meu irmão. Meus sobrinhos Gabriel, o responsável; Gabrieli, a melhor amiga; Arthur, o lorde carismático; e Davi, eu renasci ao te ver nascer. Vocês são minha razão de viver, sorrir e de lutar por um futuro melhor. Meus cunhados Elessandro, Nilvanete e Luana, por aguentarem a todos nós e serem como irmãos e pais para mim. Minha sogra/mãe Vera Lúcia, por todo o amor, cuidado e pelas marmitinhas. Aos meus primos/irmãos Saulo, por lutar e sobreviver; e Silene, por estar aqui desde sempre e para sempre. E aos meus amigos Victor Hugo, Suzy Ramos e Priscilla Oliveira, por serem a família que escolhi.

Ao meu lindo esposo Pedro Henrique, cuja companhia, amor, carinho, cuidado, palavras de apoio e força, e abraço quentinho foram tão cruciais quanto o ar que respiro.

E a Deus, pela vida de todos que citei e sem o qual eu nada poderia fazer.

RESUMO

Partindo da premissa de que o português brasileiro não se caracteriza mais como uma língua tipicamente *pro-drop* e assumindo que o licenciamento desse sujeito nulo se dê em termos de movimento-A (cf. FERREIRA (2000, 2004), RODRIGUES (2002, 2004) e NUNES (2008, 2009, 2019, 2020)), este trabalho analisa o julgamento de sujeitos nulos em orações encaixadas contendo verbos do tipo *convencer*. Estudaremos três subcategorizações já estudadas por Ferreira (2000, 2004), Rodrigues (2002, 2004), Nunes (2008, 2009) e Modesto (2000, 2011): *convencer* + *a* + oração infinitiva; *convencer* + *que* + oração finita, e *convencer* + *de que* + oração finita; assim como uma quarta subcategorização ainda não estudada pelos autores supracitados: *convencer* + *de* + oração infinitiva. Argumentamos que essas construções têm diferenças estruturais que culminam em diferentes leituras: com o sujeito nulo da oração encaixada ora retomando apenas o sujeito da oração matriz (*convencer* + *que* + finito); ora retomando apenas o objeto da oração matriz (*convencer* + *a* + infinitivo); e, na presença da preposição *de* (*convencer* + *de que* + finito e *convencer* + *de* + infinitivo), passa a ser ambíguo, podendo retomar tanto o sujeito quanto o objeto da oração matriz. Para investigarmos se essas diferentes leituras refletem diferenças estruturais, aplicaremos a cada uma dessas subcategorizações testes propostos por Larson (1988, 1991), Baker (1996), Rodrigues (2004), Nunes (2009) e Coelho (2018). Para explicarmos as diferenças de julgamento do sujeito nulo, traremos uma análise baseada nos núcleos aplicativos de Pylkkänen (2002), Cuervo (2003), Torres-Morais (2007), Pujalte (2009) e Armelin (2011): nossa hipótese é que a oração subordinada é um argumento do núcleo Aplicativo do tipo Afetado tanto nas construções em que o sujeito nulo tenha leitura retomando o sujeito ou o objeto da oração matriz e que as preposições *de/a* seriam a realização fonológica do núcleo Aplicativo. Uma motivação para nossa hipótese se dá pela observação que o objeto direto dessas

construções é afetado pelo convencimento, independentemente de qual leitura temos para o sujeito nulo encaixado. Argumentaremos que as diferentes leituras se derivam a depender de qual elemento ocupa a posição de especificador de AppIP: se o sujeito da encaixada (gerando a leitura do sujeito nulo retomando o objeto), ou se um elemento da numeração (gerando a leitura do sujeito nulo encaixado retomando o sujeito). Nas construções com leitura de sujeito, assumiremos uma implementação técnica baseada em Collins (2005a, 2005b), no qual teremos a operação *smuggling* gerando a ordem linear superficial. Por fim, nas construções sem preposição, o CP encaixado se comporta como adjunto da oração matriz e o sujeito encaixado sofre movimento lateral para matriz gerando a leitura de sujeito (Rodrigues 2004).

Palavras-chave: Sujeito Nulo; Verbos como *Convencer*; Preposições “de” e “a”; Núcleo Aplicativo; *Smuggling*.

ABSTRACT

In this thesis, we start from the premise that Brazilian Portuguese (BP) is no longer characterized as a typical *pro*-drop language and we assume that the null subject of this language is licensed in terms of A-movement (cf. FERREIRA (2000, 2004), RODRIGUES (2002, 2004)) and NUNES (2008, 2009, 2019, 2020)). This work analyzes the judgment of null subjects in embedded clauses with verbs of the *convencer* (*to convince*) group. We will study three subtype which have already been studied by Ferreira (2000, 2004), Rodrigues (2002, 2004), Nunes (2008, 2009) and Modesto (2000, 2011): *convencer + a + infinitive clause*; *convencer + que + finite clause*, and *convencer + de que + finite clause*; as well as a fourth subtype which still has not been studied by the aforementioned authors: *convencer + de + infinitive clause*. We argue that these constructions have some structural differences that culminate in different readings for the null subject of the embedded clause: sometimes it is only possible for the null subject to take the subject of the matrix clause for its antecedent (*convencer + que + finite clause*); sometimes it is only possible to take the object of the matrix clause (*convencer + a + infinitive*); however, in the presence of the preposition *de* (*of*) it becomes ambiguous, with the null subject being able to take both the subject and the object of the matrix clause as an antecedent (*convencer + de que + finite* and *convencer + de + infinitive clause*). To investigate whether these different readings reflect a structural difference, we will apply to each of these subtypes some tests proposed by Larson (1991), Baker (1996), Rodrigues (2004), Nunes (2009) and Coelho (2018). To explain the differences in the judgment of null subjects, we will bring an analysis based on the Applicative heads proposed by Pylkkänen (2002), Cuervo (2003), Torres-Morais (2007), Pujalte (2009) and Armelin (2011): our hypothesis is that the embedded clause is an Affected Applicative argument both when we have a subject or an object reading and the prepositions *de/a* would be the

phonological realization of the Applicative head. The direct object of these clauses is affected by the convincing event in both subject and object readings. We argue that the difference between the structures depends on which element occupies the Spec,AppIP position: the subject of the embedded clause (generating the object reading), or an element of the Numeration (generating the subject reading). In the constructions with subject reading, we will assume a technical implementation based on Collins (2005a,b), in which the embedded clause undergoes smuggling to the Spec,vP of the matrix clause to obtain the linear order. Finally, in constructions without prepositions, the embedded CP behaves as an adjunct to the matrix clause and its subject undergoes sideward movement to the matrix clause, generating the subject reading (Rodrigues 2004).

Keywords: Null Subject; Verbs of the *Convencer* group; Prepositions “De” and “A”; Applicative Heads; Smuggling.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: O PROBLEMA	11
1.1 As questões principais	11
1.2 As hipóteses iniciais	15
1.2.1. A preposição <i>de</i> tem influência no julgamento do sujeito nulo?	15
1.2.2 A preposição <i>de</i> é espúria em construções com leitura de sujeito?	17
1.2.3 Há diferenças estruturais nas construções com leitura de sujeito e com leitura de objeto?	18
1.2.4 Quais são as estruturas para construções com e sem a preposição <i>de</i>? ..	18
1.3. Organização da Dissertação	19
CAPÍTULO 2: O SUJEITO NULO ENCAIXADO EM PB COMO VESTÍGIO DE MOVIMENTO-A	21
2.1. Introdução	21
2.2. O Sujeito Nulo encaixado em PB como vestígio de movimento-A	21
2.3. Sentenças com verbos do tipo <i>convencer</i>	29
2.4. A preposição <i>de</i> e as diferentes leituras do sujeito nulo encaixado	34
2.5 Retomando as questões principais	39
CAPÍTULO 3: INFLUÊNCIA DA PREPOSIÇÃO <i>DE</i> NOS JULGAMENTOS DO SUJEITO NULO COM VERBOS DO TIPO <i>CONVENCER</i>	41
3.1. Introdução	41
3.2. As subcategorizações de <i>convencer</i>	42
3.3. A primeira questão: Diferentes possibilidades de leitura na presença de <i>de</i> 43	
3.4. A segunda questão: A existência de um <i>de</i> estilístico	48
3.4.1. Teste de extração de argumentos (Larson 1991 e Baker 1996)	49
3.4.1.1 Teste aplicado a <i>Convencer</i> + Sujeito Expresso	54
3.4.1.2 Teste aplicado a <i>Convencer</i> + Sujeito Nulo	56
3.4.2 Teste de extração de dentro da oração encaixada (Rodrigues 2004, Nunes 2009)	62
3.4.2.1 Testes aplicados a <i>convencer</i> + Sujeito Expresso	65
3.4.2.2 Testes aplicados a <i>convencer</i> + Sujeito Nulo	66
3.5 A terceira questão: diferentes estruturas para leituras de sujeito e de objeto	70
3.5.1. Teste de <i>heavy NP shift</i> (Baker 1996)	71
3.5.1.1 Teste aplicado a <i>Convencer</i> + Sujeito Expresso	72
3.5.1.2 Testes aplicados a <i>convencer</i> + Sujeito Nulo	73
3.5.2. Teste de intencionalidade (Coelho 2018)	75

3.5.3. Teste de Passivização (Larson 1988, 1991)	77
3.6. Conclusão do Capítulo.....	80
CAPÍTULO 4: NÚCLEOS APLICATIVOS E AS CONSTRUÇÕES COM OS VERBOS DO TIPO <i>CONVENCER</i>	86
4.1. Introdução	86
4.2. A Estrutura Argumental dos Verbos	87
4.2.1. Número de argumentos do verbo.....	87
4.2.2 Argumentos nucleares e não nucleares do verbo	89
4.2.3. Licenciamento dos argumentos nucleares e não-nucleares	91
4.3. Teoria dos Núcleos Aplicativos	96
4.3.1. Núcleos Aplicativos no Inglês (Pylkkänen 2002)	96
4.3.2. Núcleos aplicativos no Espanhol (Cuervo 2003 e Pujalte 2009).....	106
4.3.3. Núcleos aplicativos no PE (Torres-Morais 2007)	113
4.3.4. Núcleos aplicativos no PB (Armelin 2011)	118
4.4 Aplicativos com verbos do tipo <i>convencer</i>	122
4.4.1 Retomada dos pontos relevantes.....	122
4.4.2 Aplicativos Baixos e as construções com <i>convencer</i> com sujeito nulo e leitura de objeto	125
4.4.3 Aplicativos Altos e as construções com <i>convencer</i> com sujeito nulo e leitura de sujeito	130
4.5. Conclusão do Capítulo.....	133
CAPÍTULO 5: SMUGGLING (COLLINS 2005a,b) E AS CONSTRUÇÕES COM VERBOS DO TIPO <i>CONVENCER</i>	135
5.1. Introdução	135
5.2 A proposta de <i>Smuggling</i> (Collins 2005a,b).....	136
5.2.1 <i>Smuggling</i> nas construções de alçamento (Collins 2005a).....	136
5.2.2 <i>Smuggling</i> nas construções passivas (Collins 2005b)	144
5.3 <i>Smuggling</i> (Collins 2005a,b) aplicado às construções com <i>convencer</i>	151
5.4. Comparando as estruturas de leitura de sujeito com as de leitura de objeto	157
5.5. Conclusão do Capítulo.....	162
CAPÍTULO 6: CONCLUSÃO	163
6.1. Introdução	163
6.2. Ambiguidade da preposição <i>de</i>	163
6.3. <i>Convencer</i> + <i>que</i> vs. <i>convencer</i> + <i>de</i> <i>que</i> com leitura de sujeito	164
6.4. Leitura de sujeito vs. leitura de objeto.....	165

6.5. Estrutura das construções com leitura de sujeito vs. leitura de objeto	168
6.6. Conclusão.....	172
Referências Bibliográficas	173

CAPÍTULO 1: O PROBLEMA

1.1 As questões principais

Em Português Brasileiro (doravante PB), temos uma classe de verbos, a qual chamaremos de “verbos do tipo *convencer*”, que exige a presença da preposição *de* para introduzir seus argumentos indiretos em sentenças bitransitivas¹:

- (1) a. A campanha tenta **convencer** os indecisos ***(d)a** importância da vacinação.
- b. O projeto visa **conscientizar** a população ***(de)** suas responsabilidades sociais.
- c. As redes sociais conseguem **persuadir** qualquer um ***(de)** qualquer coisa.

Tais verbos permitem que seus argumentos indiretos sejam orações subordinadas infinitivas; porém, nessas construções, além da preposição *de*, a preposição *a* também é possível:

- (2) a. A campanha tenta **convencer** os indecisos **a/de** se vacinarem.
- b. O projeto visa **conscientizar** a população **a/de** cumprir suas responsabilidades sociais.
- c. As redes sociais conseguem **persuadir** qualquer um **a/de** acreditar em qualquer coisa.

Esses verbos também permitem que seus argumentos indiretos sejam orações subordinadas finitas; porém, nessas sentenças, a preposição *de* deixa de ser obrigatória:

- (3) a. O João **convenceu** a esposa **(de) que** os filhos deles precisavam se vacinar o quanto antes.
- b. O João **conscientizou** a esposa **(de) que** os filhos deles precisavam se vacinar o quanto antes.
- c. O João **persuadiu** a esposa **(de) que** os filhos deles deviam se vacinar o quanto antes.

Ainda em relação aos verbos desta classe, Modesto (2000, 2011) observa que quando temos Sujeitos Nulos não-expletivos não-indefinidos (doravante apenas Sujeito

¹ Conforme apontado por Janayna Carvalho (comunicação pessoal), há outras preposições possíveis para este grupo de verbos, como, por exemplo, a preposição *sobre*. Devido o escopo desta pesquisa, não entraremos em detalhes sobre as outras possibilidades de preposição além de *de* e *a*.

Nulo) em orações subordinadas, os elementos a que esses sujeitos nulos se referem são diferentes: o sujeito nulo em orações encaixadas infinitivas retoma o objeto da oração matriz (cf. (4a)), enquanto o sujeito nulo em orações encaixadas finitas retoma o sujeito da oração matriz (cf. (4b)):

- (4) a. O Paulo₁ convenceu **a Maria**₂ **a** *ec*^{*1/2} sair.
b. **O Paulo**₁ convenceu a Maria₂ **que** *ec*_{1/*2} tinha que ir embora.
(adaptado de Modesto 2011, p.20)

Nunes (2009), porém, observa que quando temos sujeito nulo em orações encaixadas finitas nas construções com verbos desse grupo, nem sempre a leitura desse sujeito nulo será apenas retomando o sujeito da matriz. O autor demonstra que, enquanto orações como em (5a), de fato, apenas há a possibilidade de o sujeito nulo encaixado retomar o sujeito da oração matriz, se acrescentarmos a preposição *de* (cf. (5b)), a sentença passa a ser ambígua: o sujeito nulo pode retomar tanto o sujeito quanto o objeto da oração matriz:

- (5) a. [**o João**]_i convenceu [a Maria]_k que *ec*_{i/*k} tinha que sair.
b. [**o João**]_i convenceu [**a Maria**]_k **de** que *ec*_{i/k} tinha que sair.
(adaptado de Nunes 2009, p.244)

Nunes (2009) explica os fatos acima em termos de movimento: em (5a), a oração encaixada se comporta como adjunto de *convencer* (segundo Rodrigues 2004²) e o argumento *o João* sofre movimento lateral para o predicado da oração matriz e depois sobe para a posição de sujeito. O vestígio desse movimento, ou seja, o sujeito nulo encaixado, será controlado pelo elemento movido *o João* e teremos a leitura do sujeito nulo retomando o sujeito da matriz.

² Essa proposta será explicada em mais detalhe no próximo capítulo.

Já em (5b), teríamos duas estruturas diferentes: uma para quando interpretamos o sujeito nulo como retomando o objeto da oração matriz e outra para quando o sujeito nulo retoma o sujeito da oração matriz.

Quando interpretamos o sujeito nulo como retomando o objeto da matriz, a preposição *de* é a marcadora do Caso inerente atribuído à oração encaixada, e esta oração se comporta como complemento de *convencer*. O argumento *a Maria*, sujeito da encaixada, sobe para a posição mais próxima, a saber, de objeto da oração matriz. O vestígio desse movimento, ou seja, o sujeito nulo encaixado, será controlado pelo elemento movido *a Maria*, gerando a leitura do sujeito nulo retomando o objeto da matriz.

Já quando interpretamos o sujeito nulo em (5b) como retomando o sujeito da matriz, a preposição *de* é tida como espúria e não marca Caso inerente. A oração encaixada se comporta como adjunto e a derivação da leitura de sujeito para o sujeito nulo se dá nos mesmos moldes da explicação dada sobre (5a). Em outras palavras, para Nunes (2009), as construções com verbos do tipo *convencer* com oração subordinada finita e leitura de sujeito sempre terão a mesma estrutura, independentemente da presença ou ausência da preposição *de*. Nunes (2009) chama essa preposição espúria de *de estilístico*.

Esta explicação levanta três questões que serão o ponto inicial desta pesquisa: uma em relação a influência da preposição *de* no julgamento do sujeito nulo; outra sobre a existência de um *de estilístico*; e a última sobre as diferenças estruturais entre as construções com sujeito nulo com leitura de sujeito ou de objeto da matriz.

Primeiramente, não há um consenso na literatura sobre a ambiguidade de (5b): Modesto (2011) afirma que a preposição *de* não modifica o julgamento para o sujeito nulo. Para o autor, independentemente da presença ou ausência da preposição, os sujeitos nulos de sentenças finitas encaixadas com verbos do tipo *convencer* sempre terão leitura retomando o sujeito da oração matriz. Porém, considerando que Modesto (2011) não traz

dados ou evidências suficientes que corroborem sua afirmação, procuraremos averiguar nesta pesquisa se há ou não essa ambiguidade.

A segunda questão desta pesquisa diz respeito à existência de um *de estilístico* conforme o que foi proposto por Nunes (2009). Caso realmente as duas construções com leitura de sujeito (com e sem o *de*) tenham a mesma estrutura, o que se espera é que não haverá diferenças de julgamento entre elas. Assim, caso a preposição *de* seja de fato espúria, em nada ela deve influenciar na gramaticalidade das construções com verbos do tipo *convencer* com leitura de sujeito.

A terceira questão diz respeito a todas as subcategorizações dos verbos do tipo *convencer*: temos estruturas diferentes nas construções de leitura de sujeito comparadas às construções com leitura de objeto? Caso as estruturas sejam de fato diferentes, o que se espera é que elas se comportem de maneira diferente nos testes que apresentaremos.

Isto posto, esta pesquisa objetiva responder inicialmente as seguintes questões:

- (i) Há ou não uma ambiguidade de julgamento para o sujeito nulo em verbos do tipo *convencer* na presença da preposição *de*?
- (ii) Há ou não uma diferença estrutural nas construções com verbos do tipo *convencer* com leitura de sujeito com e sem *de*?
- (iii) Há ou não uma diferença estrutural nas construções com verbos do tipo *convencer* com leitura de sujeito comparadas às construções com leitura de objeto?

Caso as respostas para essas perguntas sejam afirmativas, mais uma pergunta se segue:

- (iv) Quais são as diferenças estruturais nas construções com *convencer* que geram as diferentes leituras para o sujeito nulo encaixado: ora retomando o sujeito, ora retomando o objeto da matriz?

1.2 As hipóteses iniciais

1.2.1. A preposição *de* tem influência no julgamento do sujeito nulo?

Em relação à primeira pergunta em (i), nossa hipótese é que há, sim, uma diferença entre as construções finitas sem a preposição *de*, que sempre terão leitura de sujeito (cf. (6)) e construções finitas com a preposição *de*, que serão ambíguas para leitura de sujeito (cf. (7)) e objeto (cf. (8)), a favor de Nunes (2009) e contra Modesto (2011):

- (6) **Convencer + *que* + oração finita: leitura de sujeito**
- A **Maria₁** convenceu o João que *ec*₁ precisava se vacinar o quanto antes.
 - A **Maria₁** conscientizou o João que *ec*₁ precisava se vacinar o quanto antes.
 - A **Maria₁** persuadiu o João que *ec*₁ deveria se vacinar o quanto antes.
- (7) **Convencer + *de que* + oração finita: leitura de sujeito**
- A **Maria₁** convenceu o João **de** que *ec*₁ precisava se vacinar o quanto antes.
 - A **Maria₁** conscientizou o João **de** que *ec*₁ precisava se vacinar o quanto antes.
 - A **Maria₁** persuadiu o João **de** que *ec*₁ deveria se vacinar o quanto antes.
- (8) **Convencer + *de que* + oração finita: leitura de objeto**
- A campanha tenta **convencer os indecisos₁** **de** que *ec*₁ precisam se vacinar.
 - O objetivo desse projeto é **conscientizar a população₁** **de** que *ec*₁ precisa cumprir suas responsabilidades sociais.
 - Atualmente, uma mensagem nas redes sociais consegue **persuadir as pessoas₁** **de** que *ec*₁ não precisam se vacinar.

Um dado ainda não estudado na literatura que traremos nessa pesquisa e que reforça a diferença entre (7) e (8) é que também temos essa mesma ambiguidade em orações encaixadas infinitivas: na presença da preposição *de*, o sujeito nulo encaixado pode retomar tanto o sujeito da oração matriz (cf. (9)) quanto o objeto da oração matriz (cf. (10)):

- (9) **Convencer + de + oração infinita: leitura de sujeito**
- A **Maria₁** **convenceu** o João de *ec*₁ ter engravidado na hora certa.
 - A **Maria₁** **conscientizou** o João de *ec*₁ ter engravidado na hora certa.
 - A **Maria₁** **persuadiu** o João de *ec*₁ ter engravidado na hora certa.
- (10) **Convencer + de + oração infinita: leitura de objeto**
- O médico **convenceu a Maria₁** de *ec*₁ tentar engravidar o quanto antes.
 - O médico **conscientizou a Maria₁** de *ec*₁ tentar engravidar o quanto antes.
 - O médico **persuadiu a Maria₁** de *ec*₁ tentar engravidar o quanto antes.

Já nas construções em que a preposição selecionada é *a* e não *de*, temos apenas a possibilidade de leitura do sujeito nulo retomando o objeto da encaixada (cf. (11) vs. (12)):

- (11) **Convencer + a + oração infinita: leitura de objeto**
- O João **convenceu a Maria₁** a *ec*₁ engravidar o quanto antes.
 - O João **conscientizou a Maria₁** a *ec*₁ engravidar o quanto antes.
 - O João **persuadiu a Maria₁** a *ec*₁ engravidar o quanto antes.
- (12) **Convencer + a + oração infinita: leitura de sujeito**
- *A **Maria₁** **convenceu** o João a *ec*₁ engravidar o quanto antes.
 - *A **Maria₁** **conscientizou** o João a *ec*₁ engravidar o quanto antes.
 - *A **Maria₁** **persuadiu** o João a *ec*₁ engravidar o quanto antes.

Em suma, o que percebemos com os dados expostos é que os verbos do tipo *convencer* + oração subordinada com sujeito nulo possuem quatro possibilidades de subcategorização:

- (13) Subcategorizações possíveis para verbos do tipo *convencer*:
- Verbo + objeto direto + **a** + oração infinita
 - Verbo + objeto direto + **de** + oração infinita
 - Verbo + objeto direto + **que** + oração finita
 - Verbo + objeto direto + **de que** + oração finita

E o que buscamos sustentar em relação à primeira pergunta desta pesquisa é que essas subcategorizações produzem três leituras em que o sujeito nulo pode retomar o

objeto da matriz (cf. (14)) e três leituras em que o sujeito nulo pode retomar o sujeito da matriz (cf. (15)):

- (14) Subcategorizações em que o sujeito nulo pode retomar o **objeto** da matriz:
 - a. Verbo + objeto direto + **a** + oração infinita
 - b. Verbo + objeto direto + **de** + oração infinita
 - c. Verbo + objeto direto + **de que** + oração finita

- (15) Subcategorizações em que o sujeito nulo pode retomar o **sujeito** da matriz:
 - a. Verbo + objeto direto + **de** + oração infinita
 - b. Verbo + objeto direto + **que** + oração finita
 - c. Verbo + objeto direto + **de que** + oração finita

Para corroborar nossa hipótese, traremos, no capítulo 3 desta pesquisa, diversos exemplos retirados da internet de cada umas destas subcategorizações citadas, a fim de validarmos suas diferentes possibilidades de leitura.

1.2.2 A preposição *de* é espúria em construções com leitura de sujeito?

Partindo da hipótese de que haja de fato diferença de julgamento na presença ou ausência da preposição *de*, conforme foi dito na seção anterior, a segunda questão deste trabalho (cf. (ii)) se segue: teríamos a mesma estrutura nas duas construções em que temos leitura de sujeito para o sujeito nulo? Ou seja, nas construções *convencer + de que + oração finita* e *convencer + de + oração infinita*, a preposição *de* é apenas estilística?

A hipótese que traremos no capítulo 3 deste trabalho é que há, sim, uma diferença estrutural quando temos leitura de sujeito com sentenças finitas com ou sem a preposição *de*.

Para corroborar nossa hipótese, aplicaremos a cada uma das subcategorizações testes de extração propostos por Larson (1991), Baker (1996), Rodrigues (2004) e Nunes (2009). Veremos nesses testes que as construções do tipo *convencer + que + oração finita*, com leitura de sujeito têm diferenças de julgamento de gramaticalidade em relação às construções com *convencer + de que + oração finita* também com leitura de sujeito, o

que nos leva a concluir que se trata de construções com estruturas diferentes, ou seja, veremos que, diferente do que foi proposto por Nunes (2009), o *de* não seria espúrio.

1.2.3 Há diferenças estruturais nas construções com leitura de sujeito e com leitura de objeto?

Para averiguarmos a existência dessas diferenças estruturais entre as construções com leitura de sujeito e de objeto (cf. (iii)), aplicaremos em cada uma das subcategorizações três testes: de *heavy-NP-shift* proposto por Baker (1996); de intencionalidade, proposto por Coelho (2018) e de passivização, proposto por Larson (1988, 1991). Estes testes nos mostrarão se as construções com sujeito nulo retomando o sujeito da oração matriz se comportam de maneira diferente das com sujeito nulo retomando o objeto da oração matriz, apontando se se trata de estruturas diferentes, ou se essas construções têm a mesma estrutura.

1.2.4 Quais são as estruturas para construções com e sem a preposição *de*?

Considerando, conforme dito, que as respostas para as três questões anteriores sejam afirmativas, precisamos nos voltar para a quarta pergunta (cf. (iv) acima): quais são as estruturas para as diferentes subcategorizações dos verbos do tipo *convencer* com leitura de sujeito e de objeto com e sem a preposição *de* e como elas influenciam o julgamento do sujeito nulo nas sentenças encaixadas dessas construções?

Para respondermos esta pergunta, traremos, no capítulo 4, uma análise seguindo a teoria de Núcleos Aplicativos proposta por Pylkkänen (2002) e retomada por Cuervo (2003), Torres-Morais (2007), Pujalte (2009) e Armelin (2011). Nessa análise, argumentaremos que as preposições *de/a* seriam a realização fonológica de um núcleo Aplicativo presente nessas estruturas.

Inicialmente, iremos averiguar se o julgamento para qual elemento retoma o sujeito nulo da oração subordinada dependerá da posição que esse núcleo aplicativo é

adicionado na estrutura, ou seja, se se trata de um Aplicativo Alto teríamos a leitura em que o sujeito nulo encaixado retoma o sujeito da matriz; e, se tivermos um Aplicativo Baixo/Afetado, teríamos a leitura do sujeito nulo encaixado retomando o objeto da matriz.

Uma segunda hipótese seria que ambas as construções (com sujeito nulo retomando sujeito ou objeto) possuam núcleos Aplicativos do tipo Afetado e que a escolha do elemento que ocupa a posição de especificador de ApplP que culminará nas diferentes leituras para o sujeito encaixado.

Esta segunda hipótese será explorada no capítulo 5, onde vamos propor que, para obtermos a ordem linear nas construções com sujeito nulo retomando o sujeito, teríamos a operação *smuggling* (cf. Collins 2005a,b) do sujeito nulo encaixado cruzando o objeto da matriz, gerando a leitura de controle de sujeito sem violar Minimalidade.

1.3. Organização da Dissertação

No segundo capítulo, com o objetivo de entendermos melhor a implementação da análise de que os sujeitos nulos em PB são derivados por movimento (cf. Ferreira 2000, Rodrigues 2004, Nunes 2008, 2009, 2019), faremos uma revisão da literatura sobre o tema. No terceiro capítulo, nosso objetivo é responder as três perguntas iniciais deste trabalho: para aferirmos se há ou não ambiguidade no julgamento do sujeito nulo com ou sem a preposição *de* (nossa primeira questão), traremos diversos exemplos em que temos diferentes leituras a depender da presença e ausência dessa preposição; para constatarmos se há diferenças estruturais nas sentenças com leitura de sujeito com ou sem a preposição *de* (nossa segunda questão), aplicaremos os testes de Larson (1991), Baker (1996), Rodrigues (2004) e Nunes (2009); e para averiguarmos se há ou não diferenças estruturais nas construções com leitura de sujeito comparadas às construções com leitura de objeto (nossa terceira questão), aplicaremos testes propostos por Baker (1996), Coelho (2018) e

Larson (1988, 1991). Os capítulos 4 e 5 serão dedicados a responder a quarta questão sobre as diferenças estruturais nas diferentes subcategorizações de *convencer* culminarem nas diferenças de julgamento para o sujeito nulo dessas sentenças. Para tal, no capítulo 4, exploraremos a proposta de Aplicativos de Pylkkänen (2002) e, no capítulo 5, exploraremos o funcionamento da operação *smuggling* de Collins (2005a,b), propondo como seria a estrutura de cada uma das subcategorizações de *convencer*. Por fim, o capítulo 6 concluirá o trabalho.

CAPÍTULO 2: O SUJEITO NULO ENCAIXADO EM PB COMO VESTÍGIO DE MOVIMENTO-A

2.1. Introdução

Conforme dito no capítulo introdutório, o objetivo deste capítulo é tornar o leitor familiarizado com a implementação da hipótese que assumimos nesta pesquisa, a saber, que o sujeito nulo encaixado em PB é derivado por movimento.

Esse capítulo se organiza da seguinte forma, na seção 2.2, retomamos a literatura sobre como os sujeitos nulos encaixados em PB são derivados por movimento. Na seção 2.3, traremos a discussão sobre como essa derivação se dá nas construções com verbos do tipo *convencer*. Na seção 2.4, traremos a discussão sobre a influência da preposição *de* no julgamento do sujeito nulo dessas construções. Finalmente, na seção 2.5, retomaremos as perguntas centrais deste trabalho a serem respondidas nos capítulos seguintes.

2.2. O Sujeito Nulo encaixado em PB como vestígio de movimento-A

Este trabalho se insere no quadro teórico de Princípios & Parâmetros (Chomsky, 1981) e parte do ponto de que o português brasileiro já não se caracteriza como uma língua *pro-drop* típica³ possuindo certas restrições⁴ no licenciamento do sujeito nulo que não são encontradas em línguas tipicamente *pro-drop*, tais como o italiano e o português europeu (doravante PE); porém, não chegando a ser tão restrito quanto as línguas consideradas tipicamente não-*pro-drop*, tais como o inglês e o francês.

Comparando o PE com o PB, por exemplo, vemos em (1a) que o PE permite sujeitos nulos referenciais de 3ª pessoa correferentes a um elemento externo à sentença

³ Chao 1983; Moreira da Silva 1983; Negrão 1986; Duarte 1995; Figueiredo Silva 1996; Kato 1999; Kato e Negrão 2000; Modesto 2000; Ferreira 2000; Galves 2001; Rodrigues 2002; Ferreira 2004; Rodrigues 2004; Nunes 2008; Holmberg, Nayudu & Sheehan, 2009; Petersen 2011; Saab 2016.

⁴ A saber: restrições de controle obrigatório (cf. Hornstein 2001), que veremos mais à frente nesse capítulo.

em contextos que excluem *topic drop*, como orações com constituintes interrogativos movidos ou orações subordinadas, o que não é possível em PB (cf. (2a)). Comparando (1b) e (2b) vemos que o sujeito nulo pode ser licenciado em sentenças encaixadas tanto em PE quanto em PB; porém, enquanto no PE o sujeito nulo pode se referir tanto ao antecedente na sentença quanto a um antecedente no discurso, em PB, apenas temos a opção em que o elemento nulo se refira a um antecedente na sentença, não podendo ser um referente retirado do contexto.

- (1) Português Europeu
 a. E o João₁?
 O que e_1 fez desta vez?
 b. O João₁ acha [que $e_{1/2}$ devia receber uma medalha]
- (2) Português Brasileiro
 a. E o João₁?
 O que e^*_{1} fez desta vez?
 b. O João₁ acha [que $e_{1/*2}$ devia receber uma medalha]
- (adaptado de Nunes 2019, p.3)

E se considerarmos a distribuição do uso de sujeitos nulos associado a diferentes pronomes, vemos que o PB se comporta de maneira bem diferente em relação ao PE:

- | | |
|--|---|
| (3) a. [O que \emptyset tenho a ver com isso]? | ($\emptyset = eu \rightarrow$ PE: OK; PB: ??) |
| b. [O que \emptyset viste]? | ($\emptyset = tu \rightarrow$ PE: OK) |
| c. [O que \emptyset quer fazer]? | ($\emptyset = você \rightarrow$ PE: OK; PB: *) |
| d. [O que \emptyset fez desta vez]? | ($\emptyset = ele/ela \rightarrow$ PE: OK; PB: *) |
| e. [Quem \emptyset devíamos contratar]? | ($\emptyset = nós \rightarrow$ PE: OK; PB: OK) |
| f. [Quando \emptyset deve viajar]? | ($\emptyset = a gente \rightarrow$ PE: *; PB: *) |
| g. [Quando \emptyset viajaram]? | ($\emptyset = vocês \rightarrow$ PE: OK; PB: ??) |
| h. [Quem \emptyset contrataram]? | ($\emptyset = eles/elas \rightarrow$ PE: OK; PB: ??) |

(Nunes 2020, p.4660)

A conclusão que tiramos dos dados em (1), (2) e (3) é que o português brasileiro sofreu algum processo de mudança que fez com que adquirisse certas restrições no licenciamento dos Sujeitos Nulos não-expletivos não-indefinidos (ou apenas Sujeito Nulo) que não temos no português europeu, uma língua considerada *pro-drop* canônica.

Porém, tal mudança não foi tão profunda a ponto de fazer o PB se comportar como línguas tipicamente não-*pro-drop* como o inglês. Em (4a), por exemplo, vemos que o PB permite expletivos nulos, diferente do inglês em (4b), que não permite:

- (4) a. Chove (Português Brasileiro)
- b. *Rains (Inglês)

(adaptado de Rodrigues 2004, p.2)

Dentro do Programa Minimalista de Chomsky (1995), Ferreira (2000, 2004), Rodrigues (2002, 2004) e Nunes (2008, 2009) propõem que houve uma mudança na morfologia verbal do PB em relação ao PE, que fez com que o T finito dessa língua não licenciasse mais *pro* e, assim, o sujeito nulo referencial passou a ser analisado como vestígio de movimento-A.

Buscando corroborar esta hipótese, Ferreira (2000, 2004) e Rodrigues (2002, 2004) retomam as evidências elencadas por Hornstein (1999, 2001) de que as configurações de controle obrigatório (OC) são formadas por movimento: (i) o elemento controlado é anafórico e toma o NP c-comandante mais próximo como seu antecedente (cf. (5a) e (5b)); (ii) antecedentes cindidos não são permitidos (cf. (5c)); (iii) temos obrigatoriamente uma leitura *sloppy* (cf. (5d)); (iv) temos uma leitura obrigatoriamente *de se* (cf. (5e)); e (v) se o NP c-comandante mais próximo for um *only*-NP, apenas temos a interpretação covariante (cf. (5f)):

- (5) a. *It was expected PRO to shave himself.
- b. John₁ said [Paul₂'s brother]₃ expects PRO*_{1/*2/3} to shave himself.
- c. John₁ told Mary₂ to PRO*₁₊₂ leave together.
- d. John expected PRO to win and Bill does too. (= Bill expects himself to win, too)
- e. The unfortunate expects PRO to get the medal.
- f. Only Churchill remembers PRO giving the BST speech.

(Rodrigues 2004, p.34)

Os autores demonstram que essas restrições de controle obrigatório são as mesmas restrições de licenciamento que encontramos nas construções com sujeito nulo em PB: em (6) vemos que os sujeitos nulos requerem um antecedente na sentença, que deve ser o DP c-comandante mais próximo; em (7) vemos que os sujeitos nulos em PB não permitem antecedentes cindidos; em (8) vemos que quando temos elipse de VP, apenas a leitura *sloppy* é possível para o sujeito nulo encaixado; em (9) vemos que os sujeitos nulos se comportam como reflexivos “*ele mesmo*”, sempre com leitura *de se*; e em (10) vemos que apenas a leitura ligada é possível quando o NP c-comandante mais próximo é um *only*-NP.

- (6) a. *Parece que *ec* saiu.
 b. [O pai do [Paulo₁]]₂ disse [que *ec**_{1/2} vai ser promovido].
 c. O Paulo₁ sabe [que o João₂ disse [que *e**_{1/2} tinha de sair]].
 (Rodrigues 2004, p.145)
- (7) a. *A Maria₁ disse que o João₂ acredita que *ec*₁₊₂ vão morar juntos.
 b. A Maria₁ disse que o João₂ acredita que eles₁₊₂ vão morar juntos.
 (Figueiredo Silva 1996)
- (8) a. *A Maria₁ encucou que *ec*₁ estava grávida e o Paulo também. (leitura #*sloppy*/**estrita*/**dêitica*)
 b. A Maria₁ encucou que ela₁ estava grávida e o Paulo também.
 (Negrão (1999))
- (9) O Ronald Reagan₁ sabe que *ec*₁ foi o quadragésimo presidente dos Estados Unidos.
 (Rodrigues 2004, p.149)
- (10) a. Só o Maluf₁ acha que *ec*₁ vai ganhar as eleições.
 (Só o Maluf é um *x* em que *x* acha que *x* vai ganhar as eleições)
 b. Só o Maluf₁ acha que ele₁ vai ganhar as eleições.
 (Só o Maluf é um *x* em que *x* acha que *x* vai ganhar as eleições) ou
 (Só o Maluf é um *x* em que *x* acha que ele, Maluf, vai ganhar as eleições)
 (Negrão (1999))

Assim, Ferreira (2000, 2004) e Rodrigues (2002, 2004), ao retomarem as observações da literatura sobre o sujeito nulo em PB e as reinterpretarem em termos da

teoria de controle por movimento de Hornstein (1999, 2001), concluem que os sujeitos nulos em PB são, de fato, derivados por movimento. Os dois autores, porém, diferem no que diz respeito à implementação técnica dessa análise.

Exemplificando a implementação de Rodrigues (2004), uma sentença com sujeito nulo como em (11a), começaria com a Numeração conforme (11b):

- (11) a. O João₁ disse que *e*₁ comprou o carro.
 b. Num = {T₂, o₁, João₁, que₁, comprou₁, o₁, carro₁, v₁,}
 (Rodrigues 2004, p.125)

A derivação se daria da seguinte maneira: o verbo *comprar* se concatena com seu argumento interno, o DP *o carro*, checando o papel temático do verbo e formando o VP da oração encaixada. Quando *v* é selecionado, V se adjunge ao *v*⁰. Então, o DP *o João* se concatena com *vP*, checando o papel temático de *v* e formando o *vP* encaixado (cf. (12a)). Depois disso, T é selecionado e o complexo [*comprou*+ *v*] se adjunge a T⁰, carregando Agr que tem um conjunto defectivo de traços-φ e um traço-D. Assim, Agr checa o traço EPP de T, mas não seus traços-φ, que busca por um alvo no complemento do domínio de T. O DP *o João* em [Spec, VP] é encontrado e a operação *Agree* acontece, deletando os traços-φ de T (cf. (12b)):

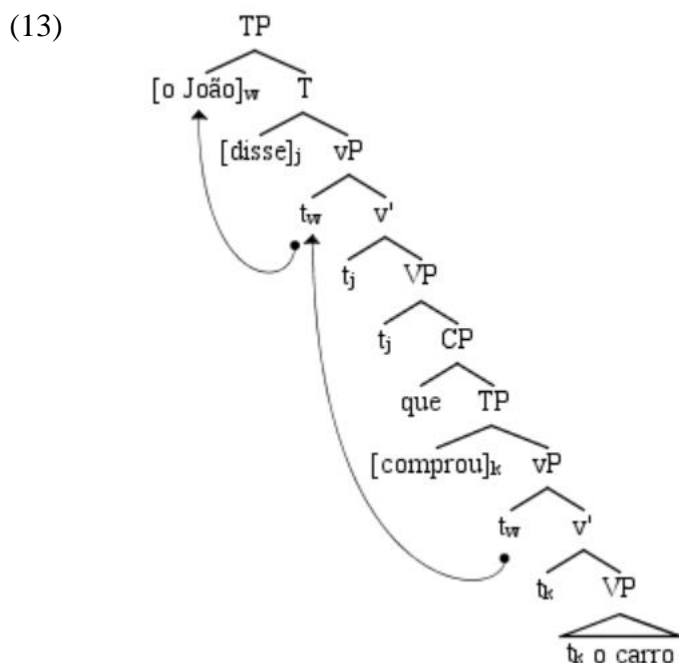
- (12) a. [_{VP} [_{DP} *o João*]_{o,CASE,φ} [_{v'} [_v *comprou* _{φ-def, D}]₁ + *v*] [_{VP} *t*₁ [_{DP} *o carro*]]]]
 b. [_{TP} [_T [_v [_{comprou}_{φdef, D}] + *v*]₂ + _T _{φ,EPP} [_{vP} [_{DP} *o João*]_{CASE, φ} [_{v'} *t*₂ [_{VP} *t*₁ [_{DP} *o carro*]]]]]]

Neste ponto, teríamos duas possibilidades para continuar essa derivação: o sistema pode (i) mover o DP *o João* para [Spec, TP] e conseqüentemente checar seu Caso ou (ii) continuar a derivação fazendo merge do próximo item da numeração, que seria o complementizador *que*.

Analisando a primeira opção, se movermos o DP, estaríamos satisfazendo a demanda de movimento do DP para checagem de Caso, mas, por outro lado, ao movermos

o DP, ele se tornaria inativo para computações futuras e a derivação não iria convergir no nível da matriz, pois não haveria nenhum item disponível para checar o papel temático do *v* da matriz e os traços- ϕ de T. Já na segunda opção, se o sistema continuar a derivação concatenando o complementizador *que* e postergando o apagamento do traço de Caso de *o João*, a derivação conseguirá convergir.

Seguindo então a segunda opção, a derivação continua e o VP é inserido, tendo o CP *que o João comprou o carro* como complemento. Então *vP* entra na estrutura, e o DP *o João* se move da posição de especificador do *vP* da encaixada para a posição de especificador do *vP* da matriz, checando o papel de argumento externo da matriz. Quando o T da matriz é inserido, o complexo [*disse+v*] se adjunge a T^0 , Agr checa o traço EPP de T, mas não consegue deletar os traços- ϕ de T. O DP *o João* sobe, se concatenando ao TP, checando seu traço de Caso. Assim temos o resultado convergente em (13), que é enviado para as interfaces:



Agora, para entendermos a implementação proposta por Ferreira (2000, 2004), primeiro precisamos retomar a explicação dada por Chomsky (1998) em relação à finitude

de T nas línguas. Chomsky explica que tanto os Ts finitos quanto os Ts não-finitos possuem um traço EPP, sendo este traço o responsável por atrair o sujeito até o especificador de T em um movimento aberto. Porém, apenas os Ts finitos possuem um conjunto completo de traços- ϕ e, como consequência, seriam capazes de eliminar o traço de Caso de um DP, tornando-o inativo para futuros movimentos-A no sistema computacional.

Já os T não-finitos – nas estruturas de alçamento, por exemplo – possuem apenas um conjunto incompleto de traços- ϕ , sendo impossível a eliminação do traço de Caso de um DP com o qual esta categoria se relaciona. Assim, quando atraído para o Spec de um T não-finito, o DP permaneceria ativo para futuros movimentos no sistema computacional.

Estendendo a proposta de Chomsky (1998), Ferreira (2000) propõe que os Ts finitos em PB são ambíguos, podendo ser associados a um conjunto de traços- ϕ completo ou incompleto: quando C seleciona a versão de T com traços- ϕ completo, este é um T atribuidor de Caso e atribui Caso nominativo ao sujeito, congelando-o para movimentos-A posteriores; e se a versão do T com traços- ϕ incompleto é selecionada, T não é atribuidor de Caso e o sujeito da oração continua sem Caso e ativo para movimento-A.

Assim, na derivação em (14), o T da encaixada tem um conjunto de traços- ϕ incompleto e o T da matriz tem um conjunto de traços- ϕ completo:

- (14) a. O João disse que comprou um carro novo.
b. [TP [O João]_i T ϕ -completo [vP t_i disse [CP que [TP t_i T ϕ -incompleto [vP t_i comprou um carro novo]]]]]]

(Ferreira 2000, p.101)

Nunes (2008) refinou esta ambiguidade proposta por Ferreira (2000) explorando como os traços de pessoa e número são combinados na computação: os T finitos no PB podem entrar na numeração especificados para número e pessoa (T com conjunto de

traços- ϕ completo, bloqueando o elemento em seu Spec para movimento-A) ou apenas vir especificado para número (T com conjunto de traços- ϕ incompleto, deixando o DP livre para movimento-A).

Aplicando a proposta de Nunes (2008) à sentença em (14), repetida abaixo em (15), o T da oração matriz tem traços de pessoa e número enquanto o T da oração encaixada só tem traço de número. Dessa forma, *o João* precisa sair da encaixada para ter seu traço de Caso valorado na posição de Spec de TP da matriz, mas passando antes pelo Spec de vP da matriz – o que explica o fato de *o João* estar associado aos papéis temáticos da matriz e da encaixada. Vale ressaltar que estamos nos referindo apenas às derivações convergentes⁵.

⁵ Nunes (2019, 2020) refina essa proposta afirmando que não foi uma mudança no sistema de morfologia verbal do PB em relação ao PE que fez o PB não ser mais uma língua *pro*-drop canônica e sim que o PB sofreu um “maciço processo de subespecificação”, perdendo a capacidade de licenciamento de alguns tipos de sujeitos nulos. O autor propõe que a perda da concordância associada ao pronome *tu* em PB fez com que seu sistema pronominal eliminasse especificações redundantes: diferente do PE, em PB não é mais necessário lançar mão de dois valores para o traço de pessoa para distinguir os pronomes que têm os traços de pessoa e número fundidos (*eu, tu, a gente*): já que *a gente* é desprovido de valor de pessoa e número (P.N), o valor SG é o necessário para identificar *eu* e o valor para o traço de pessoa (P.N:1) é o necessário para identificar *nós*. (Nunes 2020, p.4663):

Especificação morfológica dos pronomes nominativos em PB

Pronomes nominativos	Especificação Morfológica
<i>eu</i>	P.N:SG
<i>você</i>	P – N
<i>ele</i>	P – G:MASC – N
<i>ela</i>	P – G:FEM – N
<i>a gente</i>	P.N
<i>nós</i>	P.N:1
<i>vocês</i>	P – N:PL
<i>eles</i>	P – G:MASC – N:PL
<i>elas</i>	P – G:FEM – N:PL

- (ii) Regras de realização morfológica para a flexão de concordância verbal em PB:
- [P/N:1] ↔ {-mos};
 - [N:PL] ↔ {-m};
 - [P/N:SG] → {-o} / PRES.INDIC _____
→ {-i} / nos demais contextos.
 - ∅ nos demais contextos.

Para a discussão que discutimos neste trabalho, não é relevante fazermos a escolha teórica entre Nunes (2008) ou seu refinamento (NUNES 2019, 2020); mas sim entendermos que os Ts finitos do PB podem ser defectivos, permitindo a presença de sujeitos nulos nos contextos supracitados.

- (15) [TP [o João]_i T_φPessoa/Número [vP t_i disse [CP que [TP t_i T_φNúmero [vP t_i comprou um carro novo]]]]]]

A discussão que apresentamos nesse trabalho poderia ser implementada em qualquer das duas análises, tanto de Ferreira (2000, 2004) quanto de Rodrigues (2002, 2004). Para efeito de apresentação, vamos usar a implementação de Ferreira (2000, 2004), que nos parece ser mais simples por não necessitar postulados adicionais sobre a checagem do EPP e Caso.

Resumindo, o ponto mais relevante nesta discussão e que assumimos neste trabalho é que temos em PB uma opção que é geralmente restrita às orações infinitas em outras línguas: alçamento a partir de uma oração finita quando o T não é um atribuidor de Caso. Como consequência, o sujeito nulo encaixado em PB passa a ser derivado por movimento, ou seja, o sujeito nulo é, na verdade, um vestígio controlado pelo sujeito da oração matriz (ou pelo objeto da matriz, como veremos na próxima subseção), após sofrer movimento-A.

2.3. Sentenças com verbos do tipo *convencer*

Modesto (2011) apresenta um contra-argumento para a proposta de derivação por movimento baseando-se em sentenças com verbo *convencer* como em (16). Para Modesto, se (16a) fosse derivada por movimento do sujeito nulo da encaixada para a oração matriz, este teria de ter leitura de objeto como em (16b) – o contrário do que acontece:

- (16) a. [O Pedro]_k convenceu [a Cilene]_i [CP que t_{k/*i} joga futebol].
 b. [O Pedro]_k convenceu [a Cilene]_i [CP a t_{*k/i} jogar futebol].
 (Modesto 2011, p.14)

O autor argumenta que, para gerar a leitura de controle de sujeito em (16a) por movimento, o sujeito da encaixada teria de se mover para a posição de sujeito da oração

matriz e cruzaria um antecedente em potencial: o objeto da oração matriz, violando minimalidade.

Ferreira (2000) argumentou, porém, que, para violar minimalidade em sentenças como (16a), o objeto direto do verbo *convencer* deveria c-comandar a oração encaixada, o que não é o que de fato acontece. Como vemos em (17), os sujeitos de sentenças encaixadas com verbo *convencer* podem ser um epíteto e se referirem ao objeto da oração matriz (ver Coelho 2020 para discussão relevante).

(17) [O João]_k convenceu [a Maria]_i que [a idiota]_{*k/i} deveria assaltar um banco.

(Ferreira 2000, p.39)

Se epítetos não podem ser coindexados com um nome c-comandante em posição de argumento (cf. Lasnik 1976, 1989, Hornstein e Weinberg 1999 e Higginbotham 1992), então em (17) não temos uma relação de c-comando entre o epíteto *a idiota* e o DP *a Maria* e, conseqüentemente, o movimento do sujeito nulo encaixada para a posição de sujeito da matriz não viola minimalidade.

A pergunta que se segue é se o objeto da matriz não c-comanda a oração encaixada, qual seria a posição estrutural dessa encaixada em construções como (17a)?

Rodrigues (2000, 2004), ao abordar as construções com verbos do tipo *convencer* com sujeito nulo, propõe que a oração encaixada não é argumento da oração matriz e sim que se comporta como um adjunto⁶, trazendo como justificativa o fato destas orações não admitirem extração de *wh* (Rodrigues 2004, p.219, (154)):

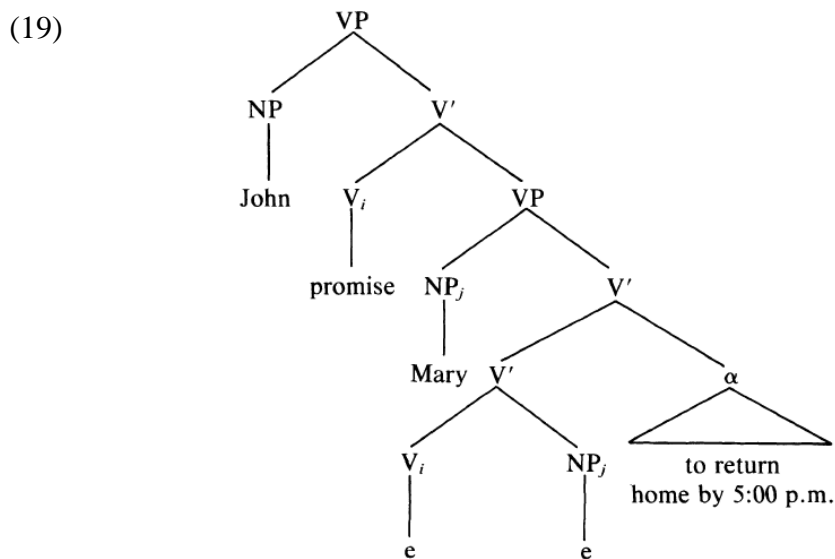
- (18) a. ??Quem_k o João convenceu a Maria que *t_k* vem amanhã?
b. ??O que_k o João convenceu a Maria que o Pedro precisa comprar *t_k*?
c. ??*Como/por que_k o João convenceu a Maria que *ec* tinha consertado o carro *t_k*?

⁶ Importante ressaltar que a proposta de Rodrigues é que, apesar de a subordinada finita dessas estruturas ser selecionada pela semântica do verbo *convencer*, ela se comporta sintaticamente como adjunto.

Segundo Rodrigues (2004), esse status de adjunção de orações finitas seguindo o verbo *convencer* pode ser visto como uma demção de um argumento (cf. Larson, 1991), ou seja, se trata de uma adjunção a um *vP shell*.

A hipótese de demção de argumento de Larson (1991) baseia-se na estrutura de VP shell de Larson (1989). A sugestão é que quando temos um VP *shell* com verbos do tipo *promise*, este perde a propriedade de atribuir caso e a posição de sujeito interna ao VP é detematizada, o que gera o movimento do objeto para a posição de sujeito, e o papel *theta* do sujeito é opcionalmente realizado por um adjunto PP.

Para exemplificar a proposta de Larson, em uma sentença com *promise* em (19a): assume-se que a preposição *to* tem o status de marcadora de caso, e, quando a retiramos (*to* é absorvido), o objeto *Mary* fica sem caso e a posição de sujeito é detematizada e, portanto, vazia. Assim, *Mary* sobe para posição de sujeito do VP e o verbo sobe para a concha mais externa de VP.



Em (19) vemos que a sentença encaixada *to return home by 5 p.m.* é um adjunto e, de igual modo, a oração encaixada em (20) seria analisada, segundo Rodrigues (2004),

como uma adjunção ao vP shell e, portanto, teríamos o movimento de um DP (o sujeito da encaixada) saindo do que Rodrigues chama de “adjunto clausal”.

(20) O João₁ convenceu a Maria₂ que *e*_{1/*2} tinha de sair.

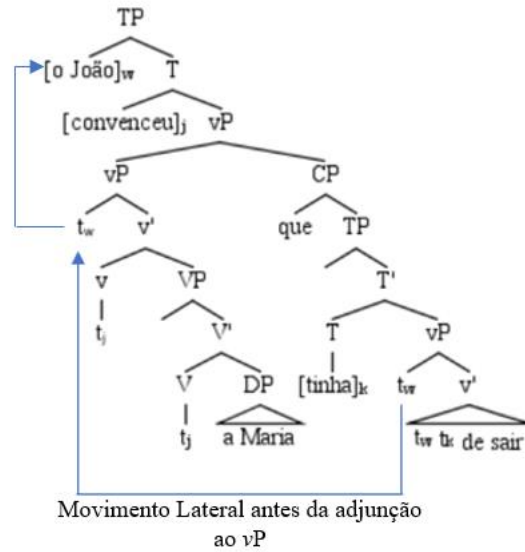
(Rodrigues 2004, p.220)

A derivação de (20), segundo Rodrigues (2004) começa com a numeração em (21a): (21b) é montado com o DP *o João* como argumento externo. Depois disso, o vP da matriz é construído com o DP *a Maria* como argumento interno do verbo da matriz e recebendo seu papel-temático. Por economia, Merge-over-Move (Chomsky 1995) bloqueia que *o João* se mova para essa posição, sendo que o argumento *a Maria* ainda está disponível. Considerando que o fato de o verbo *convencer* ser um verbo transitivo, precisamos de um argumento externo que, nesse estágio da derivação, poderia ser apenas o DP *o João*, que se move lateralmente (Nunes 1995) para o Spec de vP da matriz em (21d). Observemos que o movimento de *o João* se dá antes do CP encaixado se tornar um adjunto. (Rodrigues 2004, p.220, (156)):

- (21) a. N= {o₁ , João₁, a₁ , Maria₁, convenceu₁, v₁, T₁, C₁, tinha₁, de₁, sair₁, que₁ }
 b. [CP que [TP [T' [T tinha₁] [vP [o João] [v' t₁ tinha de sair]]]]]
 c. [vP [v' [v convenceu] [vP t₂ a Maria]]]
 d. [vP [o João]₃ [v' [v convenceu₂] [vP t₂ [a Maria]]]]] → Movimento Lateral de (b) para (c)

Continuando a derivação o CP deve se adjungir ao vP, formando o adjunto. Tense é então concatenado ao topo do vP matriz e o DP *o João* se move para Spec de TP, onde tem seu traço de Caso checado, gerando a estrutura em (22) enviada para as interfaces:

(22)



É de extrema importância para este trabalho ressaltarmos a observação de Rodrigues (2004) de que não é possível, neste tipo de construção, que o objeto da matriz seja o antecedente do sujeito nulo da encaixada. Imaginemos que, assim como em (21b), o DP *o João* fosse gerado como sujeito da oração *tinha de sair*. Porém, quando o vP da matriz fosse inserido na estrutura, ao invés de inserirmos o DP *a Maria*, movêssemos o DP *o João* para essa posição de objeto de *convencer* e só depois o DP *a Maria* seria inserido como sujeito de *convencer*. Esse movimento de *o João* para a posição de objeto da matriz viola a condição de economia Merge-over-Move (Chomsky 1995), visto que, como ainda temos um elemento na numeração que pode ser inserido na estrutura, seria mais econômico inseri-lo do que mover outro elemento da estrutura. Assim, podemos concluir que a única leitura convergente para esse tipo de construção é com o sujeito nulo retomando o sujeito da oração matriz.

Em suma, assumiremos neste trabalho, conforme exposto nesta subseção, que:

- a) Os Ts finitos em PB podem ser defectivos;
- b) os sujeitos nulos em PB são vestígios de movimento-A;
- c) as orações encaixadas com verbos do tipo *convencer* como em (20) têm relação de adjunto com a oração matriz; e
- d) essa relação de adjunto explica a leitura em que o sujeito nulo da encaixada retoma o sujeito da oração matriz.

Estes pontos são cruciais para entendermos as questões principais deste trabalho, que apresentaremos na próxima subseção: as diferentes leituras possíveis para o sujeito nulo na presença ou ausência da preposição *de*.

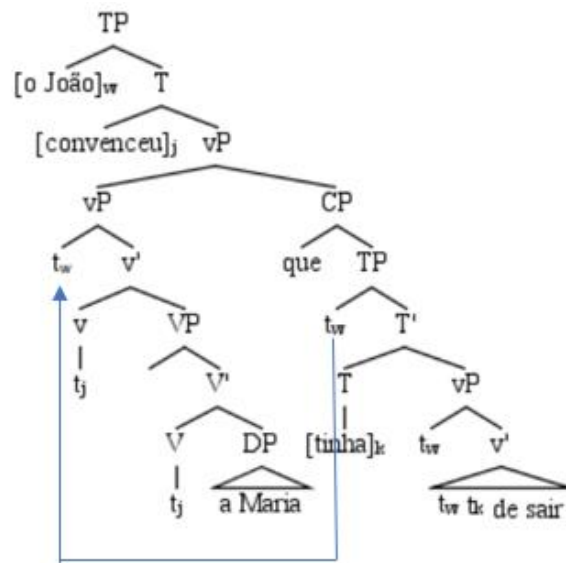
2.4. A preposição *de* e as diferentes leituras do sujeito nulo encaixado

Nunes (2009) observa que o sujeito nulo em (23a) tem apenas a leitura retomando o sujeito da oração matriz, ao passo que em (23b), ao acrescentarmos a preposição *de*, passamos a ter duas possibilidades de leitura: o sujeito nulo pode retomar tanto o sujeito, quanto o objeto da oração matriz:

- (23) a. [O Pedro]_k convenceu [o João]_i [CP que $t_{k/*i}$ tinha de sair]
b. [O Pedro]_k convenceu [o João]_i [PP **de** [CP que $t_{k/i}$ tinha de sair]]

Conforme vimos na subseção anterior, Rodrigues (2004) já nos mostrou como seria a derivação de (23a) em termos de movimento-A do sujeito nulo: a oração encaixada tem relação de adjunto com a oração matriz e o DP *o Pedro*, gerado na encaixada, sofre movimento lateral (Nunes 1995) para ter seus traços checados na oração matriz. Esse movimento não gera efeitos de ilha, pois, conforme Nunes (1995), o movimento acontece antes do CP virar adjunto. Na implementação de Rodrigues, o movimento se dá do Spec de vP da encaixada para o Spec de vP da matriz; porém, neste trabalho, assumiremos a implementação técnica de Ferreira (2000,2004) e Nunes (2008), em que o DP *o João* se move primeiramente para o Spec de TP da oração encaixada antes de se mover lateralmente para o Spec de vP da oração matriz, conforme (24) abaixo:

(24)

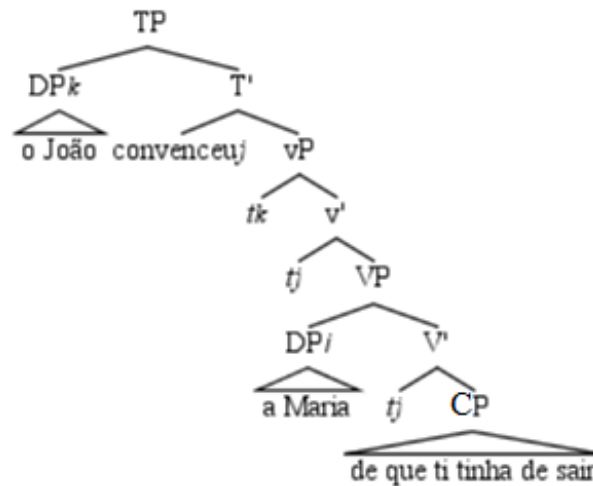


Porém, não podemos aplicar essa mesma estrutura para (23b) se concordarmos com Nunes (2009) que haja a possibilidade de leitura do sujeito nulo da encaixada retomando o objeto da oração matriz, pois, conforme vimos na subseção anterior, a estrutura em (24) (=22) só permite a leitura em que o sujeito nulo retoma o sujeito da oração matriz.

Assim, Nunes (2009) propõe que, quando temos a leitura de controle de objeto em (23b), a preposição *de* seria um reflexo do Caso inerente da oração encaixada, evidenciando que a relação entre elas seja de núcleo/complemento e não de adjunto como em (23a). A derivação de (23b) se daria assim: a atribuição de Caso inerente congelaria o CP encaixado, fazendo com que o DP *o João* fique livre para movimento – assumindo, cf. Ferreira (2000, 2004) que o T pode ser incompleto – e a posição mais próxima para esse movimento seria a *de* objeto da matriz:⁷

⁷ Estrutura baseada na proposta de Nunes (2009).

(25)



Em (25), segundo Nunes (2009), *de* é inserido posteriormente e é uma marca do caso inerente atribuído à oração encaixada.

O problema nessa explicação é que, se a presença do *de* é um reflexo da marca de Caso inerente da oração encaixada e nos aponta que essa oração encaixada é um complemento, então não deveria ser possível a leitura do sujeito nulo retomando o sujeito da oração encaixada de (23b). A presença do *de* em (25) deveria tornar o controle de sujeito impossível, já que o movimento para a posição de sujeito da matriz cruzaria o objeto da matriz, um antecedente em potencial, e violaria minimalidade. Então como explicar a ambiguidade de leituras possíveis em (23b)?

Nunes (2009) apresenta uma proposta para essa questão baseando-se no fato de que, em PB, a preposição *de* é uma marca de prestígio e que alguns falantes apresentam uma espécie de *DE estilístico* e espúrio. Exemplificando, enquanto a preposição *de* é obrigatória antes de objetos diretos de verbos como *gostar* (cf. (26a)), ela é opcional em alguns contextos: antes de complementos CP (cf. (26b)) ou com sujeito nulo não referencial (cf. (26c) e (26d)) (Nunes 2009, p.7, (8)):

- (26) a. Eu gosto ***(de)** você.
b. Eu gostaria **(de)** que você viesse.
c. A afirmação **(de)** que nunca chove aqui é exagerada.
d. A hipótese do João **(de)** que não existe movimento-wh nessa língua parece estar errada.

Quando opcional, a preposição sinaliza uma marca de prestígio em PB: a versão sem a preposição é mais comumente usada; porém, a versão com a preposição é considerada de maior prestígio. Além disso, há casos em que, por hipercorreção, os falantes do PB acrescentam uma preposição em ambientes que ela não é nem exigida, (# representa hipercorreção em (27b)):

- (27) a. Eu não pensei **(*de)** nada.
b. Eu penso **(#de)** que é necessário investir mais em educação.

Assim, para Nunes, se um falante interpreta o sujeito nulo da encaixada como controlado pelo objeto, temos a explicação dada para (25) de que a preposição é reflexo do Caso inerente atribuído à encaixada e que seu sujeito nulo sobe por movimento *upward*, parando na primeira posição possível: de objeto da matriz. Mas se o falante tem interpretação de controle de sujeito mesmo com a presença da proposição *de*, este falante na verdade não está interpretando essa preposição como reflexo da marcação de Caso inerente, e sim como sendo apenas um *de* estilístico. Sua leitura seria igual a em que o *de* não está presente, ou seja, o CP da encaixada é interpretado como um adjunto e tem movimento lateral para a posição de sujeito da matriz, assim como em (24) (cf. Rodrigues 2004).

Essa diferença de julgamento apontado por Nunes (2009) não é consensual na literatura sobre o tema. Modesto (2011), por exemplo, discorda que a presença da preposição *de* altere o julgamento entre (23a) e (23b). Segundo o autor, ambas as construções seriam de controle de sujeito:

Judgments regarding the impossibility of taking the matrix object as the antecedent of the null subject are undisputed (they have been confirmed by Rodrigues (2004) and Nunes (2009)). Nunes (2009), however, claims that, when the preposition *de* ‘of’ precedes the complement clause, the matrix object becomes a possible antecedent. **For all people I have consulted, the presence of the preposition does not change the interpretative possibilities of the sentence.** (Modesto 2011, p.14 nota 10, grifo meu)

Apesar de ainda não ter sido feita uma pesquisa com resultados estatísticos que mostrem se essa diferença de julgamento é ou não percebida pela maioria dos falantes em PB, vamos considerar que, se há falantes que captam essa diferença, é porque ou algum processo de mudança esteja em andamento ou que haja alguma diferença dialetal. Uma das questões dessa pesquisa será, portanto, averiguar se essas diferentes leituras estão presentes ou não na gramática de falantes do PB.

Outrossim, um ponto interessante ainda não estudado e que trataremos nesse trabalho é que a mesma ambiguidade apontada por Nunes (2009) para as sentenças com oração subordinada finita com a preposição *de* (cf. (23) acima) pode ser encontrada ao observarmos construções com verbos do tipo *convencer* com oração subordinada infinitiva com a mesma preposição:

- (28) a. [O Pedro]_k convenceu [o João]_i [**a** *t**_{k/i} sair]
 b. [o Pedro]_k convenceu [o João]_i [**de** *t*_{k/i} precisar sair]]

Quando a oração subordinada contém a preposição *a*, a leitura possível para o sujeito nulo encaixado é de objeto da matriz (cf. (28a)). Já em (28b), teríamos duas leituras possíveis: uma retomando o objeto da matriz (aos moldes de (28a)) e outra retomando o sujeito da matriz. Aqui, novamente, a preposição *de* parece estar gerando uma ambiguidade para a leitura do sujeito nulo encaixado. Vejamos de maneira mais clara as duas possibilidades:

- (29) LEITURA DE OBJETO
 [o Pedro]_k convenceu [a Maria]_i [**de** *eC**_{k/i} precisar engravidar logo]]

(30) LEITURA DE SUJEITO

[a Maria]_k convenceu [o Pedro]_i [**de** *ec_k/*_i* precisar engravidar logo]]

Um ponto interessante a se observar em (28b), (29) e (30) é que, crucialmente, *de* não pode ser apagado antes de infinitivo independentemente de termos leitura de sujeito ou de objeto, o que sugere que na leitura de sujeito *de* não é espúrio nessas construções. Retomaremos essa observação nos próximos capítulos.

2.5 Retomando as questões principais

Revisitando as questões deste trabalho apresentadas no capítulo introdutório à luz do que vimos neste capítulo, neste trabalho, argumentaremos, a favor de Nunes (2009), que as sentenças com verbo *convencer* + oração finita têm uma diferença no julgamento para alguns falantes de qual seria o antecedente para o sujeito nulo encaixado a depender da presença da preposição *de*. Tentaremos estender a mesma hipótese para as sentenças com *convencer* + *de* + oração infinitiva, cuja preposição parece estabelecer o mesmo padrão de ambiguidade de antecedente para o sujeito nulo da encaixada. No próximo capítulo traremos mais exemplos que buscam corroborar esta hipótese.

Em relação às estruturas de cada uma das subcategorizações dos verbos do tipo *convencer*, propomos o seguinte:

- a) Para as construções com verbos do tipo *convencer que* + *oração finita* com sujeito nulo retomando o sujeito da matriz, sem preposição, assumimos a derivação dada por Rodrigues (2004) de que a oração encaixada se comporta como adjunto da oração matriz e o sujeito nulo dentro dessa encaixada sobe por movimento lateral antes da oração encaixada se tornar um adjunto (Nunes 1995) do Spec do TP encaixado (implementação técnica dada por Nunes 2008, 2019, 2020) para o Spec de *vP* da matriz, gerando a leitura de controle de sujeito;

- b) Para as construções com verbos do tipo *convencer + de que + oração finita* com sujeito nulo retomando o objeto da matriz, a princípio, concordamos com Nunes (2009) de que a oração encaixada é complemento da oração matriz e o sujeito nulo da encaixada sobe por movimento *upward* para a posição mais próxima, de objeto da matriz, gerando a leitura de controle de objeto.
- c) Estenderemos essa mesma proposta de (b) para as construções com *convencer + de + oração infinitiva* com sujeito nulo retomando o objeto da matriz.
- d) Para as construções com verbos do tipo *convencer + de que + oração finita* com sujeito nulo retomando o sujeito da matriz, não assumiremos a proposta de Nunes (2009) de que se derivariam como (a), ou seja, não assumimos que a preposição *de* seria espúria.

No próximo capítulo, traremos exemplos retirados de jornais para ratificarmos a existência de cada uma das subcategorizações de *convencer* que apresentamos neste trabalho. Em seguida aplicaremos os testes de Larson (1988, 1991), Baker (1996), Rodrigues (2004), Nunes (2009) e Coelho (2018) a cada uma dessas subcategorizações descritas acima para os verbos do tipo *convencer* objetivando entender como cada tipo de construção se comporta. O objetivo central do capítulo é testarmos nossas três hipóteses iniciais: (i) que a preposição *de* gere uma ambiguidade de leitura para o sujeito nulo encaixado; (ii) que, nas construções com sujeito nulo retomando o sujeito da matriz, a preposição *de* não seja estilística (cf. Nunes 2009) e sim um reflexo de uma diferença estrutural; e (iii) que a estrutura das construções com sujeito nulo retomando o sujeito da matriz seja diferente da estruturas das construções com sujeito nulo retomando o objeto.

CAPÍTULO 3: INFLUÊNCIA DA PREPOSIÇÃO *DE* NOS JULGAMENTOS DO SUJEITO NULO COM VERBOS DO TIPO *CONVENCER*

3.1. Introdução

Neste capítulo, objetivamos responder as três perguntas iniciais deste trabalho expostas no capítulo 1 e repetidas abaixo:

- (i) Há ou não uma ambiguidade de julgamento para o sujeito nulo em verbos do tipo *convencer* na presença da preposição *de*?
- (ii) Há ou não uma diferença estrutural nas construções com verbos do tipo *convencer* com leitura de sujeito com e sem *de*?
- (iii) Há ou não uma diferença estrutural nas construções com verbos do tipo *convencer* com leitura de sujeito comparadas às construções com leitura de objeto?

Conforme explicitamos no capítulo 1, nossa hipótese de trabalho é que as respostas para essas perguntas sejam todas afirmativas.

Para testarmos a afirmação de Nunes (2009) de que haja uma diferença de julgamento para o sujeito nulo na presença da preposição *de* (contra Modesto 2011) traremos, na seção 3.3 deste capítulo, alguns exemplos retirados de jornais online, que nos mostram que é possível termos sujeitos nulos com leitura de sujeito e de objeto em sentenças com a preposição *de* nos diferentes verbos da classe *convencer*.

Para testarmos a hipótese de que a preposição *de* não é meramente estilística nas construções com verbos do tipo *convencer* + *de* com leitura de sujeito (contra Nunes 2009), traremos, na seção 3.4 deste capítulo, testes propostos por Larson (1991), Baker (1996), Rodrigues (2004) e Nunes (2009) e os aplicaremos às construções com verbos do tipo *convencer*. Veremos com estes testes que as derivações com leitura de sujeito em que a preposição *de* está presente têm muitas vezes julgamentos de gramaticalidade diferentes das sentenças em que o *de* está ausente, ou seja, se trata de estruturas diferentes.

Para testarmos a hipótese de que as construções com leitura de sujeito tenham estruturas diferentes das construções com leitura de objeto, traremos na seção 3.5, o teste de *heavy-NP-shift* de Baker (1996), de intencionalidade do argumento externo de Coelho (2018) e de passivização de Larson (1988, 1991). Por fim, a seção 3.6 concluirá o capítulo.

3.2. As subcategorizações de *convencer*

Conforme vimos na introdução desta pesquisa, as construções com verbos do tipo *convencer* + oração subordinada com sujeito expreso podem ter duas formas:

- (1) *Convencer* + oração subordinada com sujeito expreso:
 - a. O João convenceu a Maria **de que** a Ana precisava engravidar o quanto antes.
 - b. O João convenceu a Maria **que** a Ana precisava engravidar o quanto antes.

Já as construções com verbos do tipo *convencer* + oração subordinada com sujeito nulo possuem quatro possibilidades de subcategorização, que produzem três leituras retomando o objeto da matriz (cf. (2a), (2b) e (2c)) e três leituras retomando o sujeito da matriz (cf. (3b), (3c) e (3d))⁸:

- (2) *Convencer* (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz):
 - a. O João convenceu a Maria_k **a** *ec*_k engravidar o quanto antes.
 - b. O João convenceu a Maria_k **de** *ec*_k engravidar o quanto antes.
 - c. O João convenceu a Maria_k **de que** *ec*_k tinha que engravidar o quanto antes.
 - d. *O João convenceu a Maria_k **que** *ec*_k tinha que engravidar o quanto antes.

⁸ Janayna Carvalho (comunicação pessoal) me apontou que as diferentes leituras para as construções com orações encaixadas infinitivas com leitura de objeto (cf. (2b)) e de sujeito (cf. (3b)) podem advir de uma diferença de tamanho entre as duas, visto que essa última parece necessitar de um modal. Porém, apesar de não podermos desconsiderar que a presença do modal melhora substancialmente a aceitabilidade das construções das construções como (3b), veremos na próxima seção exemplos retirados de jornais online em que há sentenças sem o modal.

- (3) *Convencer* (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz):
- a. *A Maria_i convenceu o João **a** *ec*_i engravidar o quanto antes.
 - b. A Maria_i convenceu o João **de** *ec*_i dever engravidar o quanto antes.
 - c. A Maria_i convenceu o João **de que** *ec*_i tinha que engravidar o quanto antes.
 - d. A Maria_i convenceu o João **que** *ec*_i tinha que engravidar o quanto antes.

Perceba que em (2d) a leitura de controle de objeto não é possível com *convencer* + *que* + finito; e, em (3a), a leitura de controle de sujeito não é possível com *convencer* + *a* + infinitivo. Nas próximas seções, consideraremos apenas as subcategorizações possíveis para aplicarmos os testes; porém, posteriormente, retomaremos todas as subcategorizações, a fim de explicarmos por que essas duas opções não são gramaticais.

3.3. A primeira questão: Diferentes possibilidades de leitura na presença de *de*

Conforme já explicitamos no capítulo introdutório desta pesquisa, Modesto (2011) afirma que, em construções finitas como em (4), independente da presença ou ausência da preposição *de*, temos apenas uma possibilidade de leitura para o sujeito nulo, a saber, retomando o sujeito da oração matriz, conforme abaixo:

- (4) O Pedro₁ convenceu a Cilene₂ (de) que *ec*_{1/*2} joga futebol.
(Modesto 2011, p.14)

Como podemos ver nos exemplos abaixo retirados de jornais online⁹, é de fato possível termos sujeitos nulos retomando o sujeito com verbos do tipo *convencer* em orações finitas nas construções na ausência (cf.(5)) ou na presença da preposição *de* (cf.(6)):

⁹ Conforme apontado por Ezekiel Panitz (comunicação pessoal), o fato destes exemplos terem sido retirados de jornais online e por estes comumente terem um registro formal, o sujeito nulo poderia ser um *pro* e não um vestígio de movimento. Porém, se fosse o caso de esse sujeito nulo ser um *pro*, deveria ser possível encontrarmos exemplos com *convencer* + *que* com leitura de objeto sem a preposição, o que não é possível.

- (5) Verbos do tipo *convencer* + *que* + oração finita com leitura de sujeito:
- a. **A cantora** também se apresentou no palco do programa, lembrou a primeira vez que cantou e revelou como convenceu os amigos **que estava** famosa.¹⁰
 - b. Com apenas uma oportunidade para ensaiar, pois encontraram-se apenas na véspera do concerto, **[eles]** fizeram uma apresentação que convenceu as pessoas **que já tocavam** juntos há muito tempo¹¹.
- (6) Verbos do tipo *convencer* + *de que* + oração finita com leitura de sujeito:
- a. **The Rock** canta para convencer a filha **de que é** Maui em vídeo.¹²
 - b. (...) **ele** ainda precisa convencer os grupos de conselheiros da oposição **de que é** o melhor nome para competir com Júlio.¹³
 - c. Filha de Dennis DJ e Kamilla Fialho, **Tília** lança disco e lembra como convenceu os pais **de que queria** investir na música.¹⁴
 - d. Principal destaque na conquista da Copa São Paulo deste ano, **ele** ainda não convenceu o chefe **de que merece** estrear como profissional.¹⁵
 - e. **O prefeito de Ibipuna** tentará persuadir a população **de que merecerá** ser reeleito.¹⁶
 - f. **A mulher** convenceu o marido **de que precisava** de um tempo para ficar sozinha¹⁷.

Porém, conforme já mostrado por Nunes (2009), assumimos nesta pesquisa que a preposição *de* gera uma ambiguidade no julgamento do sujeito nulo em construções como em (4). O que nos motiva a concordar com a afirmação de Nunes é a existência de construções com verbos do tipo *convencer* + *de que* + oração finita em que temos, de maneira evidente, um sujeito nulo com leitura retomando o objeto da matriz, o que não seria possível caso a preposição *de* não gerasse uma ambiguidade no julgamento do

¹⁰ <https://portalpopline.com.br/ludmilla-fala-sobre-gabriel-jesus-e-como-convenceu-os-amigos-que-estava-famosa-no-conversa-com-bial-abri-mochila-cheia-de-dinheiro/> acessado em 11/10/2022 às 14:50.

¹¹ <https://pqpbach.ars.blog.br/2020/06/15/bach-1685-1750-concertos-para-piano-ivaldi-1678-1741-concertos-para-violoncelo-alexander-zagorinsky-violoncelo-einar-steen-nokleberg-piano/> acessado em 10/08/20 às 16:25.

¹² <https://ricmais.com.br/entretenimento/moana-the-rock-canta-para-convencer-filha-de-que-e-maui-em-video-veja/> acessado em 10/08/20 às 16:25.

¹³ <https://esportes.r7.com/lance/futebol/obvio-que-estou-tentando-formalizar-minha-candidatura-no-sao-paulo-diz-marco-aurelio-cunha-03062020> acessado em 10/08/20 às 16:35.

¹⁴ <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/musica/filha-de-dennis-dj-kamilla-fialho-tilia-lanca-disco-lembra-como-convenceu-os-pais-de-que-queria-investir-na-musica-25517049.html> acessado em 27/07/22 às 17:59.

¹⁵ <https://brainly.com.br/tarefa/45108360> acessado em 17/05/22 às 17:30.

¹⁶ <https://www.gazetaesportiva.com/times/corinthians/lesao-na-panturrilha-tira-cristian-de-acao-no-corinthians-por-quatro-semanas/> acessado em 27/07/22 às 18:01.

¹⁷ <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/1143515-jorginho-pede-nina-em-casamento-em-avenida-brasil.shtml> acessado em 27/07/22 às 18:10.

sujeito nulo nessas construções. É o que vemos nos exemplos abaixo com os verbos dessa classe: *convencer* (cf. (7)); *conscientizar* (cf. (8)); e *persuadir* (cf. (9)):

- (7) *Convencer + de que + oração finita com leitura de objeto:*
- a. A própria Angelina sonhava em se tornar fotógrafa desde a infância, mas Larissa Dolina convenceu **a filha de que precisava** de educação e de uma profissão séria.¹⁸
 - b. O pai tentava se livrar do jovem a 450 km de casa quando um motorista parou e tentou convencer **o pai de que estava** sendo imprudente.¹⁹
 - c. As alunas tentam, sem sucesso, convencer **a mãe de que deve** tirar as crianças de perto do córrego imundo.²⁰
 - d. Foi difícil **convencer as pessoas de que** não precisavam de um armazém de farmácia.²¹
- (8) *Conscientizar + de que + oração finita com leitura de objeto:*
- a. Devemos conscientizar **os pais de que**, através de seu comportamento, **podem fazer** a diferença na capacidade dos filhos para superação do período de crise.²²
 - b. Essas atividades devem ter como foco conscientizar **as crianças de que são** pedestres, passageiros de veículos e ciclistas e não condutores de veículos.²³
 - c. Devemos conscientizar **os pais de que precisam** dedicar um tempo para ficar com seus filhos.²⁴
 - d. A campanha que se arrasta desde 2015 teve ao menos um efeito positivo, o de conscientizar **as pessoas de que não podem** depender tanto do Estado.²⁵
 - e. Para modificar o comportamento do garoto seria necessário saber os motivos desse comportamento, ter acesso ao garoto, conscientizar **o pai de que precisa mudar**, também, sua forma de lidar com o menino.²⁶

¹⁸ <https://mrc-naves.ru/pt/useful-tips/doch-dolinoi-biografiya-lichnaya-zhizn-i-interesnye-fakty-doch-dolinoi/> acessado em 27/07/22 às 18:18.

¹⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/769050-na-alemanha-pai-abandona-filho-a-450-km-de-casa-para-ensinar-sobrevivencia.shtml> acessado em 17/05/22 às 17:30.

²⁰ <https://www.scielo.br/j/rbem/a/PvscdhGKBq6cMKnCWdmzC7K/?format=pdf&lang=pt> acessado em 17/05/22 às 17:30.

²¹ <https://www.youtube.com/watch?v=7s2Za8UsVd0> acessado em 23-03-2022 às 18:25.

²² https://www.tjsp.jus.br/Download/Conciliacao/OficinaPaisFilhos/Provimento_CSM_2327_2016.pdf acessado em 10/08/20 às 16:35. acessado em 18/05/22 às 14:30.

²³ <https://www.jdv.com.br/como-ensinar-transito-para-criancas/> acessado em 17/05/22 às 15:00.

²⁴ https://www.praia grande.sp.gov.br/PGNOTICIAS/noticias/noticia_01.asp?cod=15075 acessado em 17/05/22 às 15:00.

²⁵ <https://esportes.yahoo.com/noticias/prefeito-teres%C3%B3polis-quer-tratar-cidade-191200973.html> acessado em 17/05/22 às 15:00.

²⁶ [Joacil \(Psicólogo\): Adolescente Rebelde - Como Lidar? \(joacilpsicologo.blogspot.com\)](https://joacilpsicologo.blogspot.com) acessado em 28/07/22 10:40.

- (9) *Persuadir + de que + oração finita* com leitura de objeto:
- Um absurdo na Grã-Bretanha: persuadir **as pessoas de que podem** escolher uma política²⁷
 - (...)o papel da Igreja em persuadir **a população de que deve** ser subserviente ao rei²⁸
 - Diante da recusa do menino de descer da árvore, seus colegas decidem fazer uma pilha de objetos dotados de significado, e com isso esperam persuadi-**lo de que está** errado.²⁹
 - Os diretores na Grã-Bretanha às vezes são acusados de tentar persuadir **os pais de que devem** educar em casa crianças problemáticas.³⁰
 - Este é autoexplicativo – abrange todas as atividades que ajudam a promover o produto e persuadir **os clientes de que desejam** comprá-lo.³¹

Conforme vimos no capítulo introdutório, temos uma ambiguidade semelhante com o antecedente do sujeito nulo em construções infinitas na presença da preposição *de*. Em (10), temos verbos do tipo *convencer + de + oração subordinada infinitiva* com o sujeito nulo retomando o objeto da matriz e em (11) temos a mesma construção gerando a leitura do sujeito nulo retomando o sujeito da oração matriz:

²⁷ https://resistir.info/pilger/pilger_21abr05.html acessado em 23-03-2022 às 18:30.

²⁸ https://plurall-content.s3.amazonaws.com/oeds/NV_ORG/PNLD/PNLD20/Historia_Doc/8ano/02_BIMESTRE/08_VE_RSAO_FINAL/03_PDFS/12_HIST_DOC_8ANO_2BIM_Sequencia_didatica_2_TRT.pdf acessado em 23-03-2022 às 18:30.

²⁹ <https://www.extra.com.br/livro-nada-janne-teller/p/2178155> acessado em 23-03-2022 às 18:35.

³⁰ <https://in2saude.com.br/2021/02/24/covid-19-convenceu-alguns-pais-de-que-estudar-em-casa-e-melhor-the-economist/> acessado em 23-03-2022 às 18:35.

³¹ <https://www.nautilos.com.br/blog/e-commerce/4ps-e-e-commerce-ainda-importante-na-era-digital/> acessado em 23-03-2022 às 18:40.

- (10) Verbos do tipo *convencer + de + oração infinitiva* com leitura de objeto
- Com a ajuda de Febo, Cíntia convenceu **o pai de deixar** a plebeia costurar o ferimento.³²
 - Como convencer **alguém de deixar** o seu domicílio?³³
 - O grupo ainda luta para conscientizar **a população de vacinar** seus animais.³⁴
 - A divulgação das campanhas de higienização de conscientizar **os idosos de permanecer** em casa são fundamentais para o processo de combate ao vírus.³⁵
 - Alessandra Teixeira convenceu **o pai de ser** intubado.³⁶
- (11) Verbos do tipo *convencer + de + oração infinitiva* com leitura de sujeito
- Como **você** conseguiu convencer a esposa **de poder** dar o nome ao filho de Lampard?³⁷
 - (...) se trata de questão envolvendo duas empresas, sendo que **uma delas**, em sua campanha publicitária, tenta convencer a população **de ser** mais interessante do que a outra.³⁸
 - O faixa-preta da ZR Team** comentou sobre início na modalidade, as dificuldades e como convenceu a família **de ser** lutador.³⁹
 - Mas, a fim de levantar contra nós a multidão ignorante, **[eles] fingem** ignorá-los e **procuram** persuadir o povo **de não terem** semelhantes desastres.⁴⁰

Em suma, os exemplos que trouxemos nesta seção reiteram a afirmação de Nunes (2009) de que a preposição *de* gera, de fato, as duas possibilidades de leitura para o sujeito nulo encaixado, conforme a primeira pergunta desta pesquisa. Outrossim, no decorrer das próximas seções deste capítulo veremos outros exemplos similares a (6)-(11), em que o

³²https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlije/2016/TRABALHO_EV063_MD1_SA15_ID798_20072016124524.pdf acessado em 23-03-2022 às 18:45.

³³<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/01%20-%20Solenidade%20em%20comemoracao%20ao%20aniversario%20de%20um%20ano%20do%20plano%20real%20-%20Brasilia%20-%202001-07-95.pdf> acessado em 19-05-2022 às 18:45

³⁴ <https://www.joaoneiva.es.gov.br/noticia/ler/2637/-/popup> acessado em 23-03-2022 às 18:45

³⁵ <https://www.diariodesuzano.com.br/regiao/medico-geriatra-fala-sobre-cuidados-com-os-idosos/53270/> acessado em 19-05-2022 às 16:45

³⁶ [Em áudios, vídeos e mensagens de texto, pacientes internados com Covid-19 relatam desespero e esperança - Jornal O Globo](#) acessado em 28/07/22 às 10:19.

³⁷ <https://www.torcedores.com/noticias/2017/05/brasileiro-lampard-filho-fa-chelsea>

³⁸ <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18167871/ag-1374374/decisao-monocratica-103923296?ref=juris-tabs> acessado em 19-05-2022 às 16:45

³⁹ [Gabriel lembra escolha do Jiu-Jitsu como profissão: 'A família que que você seja médico, não atleta' - YouTube](#) acessado em 28/07/22 às 10:25.

⁴⁰ <https://www.docstity.com/pt/sto-agostinho-a-cidade-de-deus/5649761/> acessado em 19-05-2022 às 18:45.

sujeito nulo pode retomar o objeto ou sujeito da oração matriz quando a preposição *de* está presente.

3.4. A segunda questão: A existência de um *de* estilístico

Passando agora para a segunda questão deste trabalho, verificaremos se há ou não diferenças estruturais entre as construções *convencer + que* e *convencer + de que*, ambas com leitura de controle de sujeito, que refutariam ou confirmariam a existência de um *de* estilístico (cf. Nunes 2009). Para tal, nesta seção, aplicaremos às sentenças com verbos do tipo *convencer* alguns testes propostos por Larson (1991), Baker (1996), Rodrigues (2004) e Nunes (2009).

O primeiro teste é baseado na discussão que Larson (1991) e Baker (1996) trazem a respeito de construções de objetos duplos e a variante dativa e na proposta de Larson (1991) de que as estruturas para as construções com objetos duplos sejam diferentes das estruturas com verbos do tipo *force/persuade*. Essas diferenças explicariam as diferentes leituras de controle dessas construções: de sujeito para *promise* e de objeto para *force/persuade*. Busco aplicar testes semelhantes às diferentes subcategorizações de *convencer*, a fim de averiguar se encontramos diferenças entre elas.

O segundo teste é baseado no teste de extração de *wh* trazido por Rodrigues (2004) e Nunes (2009), onde os autores demonstraram que as orações subordinadas associadas às construções com *convencer + que + sujeito* expresso se comportam como adjunto gerando efeitos de ilha, enquanto as construções com *convencer + de que + sujeito* expresso se comportam como complemento, não gerando efeito de ilha.⁴¹ Aplicaremos o mesmo teste a todas as subcategorizações dos verbos do tipo *convencer + sujeito nulo* a

⁴¹ Essa divisão é corroborada por Coelho, Nunes e Santos (2018) através de um experimento de julgamento de gramaticalidade, que veremos na seção 3.4.2 deste capítulo.

fim de classificarmos se as orações subordinadas estão se comportando como adjunto ou como complemento.

Lembrando, nossa hipótese é que as duas possibilidades de leitura para o sujeito nulo encaixado são, na verdade, resultado de uma diferença estrutural entre essas sentenças e que a preposição *de* seria um reflexo dessa diferença. Nossa expectativa é que esses testes corroborem nossa hipótese.

3.4.1. Teste de extração de argumentos (Larson 1991 e Baker 1996)

Objetivando apontar as diferenças estruturais entre as sentenças com alternância locativa e as sentenças com alternância dativa, Baker (1996) aplica a essas construções testes de extração de argumentos.

Considerando primeiramente as construções de alternância dativa, Baker mostra que, em estruturas dativas NP-PP, é gramatical extrair o objeto direto/tema (cf. (12a)) e alvo (cf. (12b)). Já nas estruturas de objetos duplos é possível extrair o segundo argumento (tema) (cf. (13a)), mas é agramatical extrair o primeiro argumento (alvo) (cf. (13b)).

- (12) a. [Which perfume]_i do you think I should give t_i to Mary?
b. [Which woman]_i do you think I should give perfume to t_i ?
- (13) a. [Which perfume]_i do you think I should buy the woman t_i ?
b. *[Which woman]_i do you think I should buy t_i perfume?

(Baker 1996, p.15)

Considerando agora as construções com alternância locativa, a extração do objeto direto de qualquer de suas versões é permitida (cf. (14)) assim como a extração do PP alvo (cf. (15)):

- (14) a. [Which boxes]_i do you think I should load t_i onto the truck?
b. [Which truck]_i do you think I should load t_i with hay?

(Baker, 1996, p.15 (27))

- (15) a. [Onto which truck] do you think I should load the boxes t_i ?
 b. [With which hay] do you think I should load the truck t_i ?

Larson (1991) traz um teste semelhante de extração de complementos: ele mostra que assim como os objetos duplos, *promise* também permite a extração de seu complemento tema, que pode ser um NP (cf. (16)) ou um complemento infinitivo (cf. (17)):

- (16) a. What did John promise/give Mary? – A sports car.
 b. What John promised/gave Mary was [a sports car].
- (17) a. What did John promise Mary? – To leave by five o'clock.
 b. What John promised Mary was [to leave by five o'clock].
- (Larson 1991, p. 105)

Também igualmente às construções de objetos duplos, *promise* não permite a extração de seu argumento alvo independentemente do segundo objeto ser um NP (cf. (18)) ou um complemento oracional (cf. (19)):

- (18) a. ??Who do you think John promised/gave a sports car?
 b. *John was tough to promise/give a sports car.
 c. *Who did John promise/give a sports car? – Mary.
 d. *Who John promised/gave a sports car was [Mary].
- (19) a. ??Who do you think John promised to leave?
 b. *John was tough to promise to leave.
 c. *Who did John promise to leave? – Mary
 d. *Who John promised to leave was [Mary].
- (Larson 1991, p. 104)

Larson (1991) também observa que, ao contrário de *promise*, as construções não-dativas com *force/persuade* permitem extração do objeto NP alvo (cf. (20)) mas não permitem extração do complemento infinitivo/tema (cf. (21)):

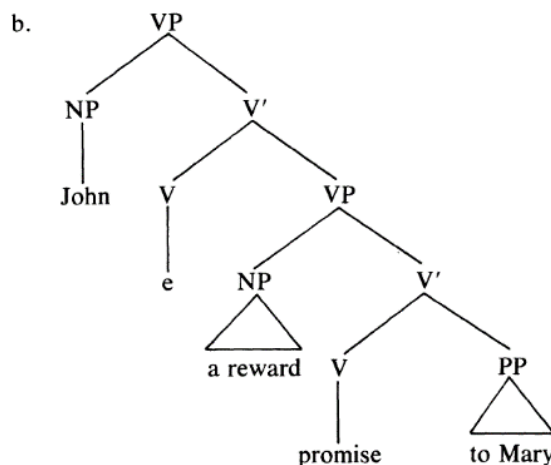
- (20) a. Who do you think John forced/persuaded to leave? – Mary.
 b. The woman John forced/persuaded to leave was Mary.
 c. John was tough to persuade/force to leave.
 d. Who did John persuade/force to leave? – Mary.
 e. Who John persuaded/forced to leave was [Mary].

- (21) a. *What did John persuade/force Mary? – To leave by five o'clock.
 b. *What John persuaded/forced Mary was [to leave by five o'clock].

(Larson, 1991, p. 106)

Esse padrão levou Larson (1991) a concluir que *promise* se comporta sempre da mesma forma que as construções de objetos duplos e que os verbos não-dativos do tipo *force* e *persuade* se comportam exatamente da forma oposta. Larson propõe que isso se deve ao fato de que teríamos dois tipos diferentes de estruturas e que essas diferenças se refletem nos diferentes padrões de controle desses verbos: *promise*, que tem leitura de controle de sujeito; e *force/persuade*, que têm leitura de controle de objeto. Assim, quando temos uma estrutura de forma oblíqua em sua estrutura-D (cf. (22b)), o núcleo seria o verbo *promise*, o especificador o NP *a reward*, e o complemento o PP *to Mary*. Depois o verbo subiria para V e o sujeito se concatenaria ao Spec de VP gerando a linearização da sentença de (22a) (Larson 1991, p.107, (14)):

- (22) a. John promised a reward to Mary.

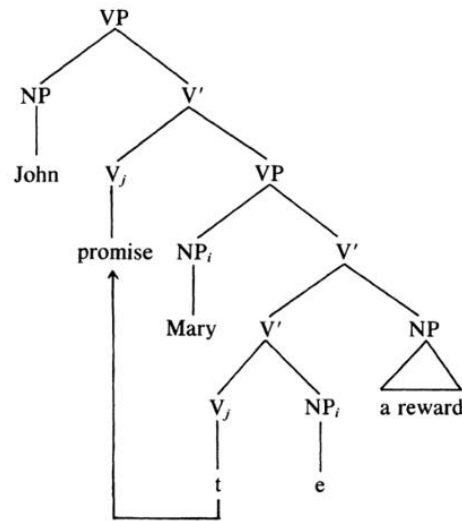


Já em uma estrutura de objetos duplos, que segundo o autor é derivada da estrutura oblíqua acima, temos uma operação que Larson chama de “operação de passiva”: o sujeito do VP é detematizado e seu papel theta é opcionalmente realizado por um adjunto PP.

Para (23a), temos a estrutura-D mais ou menos igual à versão oblíqua, com *promise* na posição de núcleo e *Mary* como complemento; mas com a diferença de que com a operação passiva a posição de especificador está vazia e *a reward* aparece como adjunto. Pela retirada do atribuidor de Caso *to*, o objeto direto *Mary* fica sem Caso, o que faz com que este se mova para a posição de sujeito do VP (que está vazia pela detematização), o verbo sobe para V, gerando a ordem linear da sentença em (23b) (Larson 1991, p.110):

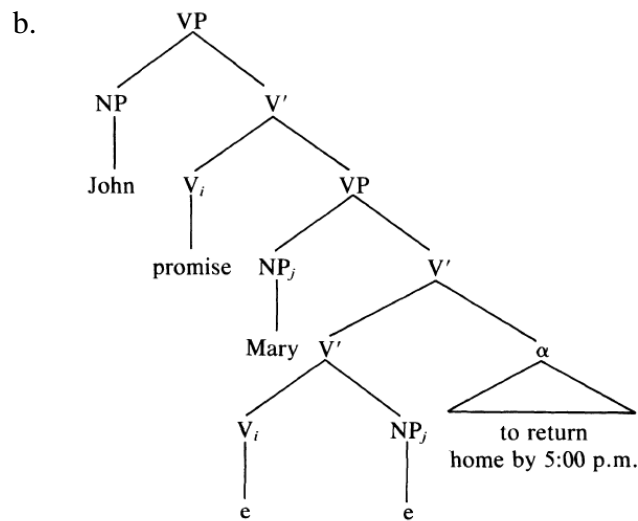
(23) a. John promised Mary a reward.

b.



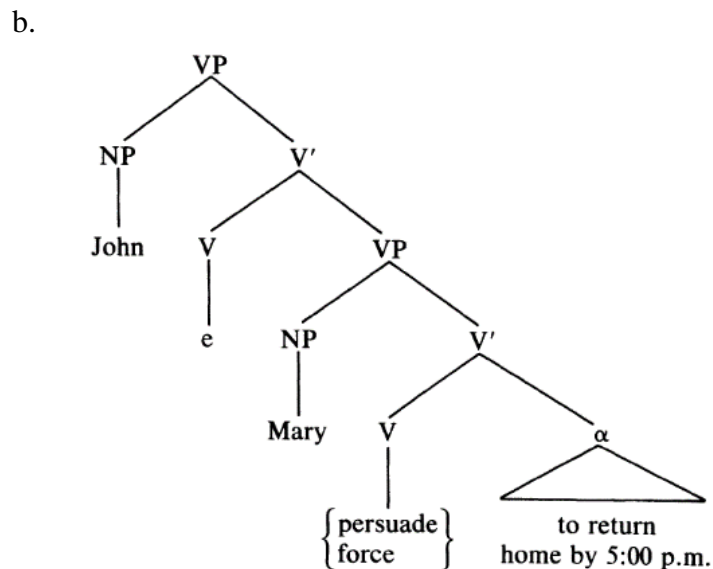
O mesmo processo acontece com a versão *promise + infinitivo* (cf. 24) (Larson 1991, p.113, (22)):

(24) a. John promised Mary to return home by 5 p.m.



Agora considerando os verbos *persuade* e *force*, Larson (1991) mostra que temos, na estrutura-D, o verbo como núcleo, *Mary* como especificador e o infinitivo *to return home...* como complemento (cf. (25b)). O verbo então sobe para V, formando a ordem linear da sentença em (25a).

(25) a. John persuaded/forced Mary to return home by 5:00 pm.



Para explicar a razão do verbo *promise* ter controle de sujeito enquanto *persuade/force* têm controle de objeto, Larson afirma que o MDP (*Minimal Distance Principle*, Rosenbaum 1970) se aplica em estrutura-D:

- (26) Minimal Distance Principle: Um complemento infinitivo de um predicado P seleciona como seu controlador o sintagma nominal c-comandante mínimo no complexo funcional de P⁴².

Assim, em *persuade/force* (cf. 25b), *Mary* é o NP mais próximo que c-comanda o infinitivo em estrutura-D, por isso teríamos a leitura de controle de objeto. Já em *promise* (cf. 24b), *Mary* não c-comanda o infinitivo em estrutura-D e o NP mais próximo é o sujeito do VP mais alto, *John*, e por isso teríamos leitura de sujeito.

3.4.1.1 Teste aplicado a *Convencer* + Sujeito Expresso

Aplicando o mesmo teste com os verbos do tipo *convencer* a fim de observarmos se há, também, uma diferença estrutural entre suas subcategorizações, vemos que a extração de objeto direto é possível independentemente da presença da preposição *de* para as duas construções com sujeito expresso na oração encaixada (cf. (27) e (28))⁴³:

- (27) Verbos do tipo *convencer* + *que* + finito: extração do objeto da matriz
- a. A professora convenceu que aluno que as crianças deviam estudar para vencer na vida?
 - a'. Que aluno_i a professora convenceu t_i que as crianças deviam estudar para vencer na vida?
 - b. A eleitora conscientizou que candidato que a população precisava de ajuda?
 - b'. Que candidato_i a eleitora conscientizou t_i que a população precisava de ajuda?
 - c. O gerente persuadiu que cliente que os garçons mereciam uma boa gorjeta?
 - c'. Que cliente_i o gerente persuadiu t_i que os garçons mereciam uma boa gorjeta?

⁴² A noção de um “complexo funcional de um predicado P” vem de Chomsky (1986), onde é usado para definir o domínio local de anáforas dentro da Teoria de Ligação. O complexo funcional de P é o domínio de estrutura no qual os papéis temáticos determinados por P são descarregados. Anáforas são requeridas para termos um antecedente dentro do complexo funcional do seu regente. Assim, Larson (1991) está tratando controle como uma forma de anáfora, com a previsão extra que infinitivos selecionam o antecedente mais próximo disponível.

⁴³ Todas as sentenças dos testes deste trabalho foram submetidas informalmente ao julgamento de aceitabilidade de alguns falantes nativos de PB.

- (28) Verbos do tipo *convencer + de que + finito*: extração do objeto da matriz
- a. A professora convenceu que aluno de que as crianças deviam estudar para vencer na vida?
 - a'. Que aluno_i a professora convenceu t_i de que as crianças deviam estudar para vencer na vida?
 - b. A eleitora conscientizou que candidato de que a população precisava de ajuda?
 - b'. Que candidato_i a eleitora conscientizou t_i de que a população precisava de ajuda?
 - c. O gerente persuadiu que cliente de que os garçons mereciam uma boa gorjeta?
 - c'. Que cliente_i o gerente persuadiu t_i de que os garçons mereciam uma boa gorjeta?

A pronominalização da oração subordinada nas construções com sujeito expesso na oração encaixada é possível quando a preposição *de* está presente (cf. (28)), mas não quando está ausente (cf. (29))⁴⁴:

- (29) Verbos do tipo *convencer + de que + finito*: pronominalização com perguntas eco.
- a. O aluno convenceu o professor de que o cachorro tinha comido a lição de casa.
 - a'. O aluno convenceu o professor de quê?
 - b. Os empregados conscientizaram o patrão de que todos da empresa mereciam um aumento.
 - b'. Os empregados conscientizaram o patrão de quê?
 - c. As crianças persuadiram a cozinheira de que a merenda deveria ser chocolate.
 - c'. As crianças persuadiram a cozinheira de quê?

- (30) Verbos do tipo *convencer + que + finito*: pronominalização com perguntas eco.
- a. O aluno convenceu o professor que o cachorro tinha comido a lição de casa.
 - a'. *O aluno convenceu o professor o quê?
 - b. Os empregados conscientizaram o patrão que todos da empresa mereciam um aumento.
 - b'. *Os empregados conscientizaram o patrão o quê?
 - c. As crianças persuadiram a cozinheira que a merenda deveria ser chocolate.
 - c'. *As crianças persuadiram a cozinheira o quê?⁴⁵

Um ponto apontado por Nunes (comunicação pessoal) é que apesar de a preposição ser aparentemente opcional em (31a), não se pode perguntar com a preposição e responder sem (cf. (31b) vs. (31c):

⁴⁴ Replicamos o teste de Larson (1991) e Baker (1996) com perguntas-eco e não como extrações de complemento oracional como em (i) para deixarmos mais evidentes as diferenças entre as estruturas, sem um possível ruído de que esse tipo de sentença fosse agramatical por falta de Caso:

(i) *O aluno convenceu o professor o quê? *Que o cachorro tinha comido a lição de casa.

⁴⁵ Na próxima seção discutiremos a relação entre Caso e a agramaticalidade dessas sentenças em (30).

- (31) a. A Maria convenceu o Pedro (de) que o João vai ser eleito.
 b. De que a Maria convenceu o Pedro? *Que o Joao vai ser eleito.
 c. De que a Maria convenceu o Pedro? De que o Joao vai ser eleito.

Isso pode ser interpretado como um argumento contra Nunes (2009), pois, se a preposição fosse espúria e inserida em PF, não deveria influir na resposta.

3.4.1.2 Teste aplicado a *Convencer* + Sujeito Nulo

Aplicando o teste de extração de argumentos – visto acima com sujeito expreso – agora com sujeito nulo na encaixada, temos que as construções em que este sujeito nulo retoma o objeto da matriz em *convencer* + *a* + *infinitivo* (cf. (32)), *convencer* + *de* + *infinitivo* (cf. (33)), e *convencer* + *de que* (cf. (34)) permitem a extração do objeto direto⁴⁶:

(32) Verbos do tipo *convencer* + *a* + infinitivo (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz): extração do objeto da matriz

- a. O médico convenceu **que paciente** a *ec engravidar* logo?
 a'. **Que paciente**_i o médico convenceu *t*_i a *ec engravidar* logo?
 b. A professora conscientizou **que aluno** a *ec estudar* mais para a prova?
 b'. **Que aluno**_i a professora conscientizou *t*_i a *ec estudar* mais para a prova?
 c. O candidato persuadiu **que eleitor** a *ec fazer* boca de urna?
 c'. **Que eleitor**_i o candidato persuadiu *t*_i a *ec fazer* boca de urna?

(33) Verbos do tipo *convencer* + *de* + infinitivo (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz): extração do objeto da matriz

- a. O médico convenceu **que paciente** de *ec ter* engravidado na hora certa?
 a'. **Que paciente**_i o médico convenceu *t*_i de *ec ter* engravidado na hora certa?
 b. A professora conscientizou **que aluno** de *ec ter* que estudar mais para a prova?
 b'. **Que aluno**_i a professora conscientizou *t*_i de *ec ter* que estudar mais para a prova?
 c. O paciente persuadiu **que enfermeiro** de *ec dever* aplicar injeção na criança?
 c'. **Que enfermeiro**_i o paciente persuadiu *t*_i de *ec dever* aplicar injeção na criança?

⁴⁶ Segundo Torres Morais (comunicação pessoal) há uma inclinação de se colocar um sujeito expreso em todas as construções desta tese em que temos oração encaixada finita, sobretudo nas construções com ambiguidade, ou seja, com a preposição *de*, o que pode estar indicando uma tendência dos falantes de tentar sanar essa ambiguidade.

- (34) Verbos do tipo *convencer + de que + finito* (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz): extração do objeto da matriz
- a. O médico convenceu **que paciente** de que *ec tinha* engravidado na hora certa?
 - a'. **Que paciente**_i o médico convenceu t_i de que *ec tinha* engravidado na hora certa?
 - b. A professora conscientizou **que aluno** de que *ec tinha* que estudar mais para a prova?
 - b'. **Que aluno**_i a professora conscientizou t_i de que *ec tinha* que estudar mais para a prova?
 - c. O candidato persuadiu **que eleitor** de que *ec devia* fazer boca de urna?
 - c'. **Que eleitor**_i o candidato persuadiu t_i de que *ec devia* fazer boca de urna?

Da mesma forma, considerando as construções em que o sujeito nulo retoma o sujeito da matriz em *convencer + de + infinitivo* (cf. (35)), *convencer + de que* (cf. (36)), e *convencer + que* (cf. (37)), vemos que o objeto direto também pode ser extraído de todas as estruturas:

- (35) Verbos do tipo *convencer + de + infinitivo* (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz): extração do objeto da matriz
- a. **O cliente** convenceu qual vendedor de *ec merecer* um bom desconto?
 - a'. Qual vendedor_i; **o cliente** convenceu t_i de *ec merecer* um bom desconto?
 - b. **O candidato** conscientizou qual eleitor de *ec ser* a melhor opção?
 - b'. Qual eleitor_i; **o candidato** conscientizou t_i de *ec ser* a melhor opção?
 - c. **A aluna** persuadiu quais professores de *ec poder* fazer a prova com consulta?
 - c'. Quais professores_i; **a aluna** persuadiu t_i de *ec poder* fazer a prova com consulta?

- (36) Verbos do tipo *convencer + de que + finito* (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz): extração do objeto da matriz
- a. **O cliente** convenceu qual vendedor de que *ec merecia* um bom desconto?
 - a'. Qual vendedor_i; **o cliente** convenceu t_i de que *ec merecia* um bom desconto?
 - b. **O candidato** conscientizou qual eleitor de que *ec seria* a melhor opção?
 - b'. Qual eleitor_i; **o candidato** conscientizou t_i de que *ec seria* a melhor opção?
 - c. **A aluna** persuadiu quais professores de que *ec tinha* que fazer a prova com consulta?
 - c'. Quais professores_i; **a aluna** persuadiu t_i de que *ec tinha* que fazer a prova com consulta?

- (37) Verbos do tipo *convencer* + *que* + finito (sujeito nulo com leitura de sujeito): extração do objeto da matriz⁴⁷
- a. **O cliente** convenceu qual vendedor que *ec* **merecia** um bom desconto?
 - a'. *Qual vendedor*_i **o cliente** convenceu *t*_i que *ec* **merecia** um bom desconto?
 - b. **O candidato** conscientizou qual eleitor que *ec* **seria** a melhor opção?
 - b'. Qual eleitor_i **o candidato** conscientizou *t*_i que *ec* **seria** a melhor opção?
 - c. **A aluna** persuadiu quais professores que *ec* **tinha** que fazer a prova com consulta?
 - c'. Quais professores_i **a aluna** persuadiu *t*_i que *ec* **tinha** que fazer a prova com consulta?

Assim, quanto à extração de objeto direto, vemos que todas as subcategorizações dos verbos do tipo *convencer* apresentam o mesmo comportamento. Porém, quanto à pronominalização da oração subordinada com sujeito nulo retomando o objeto da matriz, vemos em (38) que *convencer* + *a* + *infinitivo* não permite pronominalização, mas *convencer* + *de* + *infinitivo* (cf. (39)) e *convencer* + *de que* (cf. (40)) permitem:

- (38) Verbos do tipo *convencer* + *a* + infinitivo (sujeito nulo com leitura de objeto): pronominalização da oração subordinada com perguntas *eco*⁴⁸
- a. *O médico convenceu a paciente ao quê?
 - a'. (O médico convenceu **a paciente**) a *ec* tomar todos os remédios prescritos.
 - b. *O professor conscientizou o aluno ao quê?
 - b'. (O professor conscientizou **o aluno**) a *ec* fazer o trabalho sem ajuda.
 - c. *O vendedor persuadiu o cliente ao quê?
 - c'. (O vendedor persuadiu **o cliente**) a *ec* comprar um perfume.
- (39) Verbos do tipo *convencer* + *de* + infinitivo (sujeito nulo com leitura de objeto): pronominalização da oração subordinada com perguntas *eco*
- a. O médico convenceu a paciente do quê?
 - a'. (O médico convenceu **a paciente**) de *ec* tomar todos os remédios prescritos.
 - b. O professor conscientizou o aluno do quê?
 - b'. (O professor conscientizou **o aluno**) de *ec* fazer o trabalho sem ajuda.
 - c. O vendedor persuadiu o cliente do quê?
 - c'. (O vendedor persuadiu **o cliente**) de *ec* comprar um perfume.

⁴⁷ Alguns falantes consideram as sentenças em (37) como marginais, em detrimento das sentenças em (36), que seriam totalmente aceitáveis. Isso apontaria, segundo Renato Lacerda (comunicação pessoal) mais uma vez, um argumento contra a existência de um *de* estilístico.

⁴⁸ Segundo Renato Lacerda (comunicação pessoal) se as sentenças em (38) seriam gramaticais se trocássemos “convencer ao que” por “convencer a que”, o que sugeriria que o infinitivo é menor, ou seja, não teria a camada correspondente ao DP.

- (40) Verbos do tipo *convencer + de que + finito* (sujeito nulo com leitura de objeto): pronominalização da oração subordinada com perguntas eco
- a. O médico convenceu a paciente do quê?
 - a'. (O médico convenceu **a paciente**) de que *ec* devia tomar todos os remédios prescritos.
 - b. O professor conscientizou o aluno do quê?
 - b'. (O professor conscientizou **o aluno**) de que *ec* devia fazer o trabalho sem ajuda.
 - c. O candidato persuadiu o eleitor do quê?
 - c'. (O candidato persuadiu **o eleitor**) de que *ec* devia fazer boca de urna.

Nas sentenças com o sujeito nulo retomando o sujeito da matriz, vemos que *convencer + de + infinitivo* (cf. (41)) e *convencer + de que* (cf. (42)) permitem a pronominalização da oração subordinada, mas *convencer + que* não (cf. (43)):

- (41) Verbos do tipo *convencer + de + infinitivo* (sujeito nulo com leitura de sujeito): pronominalização da oração subordinada com perguntas eco
- a. O cliente convenceu o vendedor do quê?
 - a'. (**O cliente** convenceu o vendedor) de *ec* merecer um bom desconto.
 - b. A professora conscientizou o aluno do quê?
 - b'. (**A professora** conscientizou o aluno) de *ec* precisar de mais tempo para corrigir a prova.
 - c. A aluna persuadiu os professores do quê?
 - c'. (**A aluna** persuadiu os professores) de *ec* ter feito a lição sozinha.

- (42) Verbos do tipo *convencer + de que + finito* (sujeito nulo com leitura de sujeito): pronominalização da oração subordinada com perguntas eco
- a. O cliente convenceu o vendedor do quê?
 - a'. (**O cliente** convenceu o vendedor) de que *ec* merecia um bom desconto.
 - b. A professora conscientizou o aluno do quê?
 - b'. (**A professora** conscientizou o aluno) de que *ec* precisava de mais tempo para corrigir a prova.
 - c. A aluna persuadiu os professores do quê?
 - c'. (**A aluna** persuadiu os professores) de que *ec* poderia fazer a prova com consulta.

- (43) Verbos do tipo *convencer + que + finito* (sujeito nulo com leitura de sujeito): pronominalização da oração subordinada com perguntas eco
- a. *O cliente convenceu o vendedor o quê?
 - a'. (**O cliente** convenceu o vendedor) que *ec* merecia um bom desconto
 - b. *A professora conscientizou o aluno o quê?
 - b'. (**A professora** conscientizou o aluno) que *ec* precisava de mais tempo para corrigir a prova.
 - c. *A aluna persuadiu os professores o quê?
 - c'. (**A aluna** persuadiu os professores) que *ec* poderia fazer a prova com consulta.

Conforme apontado por Ezekiel Panitz (comunicação pessoal), a agramaticalidade em (30) com *convencer + que + finito* (sujeito expresso) e em (43) *convencer + que + finito* (sujeito nulo) poderia ser explicada por questões de Caso e que independe de o CP ser um complemento ou um adjunto. Consideremos que no inglês, por exemplo, não é possível termos perguntas-eco como (44a), sendo obrigatória a presença da preposição (cf. (44b)):

- (44) a. *John convinced Mary what?
b. John convinced Mary of what?

Porém, em português, esse tipo de pergunta eco como em (30) e (42) é possível com verbos auxiliares (cf. (45)), o que é impossível em inglês (cf. (46)).

- (45) a. A Maria vai o quê?
b. A Maria está o quê?

- (46) a. *Mary will what?
b. *Mary is what?

Portanto, se sentenças como (45) são possíveis em português, não apresentando violação de Caso, nada impediria as sentenças em (30) e (43) de serem gramaticais também, diferente do que acontece.

Resumindo os resultados desse primeiro teste, temos dois tipos de estruturas diferentes: de um lado os verbos do tipo *convencer + de + infinitivo* (*leitura de objeto*), *convencer + de que* (*leitura de objeto*), *convencer + de + infinitivo* (*leitura de sujeito*) e *convencer + de que* (*leitura de sujeito*) que permitem extração do NP objeto direto e pronominalização da oração subordinada; e do outro os verbos do tipo *convencer + a + infinitivo* e *convencer + que* permitem a extração do objeto direto, mas não permitem a pronominalização da oração subordinada, conforme vemos na tabela abaixo:

Tabela (1):

	<i>Convencer</i> + a + Infinitivo (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de + Infinitivo (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de que + Finito (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de + Infinitivo (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer</i> + de que + Finito (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer</i> + que + Finito (Leitura de Sujeito)
Extração do objeto direto	OK (32) [<u>Que paciente</u>]; o médico convenceu t_i a <i>ec</i> engravidar logo?	OK (33) [<u>Que paciente</u>]; o médico convenceu t_i de <i>ec</i> ter engravidado na hora certa?	OK (34) [<u>Que paciente</u>]; o médico convenceu t_i de que <i>ec</i> tinha engravidado na hora certa?	OK (35) [Qual vendedor]; <u>o cliente</u> convenceu t_i de <i>ec</i> merecer um bom desconto?	OK (36) [Qual vendedor]; <u>o cliente</u> convenceu t_i de que <i>ec</i> merecia um bom desconto?	OK (37) [Qual vendedor]; <u>o cliente</u> convenceu t_i que <i>ec</i> merecia um bom desconto?
Pronominalização da oração subordinada	* (38) a.*O médico convenceu a paciente ao quê? a'(O médico convenceu <u>a paciente</u>) a <i>ec</i> tomar todos os remédios prescritos.	OK (39) a. O médico convenceu a paciente do quê? a'(O médico convenceu <u>a paciente</u>) de <i>ec</i> ter que tomar todos os remédios prescritos.	OK (40) a. O médico convenceu a paciente do quê? a'.(O médico convenceu <u>a paciente</u>) de que <i>ec</i> devia tomar todos os remédios prescritos.	OK (41) a. O cliente convenceu o vendedor do quê? a'.(O <u>cliente</u> convenceu o vendedor) de <i>ec</i> merecer um bom desconto.	OK (42) a. O cliente convenceu o vendedor do quê? a'.(O <u>cliente</u> convenceu o vendedor) de que <i>ec</i> merecia um bom desconto.	* (43) a.*O cliente convenceu o vendedor o quê? a'.(O <u>cliente</u> convenceu o vendedor) que <i>ec</i> merecia um bom desconto.

Mais uma vez, esses testes corroboram nossas respostas afirmativas para as duas perguntas iniciais desse trabalho: há uma diferença de aceitabilidade quando a preposição *de* está presente (contra Modesto 2011) e há uma diferença de aceitabilidade entre *convencer* + *que* e *convencer* + *de que* com leitura de sujeito (contra Nunes 2009), o que não deveria acontecer caso a preposição *de* fosse de fato espúria.

3.4.2 Teste de extração de dentro da oração encaixada (Rodrigues 2004, Nunes 2009)

No capítulo 2, ao apresentarmos como o sujeito nulo é derivado seguindo a hipótese de movimento, vimos que Rodrigues (2002, 2004) trazia como evidência de que sentenças encaixadas contendo verbos do tipo *convencer* + *que* sejam adjuntos pelo fato de induzirem efeitos de ilhas:

- (47) a. ??Quem_i o João convenceu a Maria [que t_i vem amanhã]?
b. ??O que_i o João convenceu a Maria [que o Pedro precisa comprar t_i]?
c. *Como_i o João convenceu a Maria [que o Pedro tinha que se vestir para a festa t_i]?

(Rodrigues 2004, p.219, (154))

Coelho, Nunes e Santos (2018) aplicaram um experimento de julgamento de gramaticalidade com falantes de PB para aferir se as orações encaixadas associadas ao verbo *convencer* estariam se comportando como adjuntos ou como complementos em diferentes contextos. Um dos contextos testados foi de quando temos extração de sujeito com *wh* complexos⁴⁹ de dentro de um complemento (48a), de dentro de um adjunto (48b) e de dentro de uma sentença encaixada com verbo *convencer* (48c):

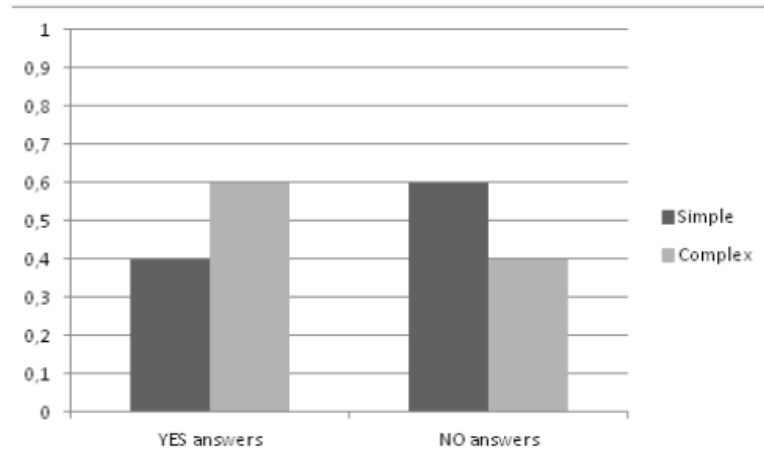
- (48) a. [Que aluno]_i a Maria falou pra diretora que t_i fez uma boa apresentação?
b. [Que político]_i a Maria reclamou pro partido depois que t_i a campanha na televisão?
c. [Que funcionário]_i o João convenceu a Maria que t_i devia sair da sala?

Os resultados mostraram que quando temos *wh* complexos, a aceitabilidade de extração de sujeitos para fora de orações finitas com *convencer* (cf. Figura 1) se equipara à aceitabilidade de extração de sujeitos para fora de adjuntos (cf. Figura 2); e difere da aceitabilidade do mesmo tipo de extração com complementos oracionais (cf. Figura 3); o

⁴⁹ Os autores consideraram como sintaticamente simples os *wh* do tipo “quem”, “o que” e como sintaticamente complexos os *wh* do tipo “que pessoa”, “que prato”.

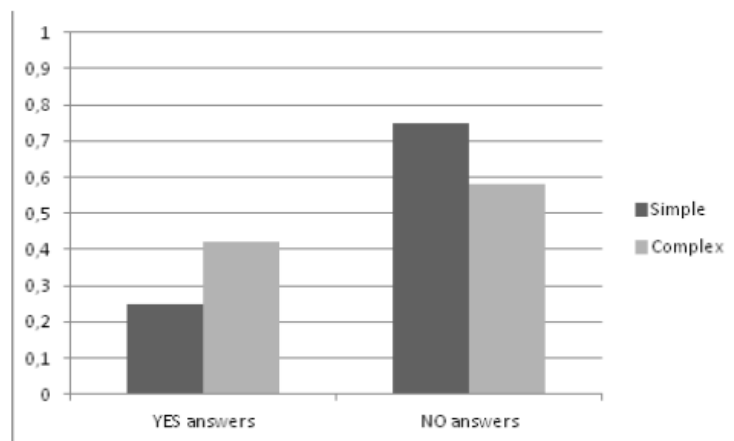
que corrobora a proposta de Rodrigues (2000, 2004) de que as orações encaixadas associadas ao verbo *convencer* se comportam como adjuntos.

Figura 1: Proporção de respostas YES ou NO para sentenças com *convencer*: Efeito da complexidade sintática do sintagma-*wh*



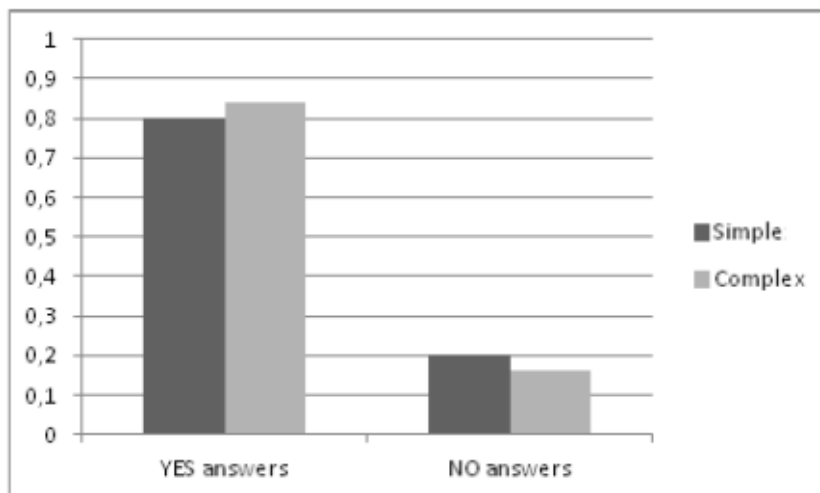
(Coelho, Nunes e Santos 2018, p.30)

Figura 2: Proporção de respostas YES ou NO para sentenças de adjunto: Efeito da complexidade sintática do sintagma-*wh*



(Coelho, Nunes e Santos 2018, p.30)

**Figura 3: Proporção de respostas YES ou NO para complementos oracionais:
Efeito da complexidade sintática do sintagma-*wh***



(Coelho, Nunes e Santos 2018, p.29)

Um outro ponto a lembrarmos sobre o que foi exposto no capítulo 2, é que, ao demonstrar como seria a derivação de sentenças com verbos do tipo *convencer* com sujeito nulo encaixado, Rodrigues (2004) explica que a única leitura possível para o sujeito nulo encaixado dessas construções seria retomando o sujeito da oração matriz. Porém, como apontado por Nunes (2009) a presença da preposição *de* faz com que a extração de elementos de dentro de uma encaixada se torne aceitável:

- (49) a. O que_i o João convenceu a Maria **de** [que o Pedro precisa comprar t_i]?
 b. Como $_i$ o João convenceu a Maria **de** [que o Pedro tinha que se vestir para a festa t_i]?

(Nunes 2009, p.257, (34))

Isso levou Nunes a concluir que, na presença da preposição, a oração encaixada deixa de se comportar como um adjunto e passa a se comportar como um complemento. O autor também explica que, por ter essa estrutura, o sujeito nulo encaixado nessas construções retoma o objeto da oração matriz.

Nas próximas subseções aplicaremos esse mesmo teste às diferentes subcategorizações de *convencer* + sujeito nulo, a fim de averiguarmos quais construções apresentam orações encaixadas se comportando como adjuntos (cf. (47)) ou como complemento (cf. (49)). Se nossa hipótese em relação à preposição *de* não ser espúria estiver correta, esperamos que as construções com *convencer* + *de que* + oração finita com leitura de sujeito se comportem como complemento (cf. 49)) e não como adjuntos (cf. (47)).

3.4.2.1 Testes aplicados a *convencer* + Sujeito Expresso

Aplicando este teste de extração com sujeito expresso na encaixada, temos o seguinte padrão: construções do tipo *convencer* + *que* + oração finita não permitem extração de *wh* (cf. (50)), mas construções do tipo *convencer* + *de que* + oração finita permitem (cf. (51)).

- (50) Verbos do tipo *convencer* + *que* + finito (sujeito expresso) : extração de *wh*/PP complemento
- a. *Com que ferramenta mesmo_i a Maria convenceu o mecânico [que ela consertaria o carro t_i]?
 - b. *Como_i a adolescente convenceu os pais [que ela podia se vestir para a festa t_i]?
 - c. *[Em qual mês]_i a funcionária conscientizou os gerentes [que ela precisava tirar férias t_i]?
 - d. *Como_i a funcionária conscientizou os gerentes [que ela podia se vestir no trabalho t_i]?
 - e. *[Com quem]_i a aluna persuadiu os professores [que ela podia fazer o trabalho t_i]?
 - f. *Como_i a aluna persuadiu os professores [que ela podia se vestir para a aula t_i]?

- (51) Verbos do tipo *convencer + de que + finito* (sujeito expresso): extração de *wh/PP* complemento
- a. Com que ferramenta mesmo_i a Maria convenceu o mecânico **de** [que ela consertaria o carro *t_i*]?
 - b. Como_i a adolescente convenceu os pais **de** [que ela podia se vestir para a festa *t_i*]?
 - c. [Em qual mês]_i a funcionária conscientizou os gerentes **de** [que ela precisava tirar férias *t_i*]?
 - d. Como_i a funcionária conscientizou os gerentes **de** [que ela podia se vestir no trabalho *t_i*]?
 - e. [Com quem]_i a aluna persuadiu os professores **de** [que ela podia fazer o trabalho *t_i*]?
 - f. Como_i a aluna persuadiu os professores **de** [que ela podia se vestir para a aula *t_i*]?

Até aqui, ainda não temos nenhuma surpresa, visto que é o mesmo padrão já apontado por Rodrigues (2004) em relação a (50) e Nunes (2009) em relação a (51).

3.4.2.2 Testes aplicados a *convencer + Sujeito Nulo*

Aplicando o mesmo teste de extração com sujeito nulo na encaixada, temos o mesmo padrão já apontado por Rodrigues (2004) e Nunes (2009) visto nas subseções anteriores em relação ao sujeito expresso: não há efeito de ilha nas construções com *convencer + de que + finito* (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz) (cf. (52)), mas sim nas construções com *convencer + que + finito* (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz) (cf. (53)):

- (54) Verbos do tipo *convencer* + *de que* + finito (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz): extração de *wh*/PP complemento
- [Com que roupa]_i; o estilista convenceu **a Maria de que** [*ec* devia ir *t_i* na festa]?
 - Como_i; o estilista convenceu a Maria **de que** [*ec* devia se vestir para a festa *t_i*]?
 - [Com que ferramenta]_i; o Joao convenceu **o mecânico de que** *ec* deveria consertar o carro *t_i*?
 - Como_i; a gerente conscientizou **o funcionário de que** [*ec* deveria agir durante um assalto *t_i*]?
 - [Com que marca de tinta]_i; o João persuadiu **o pintor de que** [*ec* deveria pintar a casa *t_i*]?
 - Como_i; o patrão persuadiu **o funcionário de que** [*ec* deveria agir durante a reunião *t_i*]?
- (55) Verbos do tipo *convencer* + *de* + infinitivo (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz): extração de *wh* / PP complemento
- [Com que marca de tinta mesmo]_i; **o pintor** convenceu o João **de** [*ec* precisar pintar a casa *t_i*]?
 - Como_i; **a adolescente** convenceu os pais **de** [*ec* poder se vestir para a festa *t_i*]?
 - ?[Em qual mês]_i; **a funcionária** conscientizou os gerentes **de** [*ec* precisar tirar férias *t_i*]?
 - ?Como_i; **a funcionária** conscientizou os gerentes **de** [*ec* poder se vestir no trabalho *t_i*]?
 - ?[Como]_i; **o aluno** persuadiu a professora **de** [*ec* poder fazer o trabalho *t_i*]?
- (56) Verbos do tipo *convencer* + *de* + infinitivo (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz): extração de *wh*/PP complemento
- [Com que roupa]_i; o estilista convenceu **a Maria de** [*ec* dever ir na festa *t_i*]?
 - Como_i; o estilista convenceu a Maria **de** [*ec* se vestir para a festa *t_i*]?
 - ?[Com que ferramenta]_i; o Joao convenceu **o mecânico de** *ec* precisar consertar o carro *t_i*?
 - ?Como_i; a gerente conscientizou **o funcionário de** [*ec* dever agir durante um assalto *t_i*]?
 - ?[Com que marca de tinta]_i; o João persuadiu **o pintor de** [*ec* dever pintar a casa *t_i*]?
 - ?[Como]_i; a professora persuadiu **o aluno de** [*ec* dever fazer o trabalho *t_i*]?

nas construções com o verbo *conscientizar*; porém, levando em conta que parte dos falantes as julgaram como aceitáveis, consideraremos que estas sejam construções possíveis em algumas variantes do PB.

- (57) Verbos do tipo *convencer* + *a* + infinitivo (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz): extração de *wh*/PP complemento
- [Com que roupa]_i o estilista convenceu **a Maria a** [*ec* ir *t_i* na festa]?
 - Como_i o estilista convenceu **a Maria a** [*ec* se vestir para a festa *t_i*]?
 - [Com que ferramenta]_i o Joao convenceu **o mecânico a** *ec* consertar o carro *t_i*?
 - Como_i a gerente conscientizou **o funcionário a** [*ec* agir durante um assalto *t_i*]?
 - [Com que marca de tinta]_i o João persuadiu **o pintor a** [*ec* pintar a casa *t_i*]?
 - Como_i o patrão persuadiu **o funcionário a** [*ec* agir durante a reunião *t_i*]?

Em suma, vemos primeiramente neste teste que as construções com *convencer* + *que* + *oração finita* e *convencer* + *de que* + *oração finita*, ambas com leitura de sujeito, se comportam de maneira diferente, o que corrobora nossa hipótese em relação à pergunta (ii) de que a preposição *de* não é estilística e se trata de estruturas diferentes.

Outro ponto que corrobora nossa hipótese de *de* não ser estilístico seria o fato de esta preposição ser obrigatória nas construções com *oração subordinada infinitiva*⁵¹.

Uma segunda conclusão sobre o teste é que, independente da leitura do sujeito nulo ser de sujeito ou de objeto, as construções com *oração subordinada finita* (cf. (52) e (54)) ou *subordinada infinitiva* (cf. (55), (56) e (57)), todas com preposição, se comportam como complemento, não gerando efeitos de ilha; já as construções com *oração subordinada finita sem preposição* (cf. (53)) se comportam como adjuntos, gerando efeitos de ilha.

⁵¹ Lembremos que Nunes (2009) propôs que a preposição *de* seja estilística nas construções com sujeito nulo encaixado com leitura de sujeito nas construções finitas, ou seja, ele não considerou que as preposições de orações infinitivas fossem estilísticas.

Tabela (2):

	<i>Convencer</i> + a + Infinitivo (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de + Infinitivo (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de que + Finito (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de + Infinitivo (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer</i> + de que + Finito (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer</i> + que + Finito (Leitura de Sujeito)
Extração de <i>wh</i> /PP complement o	OK (57)[Como]; o estilista convenceu a Maria a [<i>ec</i> se vestir para a festa <i>t_i</i>]?	OK (56)[Como]; o estilista convenceu a Maria de [<i>ec</i> se vestir para a festa <i>t_i</i>]?	OK (54)[Como]; o estilista convenceu a Maria de que [<i>ec</i> precisava se vestir para a festa <i>t_i</i>]?	OK (55) [Como]; a adolescent e convenceu os pais de [<i>ec</i> se vestir para a festa <i>t_i</i>]?	OK (52)[Como]; a adolescent e convenceu os pais de que [<i>ec</i> podia se vestir para a festa <i>t_i</i>]?	* (53)*[Como] i a adolescente convenceu os pais que [<i>ec</i> podia se vestir para a festa <i>t_i</i>]?

3.5 A terceira questão: diferentes estruturas para leituras de sujeito e de objeto

Para responder nossa terceira questão, sobre as diferenças estruturais nas construções com leitura de sujeito ou de objeto, traremos três testes.

O primeiro teste é baseado no teste de *heavy NP-shift* trazido por Baker (1996), e tem por objetivo verificar se as construções com verbos do tipo *convencer* se comportam de maneira homogênea em relação a aceitar ou não que elementos mais complexos se movam à direita.

O segundo teste é baseado no teste de intencionalidade proposto por Coelho (2018), e tem por objetivo verificar se há diferenças nas construções com *convencer* em termos da intencionalidade do argumento externo da matriz em convencer o objeto direto de algo.

O terceiro teste é baseado no teste de passivização trazido por Larson (1988, 1991), e tem por objetivo verificar se as construções com leitura de sujeito e de objeto permitem ou não construções passivas.

Vejamos cada um desses testes em mais detalhe nas próximas subseções:

3.5.1. Teste de *heavy NP shift* (Baker 1996)

O teste que traremos nesse trabalho foi trazido por Baker (1996) e diz respeito à possibilidade de termos *heavy NP shift*: nas construções dativas NP-PP (em (58)) e nas duas versões da alternância locativa (respectivamente (59) e (60)), os objetos diretos mais complexos podem se mover à direita. Porém, conforme se vê em (61), esse movimento é impossível para um objeto-alvo complexo de construções de objetos duplos (exemplos adaptados de Baker, 1996, p.16 (28)):

- (58) a. I gave [every piece of candy I could find] [to Johnny].
b. I gave t_i [to Johnny] [every piece of candy I could find]_i.
- (59) a. I loaded [three carts and one wheelbarrow] [with hay].
b. I loaded t_i [with hay] [three carts and one wheelbarrow]_i.
- (60) a. I loaded [a stack of books that had been sent to the library] [onto the cart].
b. I loaded t_i [onto the cart] [a stack of books that had been sent to the library]_i.
- (61) a. I gave [every child that came to the door] candy.
b. *I gave t_i [candy] [every child that came to the door]_i.

Considerando as construções com *force/persuade* (cf. Larson 1991), temos que o movimento não é tão aceitável para alguns falantes:

- (62) a. I forced [every child that came to the door] [to eat candy]
b. ?I forced t_i [to eat candy] [every child that came to the door]_i

3.5.1.1 Teste aplicado a *Convencer* + Sujeito Expresso

Neste teste aplicado aos verbos do tipo *convencer* com sujeito expresso, temos novamente o padrão de que a preposição *de* altera a aceitabilidade das sentenças: *heavy NP-shift* é possível com *convencer* + *de que* (em (63)) mas não com *convencer* + *que* (em (64)):

(63) Verbos do tipo *convencer* + *de que* + finito (sujeito expresso): *heavy NP-shift*

- a. O nutricionista convenceu [todas as crianças que foram para escola ontem] [de que brócolis é bom].
- a'. ?O nutricionista convenceu t_i [de que brócolis é bom] [todas as crianças que foram para escola ontem]_i.
- b. O cientista conscientizou [um grupo de manifestantes terraplanistas do Sul do país] [de que a Terra não é plana].
- b'. ?O cientista conscientizou t_i [de que a Terra não é plana] [um grupo de manifestantes terraplanistas do sul do país]_i.
- c. O gerente persuadiu [a equipe de vendedores de uma loja de roupas] [de que o curso era obrigatório].
- c'. ?O gerente persuadiu t_i [de que o curso era obrigatório] [a equipe de vendedores de uma loja de roupas]_i.

(64) Verbos do tipo *convencer* + *que* + finito (sujeito expresso): *heavy NP-shift*

- a. O nutricionista convenceu [todas as crianças que foram para escola ontem] [que brócolis é bom].
- a'. *O nutricionista convenceu t_i [que brócolis é bom] [todas as crianças que foram para escola ontem]_i.
- b. O cientista conscientizou [um grupo de manifestantes terraplanistas do Sul do país] [que a Terra não é plana].
- b'. *O cientista conscientizou t_i [que a Terra não é plana] [um grupo de manifestantes terraplanistas do sul do país]_i.
- c. O gerente persuadiu [a equipe de vendedores de uma loja de roupas] [que o curso era obrigatório].
- c'. *O gerente persuadiu t_i [que o curso era obrigatório] [a equipe de vendedores de uma loja de roupas]_i.

Temos mais uma vez, pelos resultados desse teste, evidências de que a presença da preposição não é tão trivial, pois parece alterar o julgamento de gramaticalidade das sentenças, conforme nossa hipótese para a segunda pergunta.

3.5.1.2 Testes aplicados a *convencer* + Sujeito Nulo

Aplicando o teste com *convencer* + *sujeito nulo* na oração encaixada, vemos que o *heavy NP shift* é possível com todas as construções de leitura de controle de objeto da matriz: *convencer* + *a* + *infinitivo* (em (65)), *convencer* + *de* + *infinitivo* (em (66)) e *convencer* + *de que* + *finito* (em (67)):

(65) Verbos do tipo *convencer* + *a* + *infinitivo* (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz): *heavy-NP-shift*

- a. O médico convenceu [**a mulher** que mora no apartamento ao lado] [*a ec engravidar logo*].
- a'. O médico convenceu t_i [*a ec engravidar logo*] [**a mulher** que mora no apartamento ao lado]_{*i*}.
- b. O médico conscientizou [**a mãe** da paciente internada na UTI do hospital] [*a ec descansar*].
- b'. ?O médico conscientizou t_i [*a ec descansar*] [**a mãe** da paciente internada na UTI do hospital]_{*i*}.
- c. O ex-prefeito persuadiu [**a população** da cidade de Atibaia] [*a ec votar nulo*].
- c'. O ex-prefeito persuadiu t_i [*a ec votar nulo*] [**a população** da cidade de Atibaia]_{*i*}.

(66) Verbos do tipo *convencer* + *de* + *infinitivo* (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz): *heavy NP-shift*

- a. O médico convenceu [**a mulher** que mora no apartamento o lado] [*de ec estar grávida*].
- a'. O médico convenceu t_i [*de ec estar grávida*] [**a mulher** que mora no apartamento ao lado]_{*i*}.
- b. O médico conscientizou [**a mãe** da paciente internada na UTI do hospital] [*de ec precisar descansar*].
- b'. ?O médico conscientizou t_i [*de ec precisar descansar*] [**a mãe** da paciente internada na UTI do hospital]_{*i*}.
- c. O ex-prefeito persuadiu [**a população** da cidade de Atibaia] [*de ec votar nulo*].
- c'. O ex-prefeito persuadiu t_i [*de ec votar nulo*] [**a população** da cidade de Atibaia]_{*i*}.

- (67) Verbos do tipo *convencer + de que + finito* (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz): *heavy NP-shift*
- a. O médico convenceu [**a menina** que mora no apartamento o lado] [de que *ec* estava grávida].
 - a'. O médico convenceu t_i [de que *ec* estava grávida] [**a menina** que mora no apartamento ao lado]_i.
 - b. ?Os médicos conscientizaram [**o enfermeiro** responsável pela paciente internada na UTI do hospital] [de que *ec* fez o que podia].
 - b'. ?Os médicos conscientizaram t_i [de que *ec* fez o que podia] [**o enfermeiro** responsável pela paciente internada na UTI do hospital]_i.
 - c. O ex-prefeito persuadiu [**os moradores** da cidade de Atibaia] [de que *ec* deviam votar nulo].
 - c'. O ex-prefeito persuadiu t_i [de que *ec* deviam votar nulo] [**os moradores** da cidade de Atibaia]_i.

Porém, quando temos leitura de controle de sujeito da matriz, nenhuma construção parece ser possível:

- (68) Verbos do tipo *convencer + de + infinitivo* (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz): *heavy NP-shift*
- a. **A Maria** convenceu [todos os meus amigos] [de *ec* estar grávida].
 - a'. ***A Maria** convenceu t_i [de *ec* estar grávida] [todos os meus amigos]_i.
 - b. **O candidato** conscientizou [todos os eleitores da pequena cidade de Assaí no Paraná] [de *ec* merecer ganhar]
 - b'. ***O candidato** conscientizou t_i [de *ec* merecer ganhar] [todos os eleitores da pequena cidade de Assaí no Paraná]_i.
 - c. **O menino** persuadiu [as cozinheiras da cantina da escola] [de *ec* repetir a merenda].
 - c'. ***O menino** persuadiu t_i [de *ec* repetir a merenda] [as cozinheiras da cantina da escola]_i.
- (69) Verbos do tipo *convencer + de que + finito* (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz): *heavy NP-shift*
- a. **A Maria** convenceu [todos os meus amigos] [de que *ec* estava grávida].
 - a'. ***A Maria** convenceu t_i [de que *ec* estava grávida] [todos os meus amigos]_i.
 - b. **O candidato** conscientizou [todos os eleitores da pequena cidade de Assaí no Paraná] [de que *ec* merecia ganhar]
 - b'. ***O candidato** conscientizou t_i [de que *ec* merecia ganhar] [todos os eleitores da pequena cidade de Assaí no Paraná]_i.
 - c. **O menino** persuadiu [a cozinheira da cantina da escola] [de que *ec* podia repetir a merenda].
 - c'. ***O menino** persuadiu t_i [de que *ec* podia repetir a merenda] [a cozinheira da cantina da escola]_i.

(70) Verbos do tipo *convencer* + *que* + finito (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz): *heavy NP-shift*

- a. **A Maria** convenceu [todos os meus amigos] [que *ec* estava grávida].
- a'. ***A Maria** convenceu t_i [que *ec* estava grávida] [todos os meus amigos]_i.
- b. **O candidato** conscientizou [todos os eleitores da pequena cidade de Assaí no Paraná] [que *ec* tinha feito uma boa gestão]
- b'. ***O candidato** conscientizou t_i [que *ec* tinha feito uma boa gestão] [todos os eleitores da pequena cidade de Assaí no Paraná]_i.
- c. **O menino** persuadiu [a cozinheira da cantina da escola] [que *ec* podia repetir a merenda].
- c'. ***O menino** persuadiu t_i [que *ec* podia repetir] [a cozinheira da cantina da escola]_i.

Vemos por esse teste que há uma diferença estrutural entre as construções com leitura de objeto, que permitem *heavy NP shift* e as construções de leitura de sujeito, que não permitem.

Tabela (3):

	<i>Convencer</i> + a + Infinitivo (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de + Infinitivo (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de que + Finito (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de + Infinitivo (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer</i> + de que + Finito (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer</i> + que + Finito (Leitura de Sujeito)
Heavy NP shift	OK (65) O médico convenceu t_i [a <i>ec</i> engravidar logo] [a mulher que mora no apartamento ao lado] _i	OK (66) O médico convenceu t_i [de <i>ec</i> estar grávida] [a mulher que mora no apartamento ao lado] _i	OK (67) O médico convenceu t_i [de que <i>ec</i> estava grávida] [a mulher que mora no apartamento ao lado] _i	*	*	*
				(68) *[A Maria convenceu t_i [de <i>ec</i> estar grávida] [todos os meus amigos] _i	(69) *[A Maria convenceu t_i [de que <i>ec</i> estava grávida] [todos os meus amigos] _i	(70) *[A Maria convenceu t_i [que <i>ec</i> estava grávida] [todos os meus amigos] _i

3.5.2. Teste de intencionalidade (Coelho 2018)

Coelho (2018) observa que nas construções com orações subordinadas finitas (cf. (71a)) temos uma ambiguidade: o argumento externo (*o João*) pode ter agido

intencionalmente para convencer o objeto da matriz (*a Maria*) ou as atitudes de *João* que fizeram *a Maria* se convencer sem que ele tenha tido essa intenção. Já em sentenças com oração subordinada infinitivas (cf. (71b)), só é possível a leitura de que *o João* agiu intencionalmente para convencer *a Maria*.

- (71) a. O João_i convenceu a Maria **de** que *t_i* devia sair mais cedo.
b. O João convenceu a Maria_k **a** *t_k* sair.

Vamos destrinchar essa observação de Coelho, aplicando esse teste a cada uma das subcategorizações estudadas neste trabalho. Observemos as seguintes sentenças:

- (72) *Convencer + sujeito nulo*: sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz
- Sem precisar fazer nada, a Maria_i convenceu o nutricionista de *t_i* poder voltar a comer pão.
 - Sem precisar fazer nada, a Maria_i convenceu o nutricionista de que *t_i* podia voltar a comer pão.
 - Sem precisar fazer nada, a Maria_i convenceu o nutricionista que *t_i* podia voltar a comer pão.
- (73) *Convencer + sujeito nulo*: sujeito nulo com leitura de objeto da matriz
- # Sem precisar fazer nada, o João convenceu a Maria_k a *t_k* engravidar logo.
 - #Sem precisar fazer nada, o João convenceu a Maria_k de *t_k* engravidar logo.
 - #Sem precisar fazer nada, o João convenceu a Maria_k de que *t_k* precisava engravidar logo.

O padrão que encontramos é que as construções com *convencer + sujeito nulo* com leitura de sujeito (cf. (72)) é possível a leitura em que o argumento externo (*a Maria*) não tenha agido intencionalmente para convencer o objeto da matriz (*o nutricionista*): as atitudes da *Maria*, ou a situação (já ter atingido um peso ideal) fizeram *o nutricionista* se convencer, sem que tenha havido uma intenção por parte da *Maria*. Já nas construções com *convencer + sujeito nulo* com leitura de objeto (cf. (73)) são pragmaticamente anômalas, visto que só é possível termos a leitura de que *o João* aja intencionalmente para convencer *a Maria*.

Tabela (4):

	<i>Convencer</i> + a + Infinitivo (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de + Infinitivo (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de que + Finito (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de + Infinitivo (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer</i> + de que + Finito (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer</i> + que + Finito (Leitura de Sujeito)
Intencionalidad e do argumento externo	# (73a) #Sem precisar fazer nada, o João convenceu a Maria _k a t _k engravidar logo.	# (73b) #Sem precisar fazer nada, o João convenceu a Maria _k de t _k engravidar logo.	# (73c) #Sem precisar fazer nada, o João convenceu a Maria _k de que t _k precisava engravidar logo.	OK (72a) Sem precisar fazer nada, a Maria _i convenceu o nutricionist a de t _i poder voltar a comer pão.	OK (72b) Sem precisar fazer nada, a Maria _i convenceu o nutricionist a de que t _i podia voltar a comer pão.	OK (72c) Sem precisar fazer nada, a Maria _i convenceu o nutricionist a que t _i podia voltar a comer pão.

O que vemos então é que não é uma questão de a oração subordinada ser finita ou infinita, mas sim o fato de o sujeito nulo retomar o objeto ou o sujeito da matriz.

3.5.3. Teste de Passivização (Larson 1988, 1991)

O último teste que traremos neste capítulo foi baseado em Larson (1988). O autor aponta que nas estruturas preposicionadas do inglês, o argumento tema pode ser passivizado (cf. (74b)) e não o argumento alvo (cf. (74c)); ao passo que nas construções de objetos duplos, a passivização só é possível com o argumento interpretado como alvo e não com o argumento tema. (cf. (75b) vs. (75c)):

- (74) a. John sent a letter to Mary.
b. A letter was sent to Mary.
c. *Mary was sent a letter to.
- (75) a. John sent Mary a letter.
b. Mary was sent a letter.
c. ?*A letter was sent Mary.

(Larson 1988, p.363)

Comparando as construções com controle de sujeito com as de controle de objeto, Larson (1991) aponta que, de acordo com a generalização de Visser (1973), passivização é possível com verbos de controle de objeto (cf. (76a)), mas não com verbos de controle de sujeito (cf. (76b)):

- (76) a. John was persuaded/forced to leave.
b. *John was promised to leave.

(Larson 1991, p.116)

Aplicando este teste de passivização às construções com verbos do tipo *convencer*, vemos em (77) (78) e (79) que esta operação é possível quando temos o sujeito nulo com leitura retomando o objeto da oração matriz:

- (77) *Convencer + a + infinitivo* (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz):
passivização
a. O João convenceu a Maria_k a t_k engravidar.
a'. A Maria_k foi convencida pelo João a t_k engravidar.
b. A professora convenceu o aluno_k a t_k se comportar melhor.
b'. O aluno_k foi convencido pela professora a t_k se comportar melhor.
c. Os pais convenceram as crianças_k a t_k comerem salada.
c'. As crianças_k foram convencidas pelos pais a t_k comerem salada.

- (78) *Convencer + de + infinitivo* (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz):
passivização
a. O João convenceu a Maria_k de t_k dever engravidar logo.
a'. A Maria_k foi convencida pelo João de t_k dever engravidar logo.
b. A professora convenceu o aluno_k de t_k dever se comportar melhor.
b'. O aluno_k foi convencido pela professora de t_k dever se comportar melhor.
c. Os pais convenceram as crianças_k de t_k comerem salada.
c'. As crianças_k foram convencidas pelos pais de t_k comerem salada.

- (79) *Convencer + de que + finito* (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz):
passivização
- a. O João convenceu a Maria_k de que *t_k* precisava engravidar logo.
 - a'. A Maria_k foi convencida pelo João de que *t_k* precisava engravidar logo.
 - b. A professora convenceu o aluno_k de que *t_k* precisava se comportar melhor.
 - b'. O aluno_k foi convencido pela professora de que *t_k* precisava se comportar melhor.
 - c. Os pais convenceram as crianças_k de que *t_k* deviam comer salada.
 - c'. As crianças_k foram convencidas pelos pais de que *t_k* deviam comer salada.

Porém, quando tentamos passivizar as construções com *convencer* em que o sujeito nulo encaixado retome o sujeito da oração matriz, não obtemos sentenças gramaticais (cf. (80), (81), e (82)):

- (80) *Convencer + de + infinitivo* (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz):
passivização
- a. A Maria_k convenceu o João de *t_k* poder engravidar.
 - a'. *O João foi convencido pela Maria_k de *t_k* poder engravidar.
 - b. A adolescente_k convenceu os pais de *t_k* poder ir pra festa.
 - b'. *Os pais foram convencidos pela adolescente_k de *t_k* poder ir para a festa.
 - c. O aluno_k convenceu a professora de *t_k* poder fazer a prova com consulta.
 - c'. *A professora foi convencida pelo aluno_k de *t_k* poder fazer a prova sem consulta.
- (81) *Convencer + de que + finito* (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz):
passivização
- a. A Maria_k convenceu o João de que *t_k* podia engravidar.
 - a'. *O João foi convencido pela Maria_k de que *t_k* podia engravidar.
 - b. A adolescente_k convenceu os pais de que *t_k* podia ir pra festa.
 - b'. *Os pais foram convencidos pela adolescente_k de que *t_k* podia ir para a festa.
 - c. O aluno_k convenceu a professora de que *t_k* podia fazer a prova com consulta.
 - c'. *A professora foi convencida pelo aluno_k de que *t_k* podia fazer a prova sem consulta.

- (82) *Convencer + que + finito* (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz):
passivização
- a. A Maria_k convenceu o João que t_k podia engravidar.
 - a'. *O João foi convencido pela Maria_k que t_k podia engravidar.
 - b. A adolescente_k convenceu os pais que t_k podia ir pra festa.
 - b'. *Os pais foram convencidos pela adolescente_k que t_k podia ir para a festa.
 - c. O aluno_k convenceu a professora que t_k podia fazer a prova com consulta.
 - c'. *A professora foi convencida pelo aluno_k que t_k podia fazer a prova sem consulta.

Vemos por este teste que a há uma diferença estrutural entre as construções com leitura de objeto, que permitem passivização e as construções de leitura de sujeito, que não permitem.

Tabela (5):

	<i>Convencer+ a + Infinitivo</i> (Leitura de Objeto)	<i>Convencer+ de + Infinitivo</i> (Leitura de Objeto)	<i>Convencer+ de que + Finito</i> (Leitura de Objeto)	<i>Convencer+ de + Infinitivo</i> (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer+ de que + Finito</i> (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer+ que + Finito</i> (Leitura de Sujeito)
Passivização	OK (77a') A Maria _k foi convencida pelo João a t _k engravidar.	OK (78a') A Maria _k foi convencida pelo João de t _k dever engravidar logo.	OK (79a') A Maria _k foi convencida pelo João de que t _k precisava engravidar logo.	# (80a') *O João foi convencido pela Maria _k de t _k poder engravidar.	# (81a') *O João foi convencido pela Maria _k de que t _k podia engravidar.	# (82a') *O João foi convencido pela Maria _k que t _k podia engravidar.

3.6. Conclusão do Capítulo

Neste capítulo, através dos exemplos trazidos de jornais online e dos testes propostos por Larson (1988, 1991), Baker (1996), Rodrigues (2004), Nunes (2009) e Coelho (2018) aplicados às construções com verbos do tipo *convencer*, conseguimos responder às três perguntas iniciais de nossa pesquisa apresentada na introdução:

- (i) Há ou não uma ambiguidade de julgamento para o sujeito nulo em verbos do tipo *convencer* na presença da preposição *de*?
- (ii) Há ou não uma diferença estrutural nas construções com verbos do tipo *convencer* com leitura de sujeito com e sem *de*?
- (iii) Há ou não uma diferença estrutural nas construções com verbos do tipo *convencer* com leitura de sujeito comparadas às construções com leitura de objeto?

Os exemplos trazidos nesse capítulo ajudam a confirmar nossa hipótese de que a resposta para (i) seja afirmativa e que haja, sim, uma ambiguidade de julgamento para o sujeito nulo nessas construções. Conforme vimos no início deste capítulo nos exemplos retirados de jornais online em (6)-(11), construções com verbos do tipo *convencer + de que + finito* e *convencer + de + infinitivo* apresentam tanto a possibilidade de leitura de controle de sujeito quanto de objeto para o sujeito nulo encaixado.

Outrossim, este capítulo trouxe exemplos que vão ao encontro de nossa resposta afirmativa para (ii), de que haja, sim, uma diferença estrutural entre as construções com leitura de sujeito com e sem o *de*. Ao analisarmos a Tabela (6) abaixo percebemos que, em todos os testes, com exceção do teste de extração de objeto direto de Larson (1991) e Baker (1996), tivemos julgamentos de gramaticalidade diferentes para as construções com *convencer + que* em relação às construções com *convencer + de que* leitura de sujeito. Mais especificamente, os dados em (42) e (52) não são previstos em Nunes (2009), pois se a preposição fosse espúria, as sentenças com *convencer + de que + oração finita* nesses dados deveriam ter o mesmo julgamento de gramaticalidade que as sentenças com *convencer + que + oração finita* em (43) e (53), diferente do que acontece.

Tabela (6):

	<i>Convencer</i> + a + Infinitivo (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de + Infinitivo (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de que + Finito (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de + Infinitivo (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer</i> + de que + Finito (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer</i> + que + Finito (Leitura de Sujeito)
Extração do objeto direto	OK (32) [<u>Que paciente</u>] _i o médico convenceu _{t_i} a <i>ec</i> engravidar logo?	OK (33) [<u>Que paciente</u>] _i o médico convenceu _{t_i} de <i>ec</i> ter engravidar o na hora certa?	OK (34) [<u>Que paciente</u>] _i o médico convenceu _{t_i} de que <i>ec</i> tinha engravidar o na hora certa?	OK (35) [Qual vendedor] _i <u>o cliente</u> convenceu _{t_i} de <i>ec</i> merecer um bom desconto?	OK (36) [Qual vendedor] _i <u>o cliente</u> convenceu _{t_i} de que <i>ec</i> merecia um bom desconto?	OK (37) [Qual vendedor] _i <u>o cliente</u> convenceu _{t_i} que <i>ec</i> merecia um bom desconto?
Pronominalização do complemento oracional	* (38)*A que o médico convenceu a paciente?.	OK (39) a. Do que o médico convenceu a paciente?	OK (40) a. Do que o médico convenceu a paciente?	OK (41) a. Do que o cliente convenceu o vendedor ?	OK (42) a. Do que o cliente convenceu o vendedor?	* (43) a.*O que o cliente convenceu o vendedor?
Extração de <i>wh</i> /PP complemento	OK (55)[Como] _i o estilista convenceu a Maria a [<i>ec</i> se vestir para a festa _{t_i}]?	OK (57)[Como] _i o estilista convenceu a Maria de [<i>ec</i> se vestir para a festa _{t_i}]?	OK (54)[Como] _i o estilista convenceu a Maria de que [<i>ec</i> precisava se vestir para a festa _{t_i}]?	OK (56) [Como] _i a adolescente convenceu os pais de [<i>ec</i> se vestir para a festa _{t_i}]?	OK (52)[Como] _i a adolescente convenceu os pais de que [<i>ec</i> podia se vestir para a festa _{t_i}]?	* (53)*[Como] _i a adolescente convenceu os pais que [<i>ec</i> podia se vestir para a festa _{t_i}]?

Um outro ponto a observarmos é que a preposição não pode ser considerada espúria nas construções com complementos oracionais infinitivos (cf. (32), (33), (35), (38), (39), (41), (55), (56), (57)), pois esta é obrigatória nessas construções.

Assim, podemos observar que, diferente do que foi proposto por Nunes (2009), a preposição *de* nas construções com leitura de sujeito não é espúria.

Por fim, sobre nossa terceira pergunta, este capítulo também trouxe dados que corroboram nossa hipótese de que teríamos construções diferentes para leitura de sujeito e leitura de objeto, conforme vemos na tabela abaixo: temos diferentes julgamentos para os dois tipos de leitura nos testes de *heavy-NP-shift* (Larson 1991), de intencionalidade do argumento externo (Coelho 2018) e de passivização (Larson 1988, 1991):

Tabela (7):

	<i>Convencer</i> + a + Infinitivo (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de + Infinitivo (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de que + Finito (Leitura de Objeto)	<i>Convencer</i> + de + Infinitivo (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer</i> + de que + Finito (Leitura de Sujeito)	<i>Convencer</i> + que + Finito (Leitura de Sujeito)			
<i>Heavy NP shift</i>	OK (65) O médico convenceu t _i [a <i>ec</i> engravidar logo] [a mulher que mora no apartament o ao lado] _i	OK (66) O médico convenceu t _i [de <i>ec</i> estar grávida] [a mulher que mora no apartament o ao lado] _i	OK (67) O médico convenceu t _i [de que <i>ec</i> estava grávida] [a mulher que mora no apartament o ao lado] _i	*	(68) *[A Maria convenceu ti [de <i>ec</i> estar grávida] [todos os meus amigos] _i	*	(69) *[A Maria convenceu ti [de que <i>ec</i> estava grávida] [todos os meus amigos] _i	*	(70) *[A Maria convenceu ti [que <i>ec</i> estava grávida] [todos os meus amigos] _i
Intencionalidade e do argumento externo	# (73a) #Sem precisar fazer nada, o João convenceu a Mariai a ti engravidar logo.	# (73b) #Sem precisar fazer nada, o João convenceu a Mariai de ti engravidar logo.	# (73c) #Sem precisar fazer nada, o João convenceu a Mariai de que ti precisava engravidar logo.	OK (72a) Sem precisar fazer nada, a Mariai convenceu o nutricionist a de ti poder voltar a comer pão.	OK (72b) Sem precisar fazer nada, a Mariai convenceu o nutricionist a de que ti podia voltar a comer pão.	OK (72c) Sem precisar fazer nada, a Mariai convenceu o nutricionist a que ti podia voltar a comer pão.			
Passivização	OK (77a') A Mariak foi convencida pelo João a tk engravidar.	OK (78a') A Mariak foi convencida pelo João de tk dever engravidar logo.	OK (79a') A Mariak foi convencida pelo João de que tk precisava engravidar logo.	# (80a') *O João foi convencido pela Mariak de tk poder engravidar.	# (81a') *O João foi convencido pela Mariak de que tk podia engravidar.	# (82a') *O João foi convencido pela Mariak que tk podia engravidar.			

Portanto, respondidas as perguntas iniciais propostas no capítulo introdutório dessa pesquisa, nosso próximo passo será tentarmos responder à questão que se segue: como seria a estrutura de cada uma dessas subcategorias de *convencer* e como essas estruturas nos ajudam a entender as diferentes leituras para o sujeito nulo encaixado? Este será o objetivo dos próximos capítulos.

CAPÍTULO 4: NÚCLEOS APLICATIVOS E AS CONSTRUÇÕES COM OS VERBOS DO TIPO *CONVENCER*

4.1. Introdução

Neste capítulo, traremos nossa análise sobre como seriam as estruturas das construções com verbos do tipo *convencer* e como essas diferenças estruturais explicariam as diferentes leituras de controle para o sujeito nulo encaixado, conforme vimos nos capítulos anteriores.

Nosso objetivo é tentar responder à seguinte pergunta apresentada no capítulo introdutório:

- (iv) Quais são as diferenças estruturais nas construções com *convencer* que geram as diferentes leituras para o sujeito nulo encaixado: ora retomando o sujeito, ora retomando o objeto da matriz?

A fim de entendermos melhor como funcionaria a proposta de que as sentenças com verbos do tipo *convencer* tenham argumentos aplicados em sua estrutura, iremos retomar a literatura referente às construções de alternância dativa e sentenças bitransitivas em geral que Pykkänen (2002), Cuervo (2003), Torres-Morais (2007), Pujalte (2009) e Armelin (2011) consideram se tratar de estruturas com núcleos Aplicativos.

Nossa hipótese é de que as construções no PB com verbos do tipo *convencer*, apesar de não apresentarem alternância dativa ou mudança na ordem linear, também possuam argumentos aplicados em suas estruturas e que a preposição seria a realização desse núcleo aplicativo. Inicialmente, exploraremos uma análise em que as diferenças de julgamento para o sujeito nulo encaixado nas construções com verbos do tipo *convencer* vistas neste trabalho são reflexos das diferenças entre Aplicativos Altos e Aplicativos Baixos/Afetados já discutidas na literatura. Considerando que os objetos direto em ambas as leituras têm seu conjunto de crenças afetadas pelo convencimento, vamos explorar uma segunda hipótese no capítulo 5: de que todas as construções com *convencer* + *preposição*

contenham núcleos Aplicativos do tipo Afetado, e que elementos diferentes sendo concatenados à posição de especificador de ApplP é que vão definir se a leitura do sujeito encaixado será retomado o sujeito ou o objeto da matriz.

Este capítulo se organiza da seguinte maneira: na seção 4.2, visitaremos a literatura a respeito da estrutura argumental dos verbos: o número de argumentos possíveis para cada verbo, quais destes argumentos são nucleares ou não e como eles são licenciados na sintaxe. Na seção 4.3, retomaremos as propostas de núcleos aplicativos descritas por Pylkkänen (2002) para o inglês, adotada e reformulada por Cuervo (2003) e Pujalte (2009) para o espanhol, por Torres-Morais (2007) para o português europeu e por Armelin (2011) para o português brasileiro. Na seção 4.4, tentaremos comparar as características de núcleos aplicados expostas pelas autoras para verificarmos se as construções com verbos do tipo *convencer* possuem argumentos aplicados em sua estrutura. Por fim, a seção 4.5 concluirá o capítulo.

4.2. A Estrutura Argumental dos Verbos

Para termos uma compreensão completa do comportamento dos verbos é preciso entendermos os seguintes pontos: (i) quantos argumentos cada verbo permite; (ii) quais destes argumentos são obrigatórios/nucleares e quais são opcionais/adicionais; e (iii) como os argumentos são licenciados na sintaxe ou adicionados à estrutura argumental do verbo.

Veremos cada um desses três pontos nas subseções a seguir.

4.2.1. Número de argumentos do verbo

O primeiro ponto para termos uma melhor compreensão do comportamento dos verbos se refere ao número de argumentos que eles permitem. Sobre esta questão, Pylkkänen (2002) aponta que há uma alternância na estrutura argumental de certos verbos

dentro de uma mesma língua. Verbos como *melt* em inglês, por exemplo, podem ter minimamente apenas um argumento: a entidade que se derrete (cf. (1a)); porém, é possível adicionarmos a entidade causadora do derretimento, ou seja, um agente (cf. (1b)); assim como também é possível adicionarmos o beneficiário do evento de derreter (cf. (1c)):

(1) Inglês

- a. The ice melted.
- b. **John** melted the ice.
- c. John melted **me** some ice.

(Pylkkänen 2002 p.9)

A autora aponta que esse tipo de variação no número de argumentos também é possível em outras línguas, como em venda, uma língua banto:

(2) Venda

- a. Mahada o -nok -a
ice 3sg-PAST -melt -FV⁵²
'The ice melted'
- b. **Mukasa** o -nok -is - a mahada
Mukasa 3sg-PAST -melt -CAUSA - FV ice
'Mukasa melted the ice'
- c. Mukasa o -nok -is - el -a **Katonga** mahada
Mukasa 3sg-PAST - melt -CAUSA -APPL - FV Katonga ice
'Mukasa melted Katonga the ice'

(Pylkkänen 2002, p.9)

Essa alternância, porém, como demonstra Pylkkänen, não é homogênea entre as línguas: a língua venda permite que argumentos sejam adicionados aos verbos inergativos (cf. (3)), o que não é possível em inglês (cf. (4)):

⁵² FV = Final Vowel

(3) Venda

a. **Mukasa** o-se-is-a Katonga

Mukasa 3sg.PAST-laugh-CAUSA-FV Katonga.

'Mukasa laughed Katonga' (Mukasa made Katonga laugh)

b. **Mukasa** o-amb-el-a Katonga

Mukasa 3sg.PAST-speak-APPL-FV Katonga

'Mukasa spoke Katonga' (Mukasa spoke for Katonga)

(Pylkkänen 2002, p.10)

(4) Inglês

a. *Mary laughed Sue (Mary made Sue laugh)

b. *Mary spoke Sue (Mary spoke for Sue)

(Pylkkänen 2002, p.10)

Para estas diferenças, Pylkkänen propõe que há duas possibilidades de explicação: ou os elementos introdutores de argumentos adicionais variam entre as línguas; ou os elementos introdutores são os mesmos e há algum outro fator que gere a variação. Retomaremos essa discussão mais à frente na seção 4.3.1., onde traremos mais detalhes sobre a teoria dos núcleos aplicativos.

4.2.2 Argumentos nucleares e não nucleares do verbo

Em relação a quais argumentos são nucleares ou não, começamos pela assimetria encontrada entre os argumentos externos e internos.

Marantz (1984) observa que, em muitos casos, as diferentes interpretações dos verbos são ativadas por um tipo particular de argumento interno, excluindo o sujeito (*"tirar uma soneca"*, *"tirar sarro"*, *"tirar satisfação"*), o que dificilmente ocorre entre o sujeito e o verbo, excluindo o objeto direto. A conclusão seria, portanto, que o argumento externo não é um argumento verdadeiro do verbo.

Segundo Pylkkänen (2002), muitas teorias atuais – dentre elas todas as propostas dentro da Teoria Minimalista – já têm assumido essa ideia. Kratzer (1996), por exemplo, se baseia nesse *insight* de Marantz para propor como os argumentos externos são

introduzidos na sintaxe através de um núcleo especializado denominado *Voice*, como veremos na seção 4.2.3.

Uma outra evidência para a assimetria entre argumento externo e argumento interno apresentada por Kratzer (2002) é baseada na noção de Cumulatividade Universal de Krifka (1998): “cumulatividade é uma propriedade compartilhada por todas as relações temáticas”.

A ilustração para essa assimetria na cumulatividade se dá da seguinte forma: imaginemos um jovem, Alan, que deseja plantar uma roseira no jardim. O jovem faz as seguintes ações: remove o solo, faz um buraco e sai para comprar as sementes. Seu irmão Brian teve a mesma ideia, mas como já tinha comprado as sementes, se dirige ao buraco feito por Alan e realiza as seguintes ações: afofa a superfície do solo, coloca as sementes no buraco e sai. A família tem um jardineiro, Campbell, que chega e adiciona esterco e fertilizantes e vai embora. O vizinho da família, Dunn, vê o trabalho incompleto e cobre as raízes das mudas com terra e protetor. O questionamento é: quem plantou a roseira? Kratzer afirma que a ação de plantar é a soma de todas as ações individuais, ou seja, os quatro homens foram igualmente agentes da ação (Torres-Morais 2007, (18), p.33): cumulatividade é uma propriedade das relações entre indivíduos e eventos

(5) Sempre que x é o agente do evento e , e y é o agente do evento e' , então, a soma de x e y é o agente da soma $e + e'$.

De igual modo, a noção de evento também é cumulativa: “Se e é um evento de plantar rosas e e' é um evento de plantar cravos, então $e + e'$ é um evento de plantar rosas e cravos” (Torres-Morais 2007, (18), p.33).

Diferente da noção de agente e de evento, a noção de tema não é cumulativa. Os temas não têm independência conceptual e estão fortemente ligados a seus verbos: “Quando um dos personagens remove o solo, o tema é o solo; quando faz o buraco em

seguida, o tema é o buraco; quando colocada no buraco, o tema é a roseira. E assim por diante.” (Torres-Morais 2007, p.33)

A conclusão é, mais uma vez, que argumentos externos e internos não têm o mesmo estatuto nas estruturas.

Já em relação aos argumentos dativos, Pylkkänen (2002) propõe que estes (assim como os argumentos externos) não são nucleares na estrutura argumental do verbo, mesmo que sejam obrigatórios em alguns ambientes sintáticos. Para a autora, tanto os argumentos externos quanto os objetos indiretos necessitam de um elemento introdutor de argumento: núcleo *Voice* para os argumentos externos (Kratzer 1996) e núcleo *Aplicativo* para os objetos indiretos.

Torres-Morais (2007) complementa que o fato de os argumentos Aplicativos terem uma grande variedade de significados possíveis (meta, recipiente, possuidor, fonte, experienciador, locativo, afetado, beneficiário) faz com que ele aparente ser como os objetos diretos; porém, seus diferentes significados dependem dos tipos de núcleos aplicativos que os introduzem, ou seja, seu significado é estrutural; diferente do objeto direto, que é selecionado e licenciado pelo verbo.

Veremos mais sobre esses elementos introdutores na próxima seção.

4.2.3. Licenciamento dos argumentos nucleares e não-nucleares

O terceiro ponto apontado como relevante para entendermos o comportamento dos verbos se refere a como os argumentos nucleares (objetos diretos) são licenciados na sintaxe e como os argumentos não nucleares (argumento externo e objeto indireto) são adicionados na estrutura argumental do verbo.

Começando pelo argumento externo e partindo da premissa de que o agente/causador dos eventos não faz parte da semântica lexical do verbo – como visto na seção anterior –, e que todos os argumentos são licenciados por núcleos, Pylkkänen

(2002) adota a proposta de Kratzer (1996). Kratzer propõe que o argumento externo seria gerado na posição de especificador de um núcleo formal denominado *Voice*, cujo papel semântico é relacioná-lo ao evento descrito pelo verbo, através de uma operação de *Identificação de Evento*. Tal operação permite que se adicione várias condições para o evento que o verbo descreve e *Voice* adiciona a condição de que o evento tenha um agente (ou causador, beneficiário, etc.): a interpretação do papel do argumento externo vai depender dos diferentes tipos de eventos dentro do sintagma verbal.

Já o objeto direto, diferente do sujeito, tem sua interpretação a partir do conteúdo lexical da raiz verbal, e, devido à grande variedade de significados das raízes, sua interpretação é idiossincrática. Por tal razão, dizemos que o significado do sujeito é previsível a partir da estrutura, o que explica seu limitado número de significações: agente, experienciador, possuidor, causador, ou, num nível mais abstrato seriam ‘realizadores da ação’ ou ‘possuidores’ de um estado ou indivíduo; e o objeto direto, por outro lado, teria um número infinito de possibilidades de significado, a depender do conteúdo lexical do verbo. Como vemos abaixo em (6), um mesmo objeto direto pode ter diversos papéis temáticos e por tal razão, de acordo com Kratzer, seria inútil tentar numerar todas as possibilidades:

- (6) a. The engineer cracked the bridge. (patient)
- b. The engineer destroyed the bridge. (patient/consumed object)
- c. The engineer painted the bridge. (incremental theme; cf. Dowty 1991)
- d. The engineer moved the bridge. (theme)
- e. The engineer built the bridge. (effected object/factitive; cf. Fillmore 1968)
- f. The engineer washed the bridge. (location/surface)
- g. The engineer hit the bridge. (location; cf. Fillmore 1970)
- h. The engineer crossed the bridge. (path)
- i. The engineer reached the bridge. (goal)
- j. The engineer left the bridge. (source)
- k. The engineer saw the bridge. (stimulus/object of perception)
- l. The engineer hated the bridge. (stimulus/target or object of emotion)

(Levin 1999, p.2)

E se considerarmos os exemplos com os verbos com objetos inanimados (em (7)) e objetos animados (em (8)), vemos que as relações temáticas mais comuns não dariam conta de toda a gama de significados possíveis:

- (7) a. The engineer praised the bridge.
- b. The engineer touched the bridge.
- c. The engineer avoided the bridge.
- d. The engineer owned the bridge.
- e. The engineer imagined the bridge.
- f. The engineer studied the bridge.

(Levin 1999, p.3)

- (8) a. The engineer ignored the architect.
- b. The engineer praised the architect.
- c. The engineer greeted the architect.
- d. The engineer selected the architect.
- e. The engineer supervised the architect.
- f. The engineer fought the architect.
- g. The engineer met the architect.
- h. The engineer visited the architect.
- i. The engineer followed the architect.

(Levin 1999, p.3)

Em suma, a proposta é que o argumento externo seja licenciado pelo núcleo *Voice* e que o objeto direto seja licenciado pelo verbo.

Mas e os objetos indiretos? Para entendermos seu licenciamento, é preciso retomar a discussão na literatura sobre as construções dativas em diferentes línguas. Tais construções em inglês, por exemplo, podem ter duas ordens lineares: com a preposição, denominada construção bitransitiva preposicionada (Prepositional Ditransitive Construction ou PDC), a ordem linear é VERBO-TEMA-ALVO (cf. (9a)); e sem a preposição, denominada construção de objetos duplos (Double Object Construction, ou DOC), a ordem linear é VERBO-ALVO-TEMA (cf. (9b)).

- (9) a. I gave the candy to the children.
b. I gave the children the candy.

(Baker, 1996, p.11)

Nas duas construções, inverter essa ordem tornariam as sentenças agramaticais:

- (10) a. *Mary gave to John a book.
b. *Mary gave a book John.

(Armelin 2011, p.35)

As análises que explicam esse fenômeno de variação dativa se dividem em duas vertentes: monossêmica e polissêmica. Para a abordagem monossêmica, não há diferença de sentido entre as duas variantes e considera-se que, ou a estrutura de objeto duplos se deriva da estrutura preposicionada, ou a estrutura preposicionada se deriva da de objetos duplos.⁵³

Na abordagem polissêmica, considera-se que em cada variante os verbos possuem significados diferentes e cada um deles tem sua própria realização de argumentos (cf. Harley, 1997).

A abordagem que assumiremos nesse capítulo, baseada em Pylkkänen (2002), está mais próxima da polissêmica, visto que a autora propõe estruturas diferentes para cada variante dativa: apenas as construções de objetos duplos, e não sua variante preposicionada, teria em sua estrutura o núcleo Aplicativo, responsável por licenciar e introduzir na sintaxe os objetos indiretos adicionais translinguisticamente.

Pylkkänen assume que a formação das palavras é sintática, o que significa que os elementos que introduzem argumentos não nucleares nas estruturas devem ser núcleos

⁵³ Por não ser relevante à discussão que apresentamos neste trabalho, não entraremos em detalhes sobre como seriam essas propostas seguindo a abordagem monossêmica. Para uma discussão mais detalhada, ver Larson (1998) para a análise que considera que a estrutura de objeto duplos se deriva da estrutura preposicionada; e Aoun & Li (1989) e Kiparsky (1985) para a análise que considera que a estrutura preposicionada ser derivada da estrutura de objetos duplos.

sintáticos, que combinam com seus complementos e especificadores por composição semântica.

A autora articula, portanto, uma *tipologia universal* dos núcleos aplicativos com base na semântica da construção. A autora também assume que haja dois tipos de argumentos verbais, os verdadeiros e os adicionais, ou seja, os que não pertencem à estrutura básica do verbo. Sua ideia central é que os núcleos Aplicativos, que antes eram apenas considerados uma característica presente nas línguas banto, são na verdade universais, e que os argumentos adicionais encontrados em (1c) e (2c) (repetidos abaixo em (11)) são argumentos aplicados e são licenciados sintática e semanticamente pelo núcleo Aplicativo:

- (11) a. John melted **me** some ice. (Inglês)
b. Mukasa o-nok -is - el -a **Katonga** mahada (Venda)
Mukasa 3sg-PAST - melt -CAUSA-APPL-FV Katonga ice
'Mukasa melted Katonga the ice'

(Pylkkänen 2002, p.9)

Resumindo esta seção, as propostas apresentadas até aqui assumem que os objetos diretos são argumentos nucleares dos verbos, diferente dos sujeitos e objetos indiretos que são argumentos adicionais, necessitando de núcleos funcionais que os adicionem à estrutura argumental do verbo. Assim, enquanto o objeto direto é licenciado e introduzido pelo verbo, tanto o argumento externo quanto o objeto indireto necessitariam de um núcleo funcional: o núcleo *Voice*, e o núcleo Aplicativo, respectivamente. Por fim, as línguas variam no número de argumentos que cada verbo permite, pois cada língua faz escolhas diferentes em relação aos elementos introdutórios de argumentos que terá em seu inventário.

4.3. Teoria dos Núcleos Aplicativos

Nesta seção, nos debruçaremos sobre a teoria de núcleos aplicativos, visto que esta será essencial para a análise que traremos nesse capítulo: que os argumentos de verbos do tipo *convencer* seja adicionado na sintaxe por um núcleo Aplicativo. Na subseção 4.3.1, veremos a hipótese original de Pylkkänen (2002) sobre os argumentos dativos terem núcleos aplicados em suas estruturas, assim como as características dos núcleos Aplicativos Altos e Baixos propostos pela autora. Na subseção 4.3.2, veremos a aplicação da teoria de núcleos Aplicativos no espanhol (Cuervo 2003 e Pujalte 2009) e a adição de mais um tipo de núcleo aplicativo baixo de posse estática (AT) e de mais um tipo de núcleos Aplicativos: Aplicativo Afetado, que será importante para a proposta que faremos neste capítulo sobre as construções com verbos do tipo *convencer* com leitura de objeto. Na subseção 4.3.3, veremos como Torres-Morais (2007) emprega a teoria de núcleos aplicativos para o PE, sendo o primeiro estudo a colocar o PE no quadro das línguas que expressam a propriedade de alternância dativa. Na subseção 4.3.4, veremos como Armelin (2011) adota os núcleos Aplicativos no PB, apesar de não haver variação dativa nessa língua, o que será crucial para nossa hipótese de que as sentenças com *convencer* também tenham argumentos aplicados em sua estrutura.

4.3.1. Núcleos Aplicativos no Inglês (Pylkkänen 2002)

Conforme dito na seção anterior, o ponto central para Pylkkänen (2002) é entender como os argumentos não nucleares do verbo são introduzidos na sintaxe. Para tal, a autora apresenta um sistema universal de unidades funcionais e argumenta que a variação linguística acontece pela seleção que cada língua faz desse inventário. A autora se embasa em três pontos para propor sua estrutura final: (i) a teoria de Marantz (1984) sobre a assimetria entre os argumentos internos e externos do verbo (ver 4.2.2); (ii) a hipótese de

Kratzer (1996) de que o argumento externo é introduzido na estrutura e licenciado pelo núcleo *Voice* (ver 4.2.3); e (iii) a teoria dos núcleos Aplicativos Altos e Baixos propostos pela própria autora.

Nas línguas banto, conforme já amplamente demonstrado na literatura, as construções aplicativas são formadas pela adição de um morfema especial no verbo, denominado “marcador aplicativo”, com o papel de licenciar argumentos adicionais à estrutura argumental do verbo.

(12) Venda

a. Mukasa o-nok-is-a mahada.

Mukasa 3sg.PAST-melt-CAUSE-FV snow

'Mukasa melted the snow'

b. Mukasa o-nok-is-**el**-a Katonga mahada.

Mukasa3sg.PAST-melt-CAUSE-**APPL**-FV Katonga snow

'Mukasa melted Katonga the snow'

(Pylkkänen 2002, p. 9 e 10)

Marantz (1984) foi um dos primeiros a reconhecer similaridades sintáticas entre as línguas banto e o inglês e demonstrar que a língua inglesa também possui construções com objetos indiretos adicionais, igualmente introduzidos na sintaxe por um núcleo aplicativo. Um exemplo de argumento adicional no inglês seria os argumentos alvos de sentenças com objetos duplos. Assim, *John* em (13a) seria inserido na sintaxe e licenciado através do núcleo aplicativo. Por outro lado, o mesmo argumento alvo *John* na contraparte preposicionada em (13b) seria um argumento verdadeiro e licenciado pelo predicado verbal.

(13) Inglês

a. Mary gave **John** a book.

b. Mary gave a book to **John**.

Pylkkänen (2002) afirma que, apesar de os exemplos com aplicativos parecerem ter significados similares em inglês e venda, há duas diferenças cruciais entre essas

construções nessas línguas. A primeira diferença é de seleção: apenas a língua venda permite que se adicione argumentos para verbos inergativos, ao passo que o inglês, por apresentar uma relação de posse obrigatória entre os dois objetos, exige que o objeto direto seja realizado. A segunda diferença é semântica: enquanto o argumento adicionado em inglês tem uma relação de transferência de posse com o argumento interno (cf. visto em (13a)), em venda, a interpretação é de que o argumento adicional é beneficiário ou instrumento da ação expressa pelo verbo (cf. (14)). Essa interpretação não é possível em inglês (cf. (15)):

(14) Venda

a. Mukasa o-se-is-**a Katonga**

Mukasa 3sg.PAST-laugh-CAUSE-FV Katonga.

'Mukasa made Katonga laugh'

b. Mukasa o-amb-el-**a Katonga**

Mukasa 3sg.PAST-speak-APPL-FV Katonga

'Mukasa spoke for Katonga'

(Pylkkänen 2002, p.10)

(15) Inglês

a. *He ate the wife food.

b. *John held Mary the bag.

(Pylkkänen 2002, p.19)

Isso leva Pylkkänen a propor que tenhamos tipos de núcleos Aplicativo diferentes nas duas línguas: em inglês, teríamos construções com Aplicativos Baixos e em venda com Aplicativos Altos. A hipótese apresentada pela autora é que apesar dos aplicativos serem universais, cada língua fará as escolhas de quais tipos de aplicativos aceitar em sua gramática.

Os Aplicativos Altos são assim chamados pois se concatenam acima do verbo. Estes estabelecem uma relação entre um argumento aplicado e um evento denotado pelo verbo, ou seja, relacionam o DP em seu especificador ao evento.

Segundo a autora, os núcleos aplicativos do tipo Alto podem ter semântica de beneficiário como visto nos exemplos da língua venda em (12) e (14) e abaixo com exemplos da língua chaga em (16); ou ter semântica de instrumento, ilustrada em (17) com exemplos da língua banto Chichewa:

- (16) Aplicativo Alto de Beneficiário: Chaga
N-1/2a-1/2y-lyì-í-à m-kà k-élyá
FOC-1SG-PRES-eat-APPL-FV CL⁵⁴1-wife CL7-food
'He is eating food for his wife'

(Pykkänen 2002, p.17)

- (17) Aplicativo Alto de Instrumento: Chichewa
a. Mavuto a-na-umb-ir-a mpeni mtsuko
Mavuto SP⁵⁵-PAST-mold-APPL-ASP knife waterpot
'Mavuto molded the waterpot with a knife'

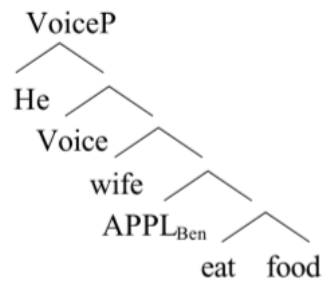
(Pykkänen 2002, p.18)

Em (16), 'a esposa' está em uma relação benefactiva com o evento de comer, ou seja, ela é beneficiada por este evento e não tem nenhuma relação com o objeto de *comer* (*a comida*), visto que não é plausível que 'a esposa' possa entrar em uma relação de posse com 'a comida' como resultado de alguém comê-la. Essa assimetria é possível de ser observada e explicada pelas posições dos elementos na estrutura referente à (16) apresentada abaixo:

⁵⁴ CL = Clítico (que podem ser do tipo 1, 7, 9, etc)

⁵⁵ SP = Subject Prefix

(18) Aplicativo Alto: Chaga



O mesmo acontece com os aplicativos de instrumento em (17), onde ‘a faca’ tem relação de instrumento em relação ao evento de cortar, mas não uma relação de posse com o ‘pote de água’.

Já no inglês, conforme dito anteriormente, temos núcleos Aplicativos Baixos. Eles são assim chamados pois, diferente dos Aplicativos Altos, se concatenam abaixo do VP. Os aplicativos Baixos relacionam dois indivíduos, ou seja, dois argumentos internos do verbo (o objeto direto e o argumento aplicado) e expressam uma relação de posse entre eles. Para Pylkkänen (2002), esse tipo de núcleo aplicativo pode ser de dois tipos: com semântica de recipiente, ou seja, o argumento aplicado é a entidade que recebe; ou com semântica de fonte, em que o argumento aplicado é possuidor do objeto direto.

No Aplicativo Baixo de Recipiente (TO), diferente do que vimos nas construções de Aplicativos Alto em (16) e (17), Pylkkänen aponta que há uma semântica de transferência de posse, onde o sujeito tem a intenção de que o objeto direto seja para posse do objeto indireto. Por exemplo, quando escrevemos uma carta para alguém, como em (19a), temos a intenção de que esse alguém receba tal carta.

(19) Aplicativo baixo de Recipiente: inglês

- a. I wrote John a letter. → I wrote a letter and it was to the possession of John.
b. I baked my friend a cake. → I baked a cake and it was to the possession of my friend.
c. I bought John a new VCR. → I bought a new VCR and the new VCR was to the possession of John.

(Pylkkänen 2002, p.19)

O mesmo acontece nas construções com Aplicativo Baixo de Fonte (FROM): há uma semântica de que o objeto direto seja da posse do objeto indireto: como vemos nas sentenças em coreano em (20), o anel era da posse de *Mary*:

(20) Aplicativo baixo de Fonte: coreano

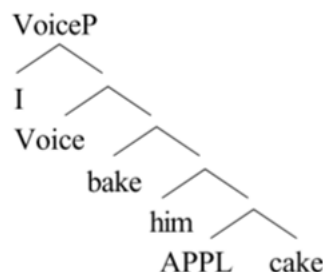
Totuk-i Mary- hanthey panci-lul humchi-ess-ta
thief-NOM Mary-DAT ring-ACC steal-PAST-PLAIN
'The thief stole a ring from Mary' (Lit: The thief stole Mary a ring)
Hypothesized meaning: 'The thief stole a ring and it was from Mary's possession'

(Pylkkänen 2002, p.21)

Essa relação entre o argumento aplicado Baixo e o objeto direto é possível de ser observada e explicada pelas posições dos elementos em sua estrutura:

(21) Aplicativo Baixo: Inglês

- a. I baked him a cake.
b.

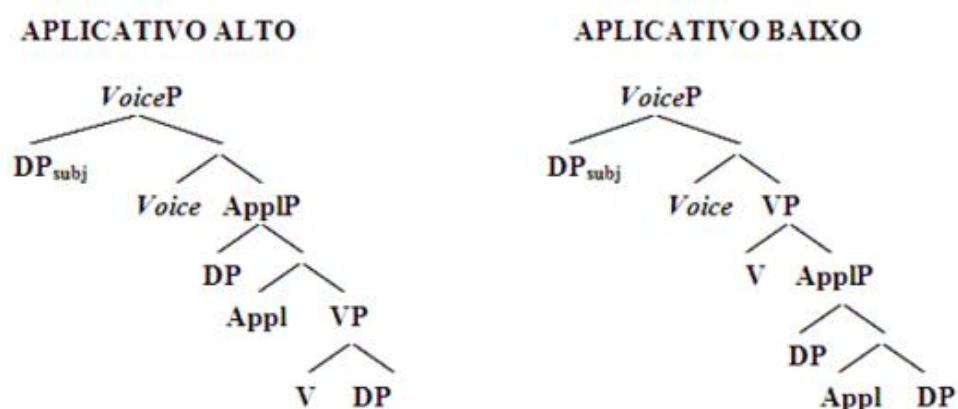


Vale ressaltar que em ambas as construções aplicativas, tanto Altas quanto Baixas, os argumentos aplicados c-comandam assimetricamente o objeto direto. Essa propriedade

é tomada por Pylkkänen (2002) como característica que define as construções que contenham um núcleo funcional Aplicado translinguisticamente, mudando de língua para língua qual dos dois núcleos funcionais do inventário vai fazer parte de sua seleção, assim como de que maneira esses núcleos vão se arranjar sintaticamente.

Resumindo, os tipos de núcleos aplicativos para Pylkkänen (2002) estão representados abaixo:

(22)



(Adaptado de Pylkkänen 2002, p.19)

Para corroborar sua hipótese sobre a existência de dois tipos de núcleo aplicativos, Pylkkänen (2002) traz exemplos de seis línguas que apresentam construções de objetos duplos: inglês, japonês, coreano, luganda, venda e albaniano e aplica a essas línguas três diagnósticos: de restrição transitiva, da semântica do verbo e da possibilidade ou não de se ter Predicação Secundária Representativa.

Em relação ao primeiro diagnóstico, Pylkkänen observa que as construções com objetos duplos do inglês, japonês e coreano não podem acontecer com verbos inergativos (cf. (23)); já em luganda, venda e albaniano é possível (cf. (24)):

(23) *VERBOS INERGATIVOS

Inglês

a. *I ran him

Japonês

b. *Taroo-ga Hanako-ni hasitta.

Taroo-NOM Hanako-DAT run-PAST

'Taro ran for Hanako'

Coreano

c. *Mary-ka John-hanthey talli-essta.

Mary-NOM John-DAT run-PAST

'Mary ran to/from John'

(24) VERBOS INERGATIVOS

Luganda

a. Mukasa ya-tambu-le-dde Katonga

Mukasa PAST-walk-APPL-PAST Katonga

'Mukasa walked for Katonga'

Venda

b. Ndi-do-shum-el-a musadzi

1SG-FUT-work-APPL-FV lady

'I will work for the lady'

Albaniano

c. VERBO INERGATIVO

I vrapova him(DAT.CL) ran.1sg

'I ran for him'

(Pylkkänen 2002, p.25)

A proposta de Pylkkänen é que, considerando que verbos inergativos não têm um objeto direto e que os núcleos aplicativos do tipo Baixo precisam estar relacionados a um objeto direto, apenas aplicativos do tipo Alto podem se combinar com verbos inergativos. Assim, as construções de objetos duplos do inglês, japonês e coreano possuem aplicativos do tipo Baixo, enquanto as construções de objetos duplos do luganda, venda e albaniano, possuem aplicativos do tipo Alto.

Em relação ao segundo diagnóstico, vemos uma diferença entre inglês, japonês e coreano não permitindo verbos estáticos de um lado (cf. (25)) e luganda, venda e albaniano permitindo verbos estáticos do outro (cf. (26)):

(25) *VERBOS ESTÁTICOS

Inglês

a. *I held him the bag

Japonês

b. *Taroo-ga Hanako-ni kanojo-no kaban-o motta
Taro-NOM Hanako-DAT she-GEN bag-ACC held
'Taro held Hanako her bag'

Coreano

c. *John-i Mary-hanthey kabang-ul cap-ass-ta
John-NOM Mary-DAT bag-ACC hold-PAST-PLAIN
'John held Mary her bag'

(Pylkkänen 2002, p.24)

(26) VERBOS ESTÁTICOS

Luganda

a. Katonga ya-kwaant-i-dde Mukasa ensawo
Katonga PAST-hold-APPL- PAST Mukasa bag
'Katonga held the pot for Mukasa'

Venda

b. Nd-o-far-el-a Mukasa khali
1sg-PAST-hold-APPL-FV Mukasa pot
'I held the pot for Mukasa'

Albaniano

c. Agimi i mban Drites çanten time
A.NOM DAT.CL holds Drita.DAT bag.ACC my
'Agim holds my bag for Drita'

(Pylkkänen 2002, p.25)

A autora explica os exemplos em (25) e (26) demonstrando que verbos estáticos não seriam possíveis com aplicativos baixos (cf. (25)), visto que aplicativos baixos implicam uma transferência de posse. Porém, verbos estáticos poderiam, sim, ocorrer

com aplicativos do tipo Alto (cf. (26)), visto que seria plausível dizer que alguém pode estar sendo beneficiado pelo evento de “segurar algo”.

Por fim, em relação ao terceiro diagnóstico, vemos que o inglês, uma língua que a autora defende como de aplicativos do tipo Baixo não permite predicação secundária (cf. (27a)); já o finlandês, uma língua que seria de aplicativos altos, permite (cf. (27b))

(27) Predicação Secundária:

Inglês

a. *I gave Mary the meat *raw*.

Finlandês

b. Sö-i-n tomaati-n raaka-na.

eat-PAST-1SG tomato-ACC raw-ESSIVE

‘I ate a tomato *raw*’

(Pylkkänen 2002, p.28):

Pylkkänen explica que predicação secundária é possível com argumentos externos e objetos diretos explícitos, mas não com argumentos internos implícitos, DPs dentro de PP ou com objetos indiretos. Assim, a predicação secundária de um DP puro dentro de um VP não seria possível nas línguas de Aplicativos Baixos, apenas as línguas de Aplicativo Alto. Em construções de Aplicativo Baixo a predicação secundária teria de se encaixar ao Appl’ e esta posição, segundo a autora, é muito complexa para um predicado DEP-P⁵⁶ modificar. Já os argumentos aplicados Altos podem ser modificados por predicação secundária visto que são interpretados da mesma forma que os argumentos externos.⁵⁷

Considerando, através destes três diagnósticos, que a proposta de Pylkkänen para as diferenças entre línguas de aplicativos altos e baixos se sustentam, passaremos agora para os estudos sobre a existência de núcleos aplicativos em outras línguas, tais como o

⁵⁶ Depictive Phrase.

⁵⁷ Para uma explicação mais detalhada, ver Pylkkänen (2002), seção 2.1.2, onde a autora traz os diagnósticos, aplicando-os às línguas inglesa, japonesa e coreano – como representantes de línguas com construções de aplicativo Baixo – e as línguas luganda, venda e albanês – línguas de aplicativo Alto.

espanhol (seção 4.3.2), português europeu (seção 4.3.3) e português brasileiro (seção 4.3.4).

4.3.2. Núcleos aplicativos no Espanhol (Cuervo 2003 e Pujalte 2009)

Cuervo (2003) propõe que o espanhol também faça parte do conjunto de línguas que apresentam variação dativa. Para a autora, assim como no inglês, a variante de objetos duplos em espanhol teria em sua estrutura um argumento aplicado, enquanto a variante preposicionada não teria. Porém, diferente do inglês, o núcleo aplicativo no espanhol não seria nulo, sendo marcado morfologicamente pelo clítico dativo *le/les*. A presença ou ausência de redobro desse clítico marcaria a variação dativa nessa língua:

- (28) a. Pablo *le* sacó la bicicleta **a Andreína**
b. Pablo sacó la bicicleta **de Andreína**

A correspondência estabelecida pela autora é que sempre que há a possibilidade de redobro do clítico (cf.(28a)), temos uma estrutura de objetos duplos, em que o argumento dativo não seria argumento do verbo, mas sim introduzido e licenciado pelo núcleo Aplicativo. A preposição *a* nessas estruturas seria um marcador de Caso e os *a*-DPs teriam Caso dativo inerente na posição em que são gerados. Já as estruturas em que não há a possibilidade de redobro do clítico (cf. (28b)), não teríamos um argumento dativo, mas sim um PP introduzido pela preposição *de*. Segundo a autora, a preposição neste caso seria uma preposição verdadeira, que contribui para o sentido direcional, diferente da preposição *dummy* em (28a).

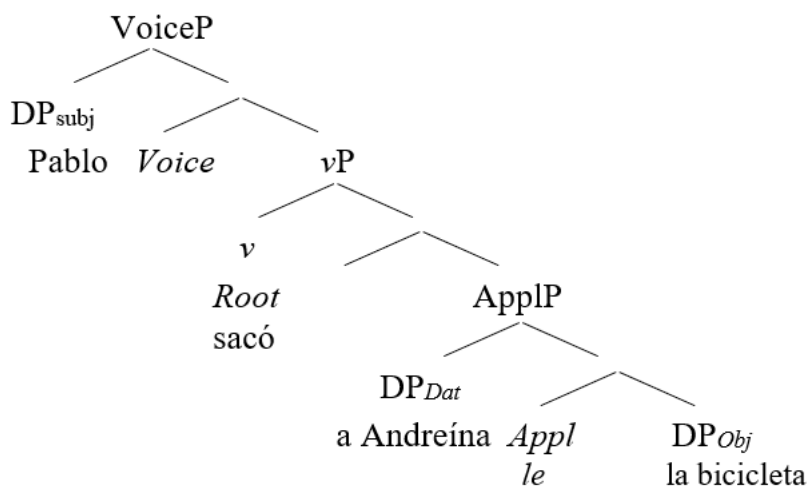
Cuervo aponta que uma evidência a favor de sua análise seria a diferença de natureza semântica entre as duas variantes:

- (29) a. Pablo *le* mandó un diccionario **a Gabi/*a Barcelona**
b. Pablo mandó un diccionario **a Gabi /a Barcelona**

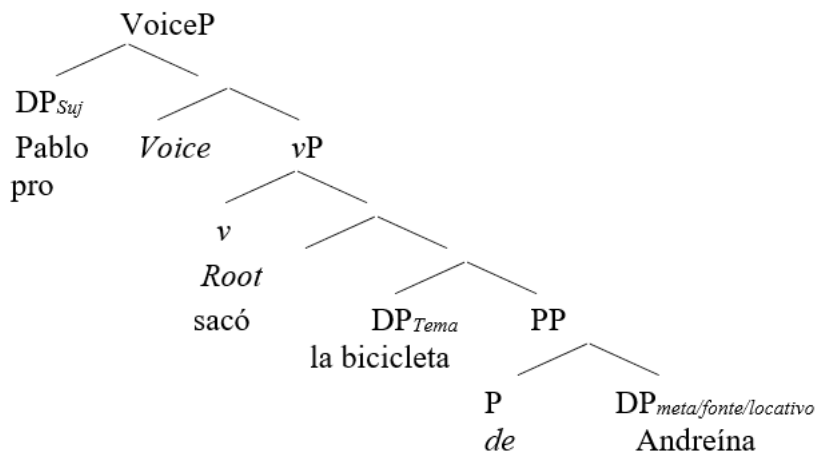
O fato de não se poder ter um locativo puro nas construções de objetos duplos, com verbos ditransitivos dinâmicos de transferência, revela que a interpretação do objeto indireto não é a mesma nas duas construções. Este tipo de contraste é que torna problemáticas as análises em que uma estrutura deriva de outra por movimento ou incorporação, favorecendo a análise da autora de que se trata de estruturas diferentes.

Vejamos abaixo como seria cada uma das estruturas que a autora propõe:

(30) a. Estrutura de objeto duplo: Pablo le sacó la bicicleta a Andreína.



b. Estrutura ditransitiva preposicionada: Pablo sacó la bicicleta de Andreína.



Vemos nas estruturas que a ordem linear no espanhol não aponta uma diferença entre as construções de objetos duplos em (28) e a sua variante preposicionada em (30). Para Cuervo, nas sentenças sem redobro do clítico, testes de ligação, cruzamento fraco e escopo evidenciaríamos que, apesar de a ordem linear superficial não mostrar, o argumento

tema estaria mais alto que o *a*-DP alvo, assim como na variante preposicionada do inglês; já quando aplicamos os mesmos testes às sentenças com redobro de clítico, veríamos que o dativo está estruturalmente mais alto do que o argumento tema, como na variante de objetos duplos do inglês.

Cuervo então traça um paralelo entre as sentenças com redobro de clítico e as construções de objetos duplos de inglês, em que ambas apresentariam núcleo Aplicativo em sua estrutura. Já as sentenças sem o redobro se comparariam às sentenças preposicionadas do inglês, sem núcleo Aplicativo.

Em inglês, em sentenças preposicionadas (PPD), há efeito de cruzamento fraco quando o *wh* alvo se move cruzando o DP tema que contém um possessivo coindexado com o DP alvo (cf. (31a)). Já quando o possessivo está no sintagma preposicional, não temos efeito (cf. (31b)):

- (31) PPD
a. *Who_i did Mary give his_i check to *t*_i ?
b. What_i did Mary give *t*_i to its_i owner?

Nas construções de objetos duplos em inglês, temos o reverso: há efeito de cruzamento fraco quando o pronome possessivo no argumento dativo é ligado com o *wh* alçado (32a); mas não há problemas quando o possessivo está no objeto direto e o dativo é um *wh* (cf. (32b)):

- (32) DOC
a. *What_i did Mary give its_i owner *t*_i ?
b. Who_i did Mary give *t*_i his_i check?

Agora aplicando os mesmos testes ao espanhol, Cuervo demonstra que, conforme esperado, as construções sem redobro de clítico se comportam como as construções preposicionadas do inglês em (31): temos efeito de cruzamento fraco se o possessivo é ligado por um *wh*-PP alçado (cf. (33a)), mas não quando o possessivo está contido no PP (cf. (33b)):

- (33) PPD
- a. *¿A quién_i entregamos su_i cheque t_i ?
to whom we-gave his check.ACC
‘*To whom did we give his check?’
- b. ¿Qué (libro) entregamos t_i a su_i dueño_i?
what (book).ACC we-gave to its owner
‘What (book) did we give to its owner?’

Já as construções com redobro de clítico se comportam como as construções de objetos duplos do inglês em (32): temos efeito de cruzamento fraco quando o pronome possessivo no argumento dativo é ligado com o *wh* alçado (34a); mas não quando o possessivo está no objeto direto e o dativo é um *wh* (cf. (34b):

- (34) DOC
- a. *¿Qué_i (libro) le entregamos a su_i dueño?
what (book).ACC CL.DAT we-gave its owner.DAT
‘What (book) did Lilus give to its owner?’
- b. ¿A quién_i le entregamos su_i cheque?
who.DAT CL.DAT we-gave his check.ACC
‘Who did we give his check?’

Cuervo (2003) constata portanto que nas construções com núcleos Aplicativos, o argumento dativo está mais alto que o objeto tema, apesar de aparecer à direita do tema.

Outro ponto relevante para nossa discussão trazido por Cuervo (2003) é sua proposta de ampliação do inventário de tipos de núcleos aplicativos. Ao tentar empregar no espanhol a teoria de núcleos Aplicativos de Pylkkänen (2002), Cuervo percebeu que apenas os conceitos de aplicativos Altos e Baixos não seriam suficientes para dar conta dos dados da língua. Isso levou a autora a propor que, além dos núcleos aplicativos baixos de alvo (Appl-TO em (35a)) e aplicativos baixos de fonte (Appl-FROM em (35b)), já propostos por Pylkkänen; tenhamos uma terceira opção: aplicativos baixos com uma relação estática de posse (Appl-AT em (35c)), com o argumento aplicado sendo interpretado como possuidor:

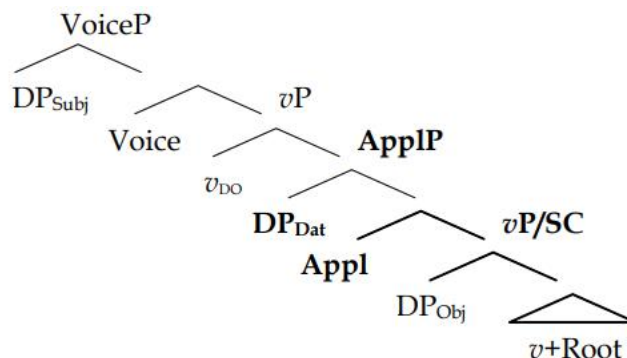
- (35) Espanhol

- a. Pablo le pasó la bicicleta a Andreína
Pablo CL.DAT passou a bicicleta.ACC Andreína.DAT
'Pablo passou a bicicleta para Andreína' (Literal: Pablo passou a bicicleta a Andreína)
- b. Pablo le robó la bicicleta a Andreína
Pablo CL.DAT roubou a bicicleta.ACC Andreína.DAT
'Pablo roubou a bicicleta da Andreína' (Literal: Pablo roubou a bicicleta a Andreína)
- c. Pablo le admira la paciencia a Valeria
Pablo CL.DAT admira a paciência.ACC Valeria.DAT
'Pablo admira a paciência de Valeria' (Literal: 'Pablo admira Valeria a paciência)

(Cuervo 2003, p.58)

Um outro tipo de núcleo aplicativo também proposto por Cuervo se denomina Aplicativo Afetado, sendo responsável por introduzir argumentos dativos nas estruturas bi-eventivas, causativas e incoativas. Enquanto os núcleos Aplicativos Altos expressam semanticamente uma relação entre o argumento aplicado e o evento mais alto; os núcleos aplicativos Baixos expressam uma relação entre o argumento aplicado e o objeto direto; e o Aplicativo Afetado expressa uma relação entre o argumento aplicado e o evento mais baixo na estrutura. Em (36), vemos que os Aplicativos Afetados têm uma estrutura parecida com a dos Aplicativos Baixos; porém, diferente destes, o aplicativo Afetado tem uma semântica de afetação, e não expressa a ideia de ser da posse do objeto direto.

(36) Estrutura de Aplicativos Afetados



(Cuervo, 2003, p.113)

Como vemos em (36), para Cuervo, haveria um contraste entre o dativo possuidor na DOC (aplicativo Baixo) e dativos afetados. Por exemplo, o objeto de um verbo no

aplicativo Baixo é um DP, e há uma relação de posse entre o argumento dativo e o DP objeto. Já o objeto nas construções de aplicativo Afetado seria uma pequena oração (um vP)⁵⁸, com o argumento aplicado sendo responsável pela relação entre um dativo e uma oração, ou seja, este tipo de núcleo aplicativo está ensanduichado entre dois eventos, sendo o mais baixo deles um estado.

Assim, vemos abaixo em (37a) que o argumento dativo *Valeria* não está diretamente relacionada com o objeto *radio*, nem com semântica de fonte, de recipiente ou de posse; mas sim *Valeria* está como um indivíduo afetado pela mudança de estado do objeto, ou seja, ela é o indivíduo que recebe o *rádio quebrado*. O mesmo acontece com o indivíduo *Emilio* em (37b):

- (37) a. Emilio le rompió la radio a Valeria
Emilio CL.DAT broke the radio Valeria.DAT
'Emilio broke the radio on Valeria' (Literal: 'Emilio broke Valeria the radio')
- b. A Emilio se le quemaron las tostadas
Emilio.DAT se CL.DAT burned.PL the toasts
'The toasts burned on Emilio' (Literal: 'To Emilio burned the toasts')
- (Cuervo 2003, p.91)

Cuervo aponta que essa afetação, depende diretamente do significado idiossincrático do verbo, ou seja, se o verbo expressa uma atividade que pode afetar o objeto direto, o argumento dativo é afetado também. Outro ponto seria que essa afetação seria mais forte quando temos uma posse inalienável, como no caso das “mãos” e dos “joelhos”, visto que não seria possível afetarmos o tema sem afetarmos seu possuidor:

⁵⁸ Cuervo (2003) explica que o complemento é considerado um sintagma predicativo ou uma mini-oração e não um DP, pois, a omissão do sujeito *la pata* ou do predicado *rota*, ou termos o *bare noun patas* como sujeito do predicado é agramatical:

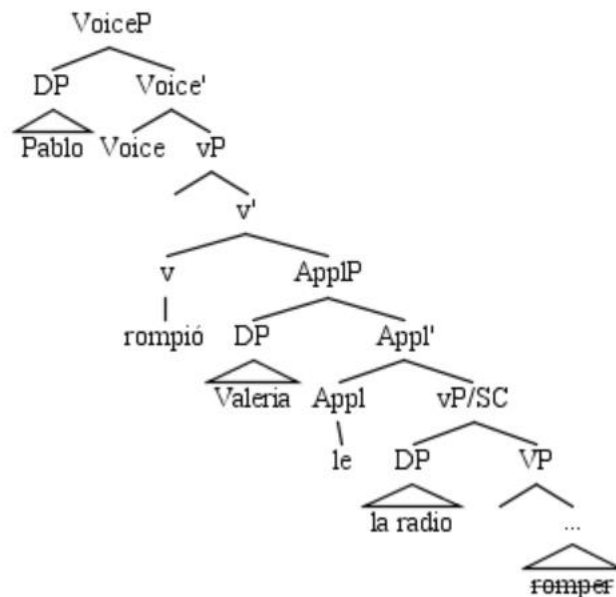
- (i) a. **La mesa tiene la pata*
b. **La mesa tiene rota*
c. **La mesa tiene patas rotas/ rotas patas*
d. *La mesa la tiene *(rota)*

- (38) a. Pablo le lavó las manos a Valeria
 Pablo CL.DAT washed the hands Valeria.DAT
 ‘Pablo washed Valeria’s hands’
- b. Pablo le operó la rodilla izquierda a Valeria
 Pablo CL.DAT operated the knee left Valeria.DAT
 ‘Pablo operated on Valeria’s left knee’

(Cuervo, 2003, p.74)

A proposta de estrutura para aplicativos afetados seria a seguinte:

- (39) a. Pablo le rompió la radio a Valeria.
 b.



(estrutura baseada em Cuervo 2003, p.113)

DP objeto *la radio* é o sujeito da oração encaixada e o DP dativo *Valeria* comanda assimetricamente o objeto direto. Cuervo propõe que, como nas construções de objetos duplos, a ordem linear OD-OI é resultado do movimento do objeto direto para um núcleo mais alto para checar acusativo. O objeto, então, apareceria antes do dativo e este último receberia caso inerente do núcleo aplicativo.

Em suma, Aplicativo Afetado seria definido estruturalmente como um aplicativo que toma como complemento um *vP* (um estado resultativo) subordinado a um *v_{DO}* dinâmico, e é licenciado entre esses dois sub-eventos.

Essa proposta de estrutura se mostra relevante para o que iremos discutir neste trabalho por dois motivos. Primeiramente, diferente dos demais argumentos aplicados elencados até agora, o argumento aplicativo afetado é uma oração. Esta constatação abre portas para que possamos também afirmar que as orações subordinadas associadas a verbos do tipo *convencer* também possam ser argumentos aplicados, mesmo sendo orações. E segundo, considerando que aplicativos afetados não apresentam necessariamente uma relação de posse com o objeto direto e sim uma relação de afetação, é possível fazermos um paralelo semântico com as construções com verbos do tipo *convencer* e sujeito nulo com leitura de objeto, como veremos em mais detalhe na seção 4.4.⁵⁹.

4.3.3. Núcleos aplicativos no PE (Torres-Morais 2007)

Um dos pontos mais relevantes desta subseção é o fato de Torres-Morais (2007) ter sido a primeira a propor que o português europeu (PE) também faz parte do conjunto de línguas que apresentam argumentos aplicados em construções de objetos duplos.

Para explicar sua hipótese, a autora assume que haja três opções de licenciamento para o argumento dativo: (i) se o núcleo Aplicativo é complemento de uma raiz e o complemento do núcleo Aplicativo é um DP, temos construções com Aplicativo Baixo (cf. Pylkkänen 2002); (ii) se o núcleo Aplicativo é complemento de um *vP* e o

⁵⁹ Pujalte (2009) também se baseia na proposta de Pylkkänen (2002) para fazer sua análise dos objetos duplos no espanhol, assumindo, como Cuervo (2003), que os dativos preposicionados são selecionados pelo verbo diretamente e as construções com objetos duplos são adicionados pelo núcleo Aplicativo. Porém, diferente de Cuervo, Pujalte assume que o redobro seria um fenômeno morfológico e não sintático, ou seja, um determinado verbo, em configuração de redobro do clítico ou não, apresenta a mesma estrutura sintática. Assim, para a autora, não é a possibilidade de redobro do clítico que distingue a variante de objeto duplo da variante dativa, mas sim a existência de dois grupos de dativos: os argumentais, que são selecionados diretamente pelo verbo; e não-argumentais, introduzidos através de um núcleo Aplicativo. Não entraremos em detalhe sobre a proposta da autora por não ser relevante para a discussão deste trabalho. Para mais detalhes e implementação, ver Pujalte (2009).

complemento do núcleo Aplicativo é um ν dinâmico, temos construções de Aplicativo Alto (cf. Pylkkänen 2002); (iii) e se núcleo Aplicativo é complemento de Voice e o complemento do núcleo Aplicativo é um ν P, temos Aplicativo Afetado (cf. Pujalte 2009). Os Aplicativos do tipo (ii) estão presentes no PE.

Ao comparar os dados do PE com os exemplos do inglês e do espanhol trazidos por Pylkkänen (2002), Cuervo (2003) e Pujalte (2009), Torres-Morais aponta certas semelhanças: (i) o PE permite a adição de argumentos com semântica de beneficiário de evento (cf. (40c)); (ii) o PE não permite que argumentos sejam adicionados a verbos inergativos (cf. (41)); e (iii) o PE também possui variação dativa, com uma contraparte de objetos duplos (cf. (42a)) e uma contraparte preposicionada (cf. (42b)):

- (40) a. O gelo derreteu.
b. **O João** derreteu o gelo.
c. O João derreteu-**lh**es o gelo.
(Torres-Morais 2007, p.13)

- (41) a.* A Maria sorriu o Pedro (A Maria fez o Pedro sorrir)
b.* A Maria falou o Pedro (A Maria falou pelo Pedro)
(Torres-Morais 2007, p.15)

- (42) a. O Pedro lavou o carro **à Maria**.
b. O Pedro lavou o carro **da Maria**.
(Torres-Morais 2007, p.95)

Assim, Torres-Morais afirma que podemos incorporar ao português a mesma explicação que Cuervo (2003) aplica ao espanhol: os DPs dativos não são argumentos do verbo, mas introduzidos e licenciados por um núcleo especializado, chamado Aplicativo; e os diferentes significados que esses argumentos apresentam dependem da posição estrutural em que são licenciados.

Sobre a variação dativa, diferente do que vimos em Cuervo (2003) para o espanhol, Torres-Morais assume que, em PE, não é o redobro do clítico que caracteriza

se uma construção é applicativa; mas sim a possibilidade de termos a realização de um pronome clítico ou não. A autora explica que os clíticos dativos em PE são gerados como argumento, por isso a ausência de redobro nesta língua.

A proposta apresentada é que, se o argumento dativo puder ser realizado como clítico *lhe/lhes*, se trata de uma estrutura de objetos duplos (DOC) (cf. (43a)); e, se tal possibilidade está ausente, temos uma estrutura bitransitiva preposicionada (PCD), sem a projeção do núcleo applicativo (cf. (43b)). A proposta seria que em PE, o núcleo applicativo seria nulo fonologicamente, mas assinalaria Caso inerente ao argumento dativo.

- (43) a. O Pedro lavou o carro **à Maria** = O Pedro lavou-**lhe** o carro.
b. O Pedro lavou o carro **da Maria** ≠ O Pedro lavou-**lhe** o carro.

(adaptado de Torres-Morais 2007 p.95)

A autora também discute que a ordem superficial dos dois argumentos internos nas construções de objetos duplos é com o objeto direto precedendo o objeto dativo, o que não revela as relações estruturais da sentença. Torres-Morais propõe, então, que a derivação da ordem de palavras não marcada em PE é resultado do movimento do objeto direto para uma posição mais alta. Uma evidência sintática apresentada para esta proposta é dada através dos mesmos testes de ligação de anáforas e escopo vistas na subseção anterior com Cuervo (2003), que revelam que o DP dativo está mais alto do que o DP objeto nas construções de objeto duplo e mais baixo nas construções bitransitivas preposicionadas.

Torres-Morais explica que no PE, o argumento dativo na contraparte com objetos duplos pode ser expresso morfologicamente pelo pronome clítico *lhe/lhes* ou pelo *a*-DP e que, nessas construções, a preposição *a* não é verdadeira, mas sim uma preposição *dumm* marcadora de Caso dativo.

Um ponto relevante explicado pela autora é que há uma diferença quando uma preposição tem um uso lexical de quanto tem apenas um uso funcional. Uma preposição

de uso lexical é plena, e retirá-la faz com que a sentença se torne agramatical, como em “O João gosta da Maria” vs. “*O João lhe gosta” e “Os turistas foram à opera” vs. “*Os turistas lhe foram”. Já quando a preposição tem um uso funcional, sua ausência não modifica a gramaticalidade da sentença, como nos exemplos dados por Torres Morais (2007) sobre o PE: “*O João cantou uma bela canção à Maria*” vs. “*O João cantou-lhe uma bela canção*”.

Assim, nas construções bitransitivas preposicionadas (PCD), o objeto indireto é um PP, introduzido por uma preposição verdadeira – *a, em, para, de* – não sendo possível ser substituído pelos clíticos *lhe/lhes* pois a preposição contribui para o sentido de meta, locativo ou beneficiário:

- (44) a. O José enviou uma carta para Lisboa / para o Banco de Portugal.
b. * O José **enviou-lhe** uma carta. (no sentido de para Lisboa/para o Banco de Portugal)

(adaptado de Torres-Morais 2007 p.95)

Já nas construções de objetos duplos em PE, teríamos construções de Aplicativos Baixos (cf. Pykkänen 2002), considerando que o argumento dativo estabelece uma relação com o objeto direto. Porém, enquanto em inglês só é possível construções Aplicativas Baixas de recipiente (TO), em PE também é possível a semântica de fonte (FROM) e de beneficiário ou possuidor (AT):

- (45) Inglês: Aplicativo Baixo de Recipiente (TO):
a. John sent a letter to Mary
b. John sent Mary a letter
b. *John stole **Mary** a book

(Torres-Morais 2007 p.131)

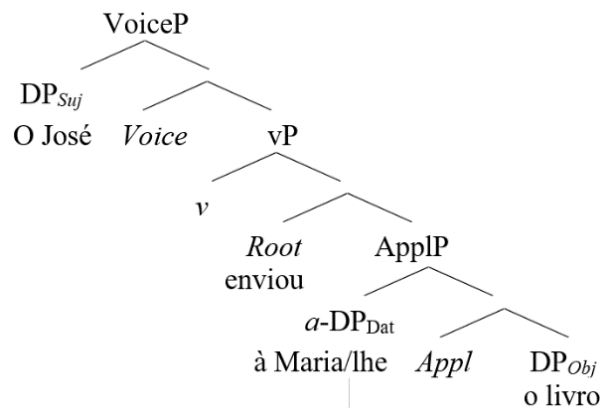
- (46) Português Europeu: Aplicativo Baixo:
- O José **enviou** uma carta **à Maria** / **enviou-lhe** uma carta (*recipiente*)
 - O José **roubou** o relógio **ao Pedro** / **roubou-lhe** o relógio (*fonte/possuidor*)
 - A Maria **preparou** um jantar **aos convidados** / **preparou-lhes** um jantar (*beneficiário*)
 - A professora **lavou** as mãos **aos alunos** / **lavou-lhes** as mãos (*possuidor*)

(Torres-Morais 2007 p.52)

Vejamos abaixo cada uma dessas estruturas:

- (47) Estrutura de objeto duplo/Aplicativo Baixo-TO

- O José enviou o livro à Maria / O José enviou-lhe o livro.
-



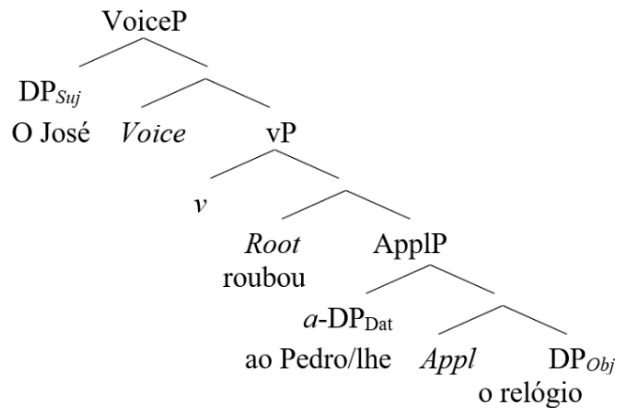
Na estrutura (47), vemos que o DP-*dat* c-comanda assimetricamente o complemento DP *tema*. Assim como no espanhol, temos um exemplo de núcleo aplicativo Baixo em que há uma relação dinâmica de posse na qual o argumento dativo é o *recipiente*. O núcleo aplicativo é responsável pelo licenciamento do argumento dativo e de o relacionar ao DP *tema*; e o argumento dativo recebe Caso inerente na posição em que é gerado. A preposição não é verdadeira, e sim marcadora de Caso dativo.

A mesma estrutura é projetada para sentenças em que o argumento aplicado de *fonte* (cf. (48)) e *recipiente* (cf. (49)):

(48) Estrutura de objeto duplo/Aplicativo Baixo-FROM

a. O José roubou o relógio ao Pedro / O José roubou-lhe o relógio.

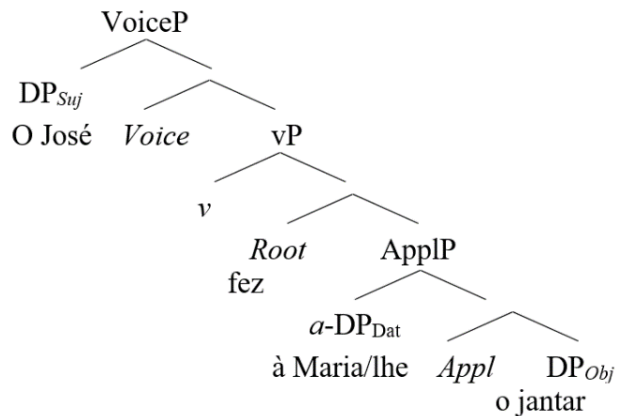
b.



(49) Estrutura de objeto duplo/Aplicativo Baixo-AT

a. O José fez o jantar à Maria / O José fez-lhe o jantar.

b.



4.3.4. Núcleos aplicativos no PB (Armelin 2011)

Apesar de haver uma forte tendência na literatura de relacionar o fenômeno de alternância dativa com a presença de núcleos Aplicativos e o PB não ser uma língua que tenha essa alternância, Armelin (2011) afirma que há, sim, núcleos Aplicativos no PB. Estes, porém, funcionam de forma diferente: a autora propõe que nas construções bitransitivas do PB, os dois argumentos internos são licenciados sintática e semanticamente por uma projeção do tipo Aplicativo Baixo; e que o papel semântico de beneficiário não é argumental, sendo introduzido na estrutura por adjunção.

Um argumento trazido pela autora para a existência de núcleos Aplicativos em PB é que essa língua também permite que elementos sejam adicionados à estrutura argumental do verbo:

- (50) a. O gelo derreteu.
b. **O João** derreteu o gelo.
c. O João **me** derreteu um pouco de gelo.
d. O João derreteu um pouco de gelo **para mim**.

(Armelin 2011, p.44)

Armelin observa que a semântica da sentença com o clítico em (50c) se assemelha às construções de objetos duplos em que o referente do clítico tem uma relação com o argumento tema do verbo, tal qual encontramos na discussão de Pylkkänen (2002) para Aplicativos Baixos no inglês.

Considerando, porém, a sentença em (50d) Armelin observa que a preposição *para* gera uma ambiguidade para a semântica de transferência de posse (Aplicativo Baixo, semelhante a (50c)) e de beneficiário de evento (Aplicativo Alto). Vejamos essa ambiguidade abaixo em (51):

- (51) O João deu o dinheiro **para** o pai.

Contexto (a): O pai estava precisando de dinheiro para pagar a parcela do carro. O João tinha o dinheiro sobrando, então *O João deu o dinheiro para o/ao pai*.

Contexto (b): O pai precisava dar o dinheiro para a Maria, mas justo na hora em que a Maria passou para receber o dinheiro, o pai não estava em casa, então *O João deu o dinheiro para o pai*.

(Armelin 2011, p.23-26)

Essa ambiguidade não está presente quando a preposição for *a*, ou seja, a semântica de beneficiário nunca pode ser introduzida pela preposição *a*:

(52) O João deu o dinheiro **ao** Pedro.

Contexto (a): O Pedro estava precisando de dinheiro para pagar a parcela do carro. O João tinha o dinheiro sobrando, então *O João deu o dinheiro para o/ao Pedro.*

(Armelin 2011, p.23-26)

A hipótese da autora é, portanto, que a preposição *para* é ambígua, podendo introduzir um elemento argumental – quando apresenta a semântica de Aplicativo Baixo Alvo – ou introduzindo um adjunto – quando apresenta a semântica de Aplicativo Alto.

Vale ressaltar que, apesar de a preposição *para* ser ambígua para alvo ou beneficiário, se tivermos apenas a preposição *para*, a interpretação *default* será de alvo, e será apenas de beneficiário caso o verbo em questão não prever um alvo ou se o alvo é uma interpretação compartilhada entre os falantes:

- (53) a. A Maria comunicou a notícia ao professor.
b. A Maria comunicou a notícia para o professor. (interpretação *default* de alvo)

(Armelin 2011, p.27)

Outrossim, quando temos dois sintagmas preposicionados com a preposição *para*, em entonação normal, o primeiro sintagma sempre será interpretado como alvo e o segundo como beneficiário:

- (54) a. Entrega o trabalho [pro professor]_{alvo} [pra Paula]_{beneficiário}.
b. A Ana escreveu a carta [pra Paula]_{alvo} [pro pai]_{beneficiário}.

(Armelin 2011, (10) p.28)

E quando temos um elemento introduzido por *para* e o outro introduzido por *a*, a autora explica que podemos ordená-lo de diversas formas, porém, sempre a semântica de recipiente/alvo estará com o elemento introduzido por *a* e a semântica de beneficiário com o elemento introduzido por *para*:

- (55) a. A Ana entregou [o livro]_{tema} [ao Paulo]_{alvo} [pro Pedro]_{beneficiário}.
 b. A Ana entregou [o livro]_{tema} [pro Pedro]_{beneficiário} [ao Paulo]_{alvo}.
 c. A Ana entregou [ao Paulo]_{alvo} [o livro]_{tema} [pro Pedro]_{beneficiário}.
 d. A Ana entregou [pro Pedro]_{beneficiário} [o livro]_{tema} [ao Paulo]_{alvo}.

Armelin explica que o papel semântico de beneficiário é o último a ser computado: sendo ele dependente da interpretação de um alvo estar ou não presente: na presença de um alvo, o sintagma introduzido pela preposição *para* busca para si outro papel temático; na ausência de um alvo, o PP encabeçado por *para* toma para si essa interpretação. Por tal razão, sentenças em que os dois argumentos sejam adicionados pela preposição *a* são agramaticais, visto que os dois argumentos competem pelo mesmo papel temático.

- (56) a. Entrega o trabalho pro professor _{ALVO} pra Paula _{BENEFICIÁRIO}.
 b. A Ana escreveu a carta pra Paula _{ALVO}, pro pai _{BENEFICIÁRIO}.

- (57) a. *Entrega o trabalho ao professor à Paula.
 b. *A Ana escreveu a carta ao pai à Paula.

(Armelin 2011, p.28)

A fim de corroborar a ambiguidade encontrada nas sentenças bitransitivas com a preposição *para* e atestar que em PB temos núcleos Aplicativos Altos, Armelin aplica às sentenças em PB um teste sugerido por Pylkkänen (2002), que usa a possibilidade de alternância com verbos inergativos como uma justificativa para a diferença entre aplicativos Altos e Baixos:

- (58) a. *O João me correu.
 b. O João correu para mim.

(Armelin 2011, p.46)

Armelin explica que, como visto anteriormente em (45c), a presença de um clítico força a relação entre o referente desse clítico e o argumento tema e, como essa semântica não é possível em português com verbos inergativos (assim como não o é em inglês), (53a) é uma sentença agramatical. Porém, interessante, vemos em (53b) que a

sentença é gramatical quando temos a semântica de Aplicativo Alto em que *mim* se beneficia do evento de *correr*, ou seja, alguém precisava correr, mas, como este não pôde, *o João* correu no lugar dessa alguém.

O que Armelin traz de relevante para nossa discussão é sua proposta de que, apesar de não ter alternância dativa, o PB também apresentar construções aplicativas. Outrossim, o fato de a preposição *para* ser ambígua para semântica de Aplicativo Alto e Aplicativo Baixo abre a possibilidade de testarmos a mesma hipótese de ambiguidade para a preposição *de* nas construções com verbos do tipo *convencer*; assim como a possibilidade de considerarmos uma preposição – e não um clítico como nas demais línguas – possa ser um núcleo aplicativo, desde que seja uma preposição não-lexical.

Na próxima seção, testaremos se nossa hipótese inicial – de que as construções com sujeito nulo retomando o objeto tenham aplicativos Baixos/Afetados em sua estrutura e as construções com o sujeito nulo retomando o sujeito tenham aplicativos do tipo Alto – deriva corretamente as construções com *convencer* que trazemos neste trabalho.

Lembrando que no capítulo 5 testaremos nossa segunda hipótese: de que todas as construções com preposição, independente da leitura do sujeito nulo encaixado ser retomando o sujeito ou o objeto, contenham aplicativos do tipo Afetado e que as diferentes leituras vão depender de qual elemento se concatenará ao Spec,ApplP.

4.4 Aplicativos com verbos do tipo *convencer*

4.4.1 Retomada dos pontos relevantes

Ao analisarmos as construções com verbos do tipo *convencer*, percebemos certas similaridades com as sentenças com núcleos aplicativos discutidas nas seções anteriores e alguns pontos que devemos retomar que nos ajudarão na discussão que traremos.

Um primeiro ponto seria a possibilidade de adição de argumentos na estrutura argumental dos verbos (cf. (1) repetida abaixo em (59)).

- (59) Inglês
- a. The ice melted.
 - b. **John** melted the ice.
 - c. John melted **me** some ice.

(Pylkkänen 2002 p.9)

Semelhantemente, também podemos adicionar argumentos em construções com verbos do tipo *convencer*. Em (60a), temos a entidade que se convence ‘*a Maria*’ e a entidade causadora do convencimento ‘*o João*’; já em (60b) e (60c) temos a adição de uma ação que o objeto direto realize ou que se crê que já realizou.

- (60) a. O João convenceu a Maria.
b. O João convenceu a Maria **de sair**.
c. O João convenceu a Maria **de ter ganhado na loteria**.

Vamos propor, assim como Pylkkänen (2002), Cuervo (2003), Torres-Morais (2007), Pujalte (2009) e Armelin (2011), que esses argumentos adicionais sejam argumentos aplicados.

Um segundo ponto a retomarmos é que, apesar de argumentos aplicativos estarem sempre relacionados na literatura ao fenômeno de alternância dativa e o PB não ser uma língua que apresente tal fenômeno, Armelin (2011) propõe que seja sim possível termos argumentos aplicados em PB, o que também assumiremos.

Um terceiro ponto que devemos lembrar é que, conforme expusemos na proposta de Armelin (2011) (subseção 4.3.4), construções bitransitivas com a preposição *a* gera sentenças com apenas a semântica veiculada pelo Aplicativo Baixo, ou seja, de transferência de posse entre o objeto e o argumento aplicado (conforme (52) repetida abaixo em (61)):

(61) O João deu o livro ao Pedro.

Contexto (a): O Pedro estava precisando ler um livro para faculdade. O João tinha o livro e não iria utilizá-lo mais, então *O João deu o livro para o/ao Pedro.*

(Armelin 2011, p.23-26)

De igual modo, a preposição *a* nas construções com *convencer* não gera sentenças ambíguas, tendo apenas a possibilidade de o sujeito nulo encaixado retomar o objeto da oração matriz (cf. (57)):

- (62) a. O João convenceu **a Maria** a engravidar.
b. ***A Maria** convenceu o João a engravidar.

Já quando se trata da preposição *para*, Armelin (2011) aponta que teríamos uma ambiguidade de construções com semântica de Aplicativos Alto (beneficiário, contexto (a)) e Aplicativo Baixo (transferência de posse, contexto (b)):

(63) O João deu o dinheiro para o pai.

Contexto (a): O pai estava precisando de dinheiro para pagar a parcela do carro. O João tinha o dinheiro sobrando, então *O João deu o dinheiro para o/ao pai.*

Contexto (b): O pai precisava dar o dinheiro para a Maria, mas justo na hora em que a Maria passou para receber o dinheiro, o pai não estava em casa, então *O João deu o dinheiro para o pai.*

(Armelin 2011, p.23-26)

Comparando às construções com verbos do tipo *convencer* com a preposição *de*, também encontramos uma ambiguidade: o sujeito nulo encaixado pode retomar o sujeito da matriz (cf. (64a) e (64c)) ou o objeto da matriz (cf. (64b) e (64d)):

- (64) a. **A Maria** convenceu o João de que precisava engravidar.
b. O João convenceu **a Maria** de que precisava engravidar.
c. **A Maria** convenceu o João de ter engravidado.
d. Exames mais minuciosos convenceram **a Maria** de ter engravidado.

Assim, vemos que a preposição *de* nas construções com *convencer* está para *para* nas construções de Armelin, assim como *a* aplicativo de Armelin está para *a* de controle de objeto. Por tal razão, iremos testar a primeira hipótese de que as construções com

convencer e leitura de objeto apresentam argumento aplicado do tipo Baixo em sua estrutura e que as construções com *convencer* com leitura de sujeito apresentam argumento aplicado do tipo Alto. Enquanto a preposição *a* seria a realização fonológica do núcleo Aplicativo Baixo, a preposição *de* seria ambígua para Aplicativos Baixos e Altos⁶⁰. Lembrando que, no capítulo 5, testaremos nossa segunda hipótese: de que ambas as leituras tenham Aplicativos Baixos em suas estruturas.

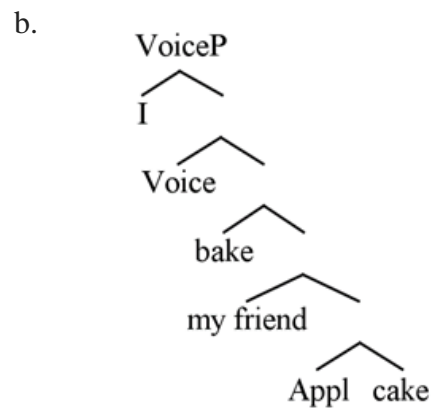
Nas próximas seções iremos, portanto, testar a possibilidade de as construções com *convencer* e leitura de objeto terem argumento aplicado do tipo Baixo em sua estrutura (subseção 4.4.2) e de as construções com *convencer* com leitura de sujeito terem argumento aplicado do tipo Alto (subseção 4.4.3). Por fim, concluiremos o capítulo na seção 4.5.

4.4.2 Aplicativos Baixos e as construções com *convencer* com sujeito nulo e leitura de objeto

A partir dos pontos elencados na subseção anterior, poderíamos traçar um paralelo entre as construções com *convencer* com leitura de objeto e as características dos Aplicativos Baixos trazidos por Pylkkänen (2002), Cuervo (2003), Torres-Morais (2007), Pujalte (2009) e Armelin (2011) vistas nas seções anteriores. Primeiramente, lembremos que o núcleo Aplicativo Baixo é concatenado abaixo do VP, conforme a seguinte estrutura:

⁶⁰ Segundo Janayna Carvalho (comunicação pessoal) tradicionalmente, o núcleo aplicativo é um clítico ou um morfema no verbo, diferente do que que assumimos neste trabalho de que o aplicativo seja realizado como preposição. Porém, conforme vimos nas seções anteriores, Armelin (2011) também assume que uma preposição (*para*) seria a realização de um núcleo aplicativo. Outrossim, segundo Torres-Morais (comunicação pessoal) há uma ligação muito forte na literatura entre aplicativos e proposições que não sejam de natureza lexical, mas sim funcional.

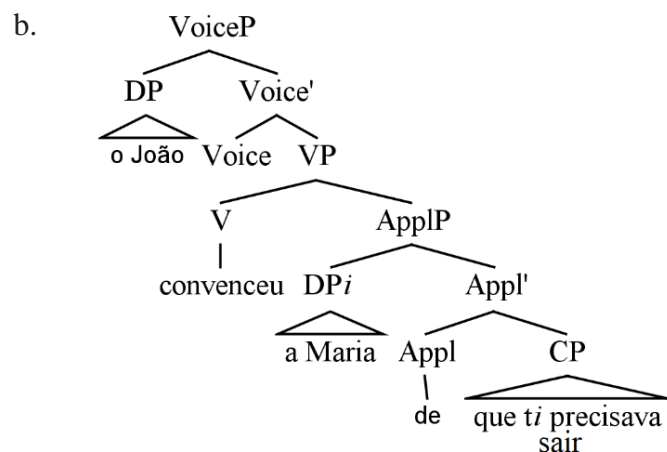
(65) a. I baked my friend a cake.



(Pylkkänen 2002)

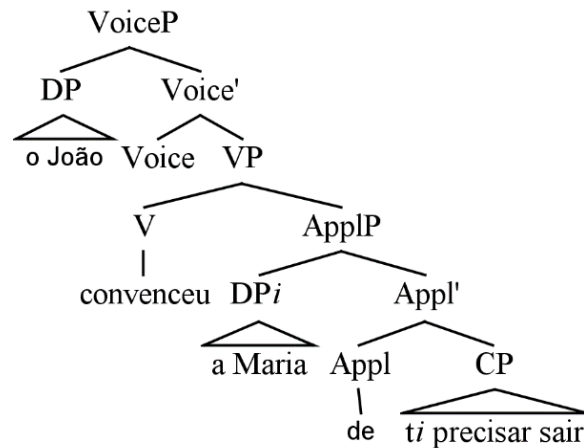
Aplicando primeiramente esta estrutura às construções com *convencer* + *de que* com sujeito nulo retomando o objeto da matriz, o argumento aplicado seria o CP encaixado '*que a Maria precisava sair*' e a preposição *de* seria a expressão fonológica do núcleo aplicativo. O DP '*a Maria*' sobe para a posição de especificador de ApplP, a posição mais próxima de pouso, gerando a leitura de controle de objeto para o sujeito nulo encaixado.

(66) a. O João convenceu [a Maria]_k de que *ec_k* precisava sair.



A mesma estrutura pode ser replicada nas construções com *convencer* + *de* + *oração infinitiva* com leitura de controle de objeto:

- (67) a. O João convenceu [a Maria] de *ec_k* precisar sair.
 b.



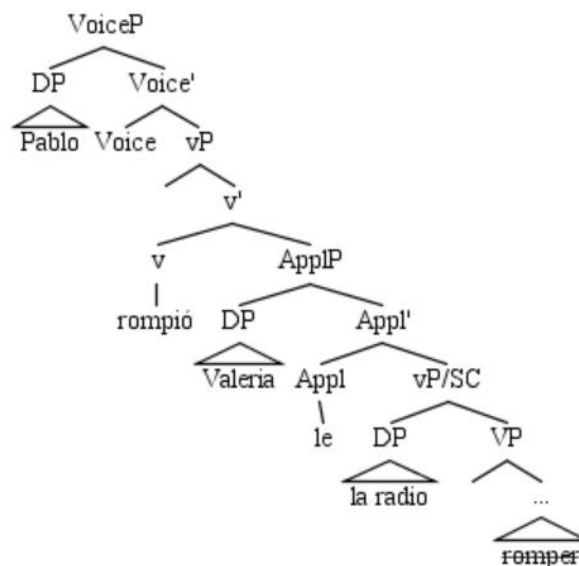
Passando agora para a semântica dessas construções, o paralelo é mais obscuro. Por exemplo, lembremos que (i) não há, nos Aplicativos Baixos, uma relação semântica entre os argumentos aplicados e o verbo, mas sim uma relação entre o objeto direto e o argumento aplicado, que pode se dar de três formas: uma transferência dinâmica de recipiente (TO) ou de fonte (FROM) (Pylkkänen 2002) ou uma relação estática de posse (AT) (Cuervo 2003); e (ii) no Aplicativo Baixo de Recipiente (Appl-TO), há uma intencionalidade que o objeto direto seja para posse do objeto indireto: “*I wrote John a letter*” significa que eu escrevi uma carta e essa carta era intencionalmente para a posse de *John*. (Pylkkänen 2002, p.19)

Considerando primeiramente (i), realmente não temos uma relação entre o argumento aplicado ‘*de que devia sair*’ e o verbo, mas sim uma relação entre esse argumento aplicado com o objeto direto ‘*a Maria*’. Porém, essa relação não parece ter a semântica de posse dinâmica ou estática. Poderíamos até tentar forçar uma semelhança assumindo que há uma intencionalidade por parte do argumento externo que o objeto ‘*a Maria*’ esteja em posse do ato de sair, conforme (ii), mas essa semelhança não se sustenta se considerarmos sentenças como em (68), em que não é possível dizermos que há uma intenção dos pais que a menina esteja em posse do ato de comer doce.

- (68) Os pais convenceram **a menina** de que tinha comido doce suficiente por hoje.

Uma possível solução para essa questão semântica seria considerarmos que as construções com *convencer* com leitura de objeto em PB não apresentam aplicativos Baixos, mas sim Aplicativos Afetados, aos moldes do que foi discutido na subseção 4.3.2. seguindo Cuervo (2003). A autora explica que Aplicativos Afetados são estruturalmente comparados aos aplicativos Baixos por também se concatenarem abaixo do VP; mas são semanticamente distintos: estes expressam uma relação entre o argumento aplicado e o evento mais baixo na estrutura. Em (69), por exemplo, *Valeria* seria um indivíduo afetado pela mudança de estado do objeto, ou seja, ela é o indivíduo que recebe o *rádio quebrado*. Estruturalmente, Cuervo define que os Aplicativos Afetados tomam como complemento um vP (um estado resultativo) subordinado a um v_{DO} dinâmico, e é licenciado entre esses dois sub-eventos.

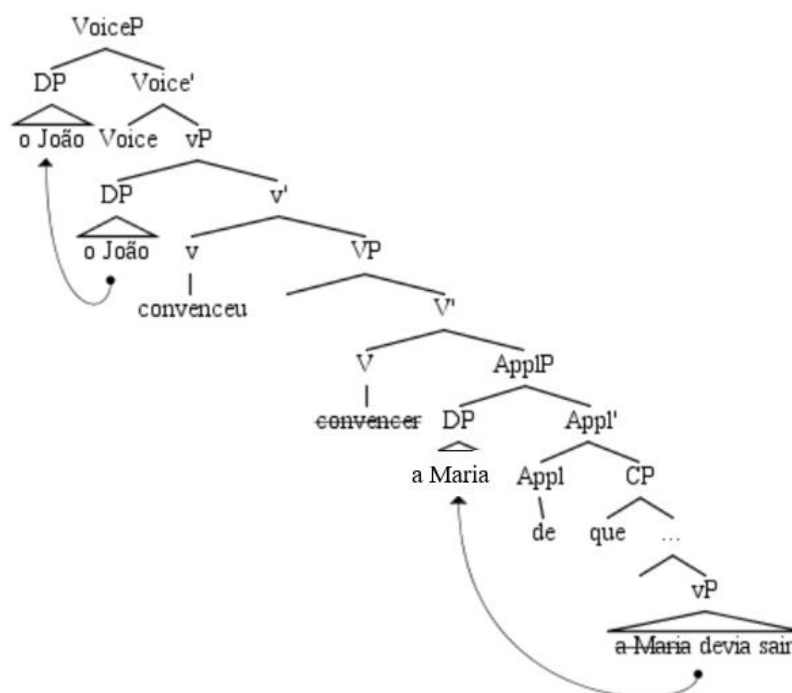
- (69) a. Pablo le rompió la radio a Valeria
 Pablo CL.DAT broke the radio Valeria.DAT
 ‘Pablo broke the radio on Valeria’ (Lit. ‘Pablo broke Valeria the radio’)
 b.



(Cuervo, 2003, p.110 e 113)

Aplicando essa análise às sentenças com *convencer*, resolveríamos a questão semântica e teríamos uma relação entre o objeto direto ‘*a Maria*’ e o argumento aplicado ‘*que devia sair*’, em que o primeiro é afetado pela ação contida no segundo, a saber de ‘*dever sair*’ em (66) e (67) e de ‘*ter comido doce suficiente*’ em (68). Vejamos como ficaria a estrutura:

- (70) a. O João convenceu [a Maria]_k de que *ec*_k devia sair.
b.



Vemos na estrutura em (70), que o DP *a Maria*, objeto da oração matriz c-comanda assimetricamente seu vestígio (o sujeito nulo) dentro da oração encaixada, gerando a leitura de controle de objeto. Assim como em (64) no espanhol, o argumento aplicado estaria ensanduichado entre dois eventos (*convencer* e *sair*).

Resumindo, estruturalmente, poderíamos replicar a noção de Aplicativos Baixos às construções com verbos do tipo *convencer* + *de que* e *convencer* + *de* + *infinitivo* e chegarmos numa explicação da razão para os sujeitos nulos encaixados dessas construções exibirem controle de objeto da matriz. Porém, quando analisamos a semântica dessas construções, vimos nas subseções anteriores que os argumentos aplicados do tipo Baixo nas diferentes línguas são DPs que exprimem uma relação de

posse com o argumento dativo, o que não pode ser replicado às construções com *convencer*.

Já se considerarmos o que vimos sobre os aplicativos do tipo Afetado (Cuervo 2003, subseção 4.3.4), conseguimos os mesmos resultados estruturais que os do Aplicativo Baixo e resolvemos a questão semântica: teríamos uma relação de afetação entre o objeto da matriz e o argumento afetado, o que é possível de ser replicado às construções com *convencer*. Por tais razões, argumentamos que a estrutura para construções com *convencer* + *leitura de objeto* seja como em (70).

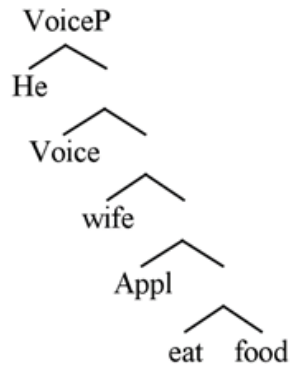
Um ponto relevante que devemos enfatizar é que estas estruturas pressupõem a ideia de que haja uma relação entre controle e núcleo aplicativo, visto que o sujeito nulo encaixado é controlado pelo objeto da oração matriz, conforme vimos no capítulo 2 deste trabalho. Se tal assunção estiver no caminho correto, seria de certa forma interessante visto que é a primeira vez que na literatura que controle é introduzido no sintagma aplicativo, diferindo, por exemplo, do que expomos sobre Pylkkänen (2002), Cuervo (2003), Torres-Morais (2007), Pujalte (2009) e Armelin (2011).

4.4.3 Aplicativos Altos e as construções com *convencer* com sujeito nulo e leitura de sujeito

Passaremos agora para as características de Núcleos Aplicativos Altos, as comparando às construções com *convencer* e leitura de sujeito.

Começando com as semelhanças estruturais, lembremos que o núcleo Aplicativo Alto, conforme Pylkkänen (2002), é concatenado acima do VP:

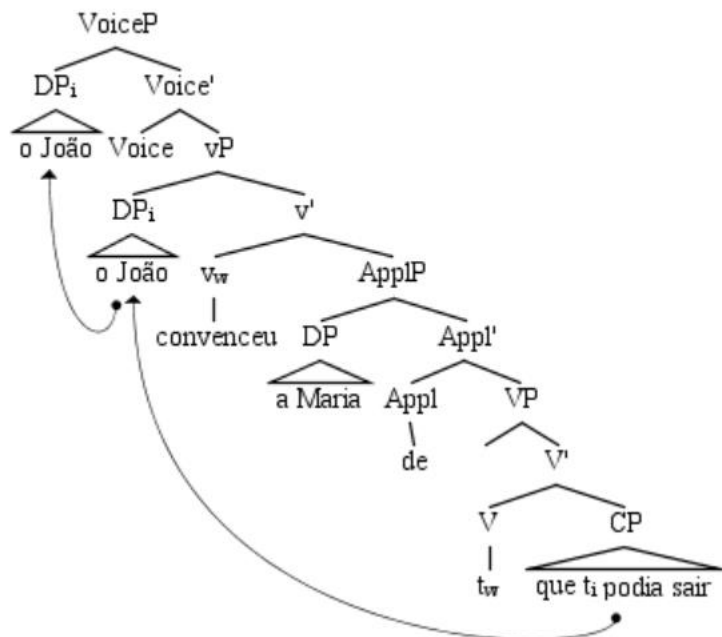
- (71) Aplicativo Alto de Beneficiário: Chaga
 N-½a-½y-lyì-í-à m-kà k-élyá
 FOC-1SG-PRES-eat-APPL-FV CL1-wife 7-food
 'He is eating food for his wife'



(Pylkkänen 2002, p.17)

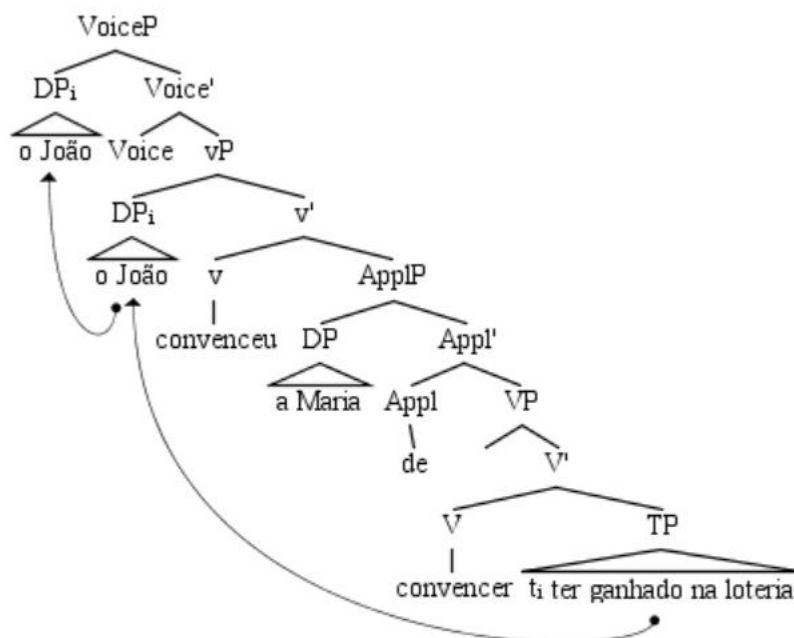
Se aplicarmos essa estrutura às construções com *convencer* + *de que* com leitura de sujeito, o CP encaixado '*que o João podia sair*' seria o complemento de ApplP e o DP '*a Maria*' estaria no Spec,AppIP e a preposição *de* seria a expressão fonológica do núcleo aplicativo. Para derivarmos a leitura de controle de sujeito para o sujeito nulo encaixado, o DP '*o João*' subiria para a posição de especificador de VoiceP:

- (72) a. [O João]_i convenceu a Maria de que *ec*_i podia sair.
 b.



A mesma estrutura seria replicada nas construções com *convencer* + *de* + oração infinita com leitura de controle de sujeito:

- (73) a. [O João]_i convenceu a Maria de *ec*_i ter ganhado na loteria.
 b.



Como podemos observar em (67b) e (68b), as estruturas correspondem à ordem linear das sentenças; porém, temos um problema de minimalidade no movimento do DP *o João* cruzando um antecedente em potencial: o DP *a Maria*, o que deveria tornar essa sentença agramatical. Essa violação de Minimalidade torna problemático assumirmos que as construções com *convencer* com leitura de sujeito tenham em sua estrutura um núcleo Aplicativo Alto.

Uma solução seria adotarmos o que foi proposto por Armelin para as construções bitransitivas com a preposição *para* com semântica de benefactivo: apesar da semântica de Aplicativo Alto, o que temos de fato são estruturas de adjuntos. Essa mesma ideia já foi explorada no capítulo 2 deste trabalho quando citamos a proposta de Rodrigues (2004). Essa análise realmente funciona para as construções com *convencer* + *que*

trazidas por Rodrigues, visto que estas geram efeito de ilha quando submetidas a extração de dentro destas estruturas (cf. (69a)). Porém, conforme vimos no capítulo 3, as construções com *convencer* + *de que*, diferente das construções com *convencer* + *que* não geram esse efeito de ilha (cf. (69b)), sugerindo que essa sentença encaixada não pode ser um adjunto como em (69a).

- (74) a. ?*Como/por que_k o João convenceu a Maria que *ec* tinha consertado o carro *t_k*?
b. Como_i a adolescente convenceu os pais **de** que *ec* podia se vestir para a festa *t_i*?

Para resolvermos essa violação de Minimalidade nas construções com *convencer* com leitura de sujeito, iremos explorar a segunda hipótese que apontamos no início deste capítulo. A hipótese seria que ambas as construções, com leitura de sujeito e de objeto, tenham núcleos Aplicativos do tipo Afetado em suas estruturas; porém, nas construções com leitura de sujeito, teríamos um operação chamada *smuggling* (cf. Collins 2005a,b) para derivarmos a ordem linear sem violar Minimalidade e garantir que o papel de argumento externo de *convencer* seja atribuído. Esse será o tema do próximo capítulo.

4.5. Conclusão do Capítulo

O objetivo deste capítulo foi responder à pergunta final feita no capítulo introdutório, repetida abaixo:

- (iv) Quais são as diferenças estruturais nas construções com *convencer* que geram as diferentes leituras para o sujeito nulo encaixado: ora retomando o sujeito, ora retomando o objeto da matriz?

Como vimos nas subseções anteriores, a comparação tanto semântica quanto estrutural com as construções com *convencer* com leitura de objeto e as construções de Aplicativo Afetado, permitem que se faça um paralelo entre as duas. Argumentamos, portanto, que as construções com *convencer* com leitura de objeto tenham núcleos

Aplicativos do tipo Afetado em suas estruturas e que a preposição *de* seria um reflexo desse núcleo Aplicativo.

Porém, a análise seguindo núcleos Aplicativos responde apenas parcialmente nossa pergunta, visto que não podemos tirar conclusões sobre as construções com *convencer* e leitura de sujeito: apesar de haver uma semelhança com a semântica dos núcleos Aplicativos Altos e as construções com leitura de sujeito, temos uma violação de Minimalidade quando o sujeito encaixado cruza o objeto direto da matriz.

No próximo capítulo exploraremos nossa segunda hipótese para as construções com sujeito nulo com leitura de sujeito. Tentaremos resolver o problema de Minimalidade à luz da proposta de Collins (2005a,b) usando a operação de *smuggling*.

CAPÍTULO 5: SMUGGLING (COLLINS 2005a,b) E AS CONSTRUÇÕES COM VERBOS DO TIPO *CONVENCER*

5.1. Introdução

Neste capítulo, nosso objetivo é mais uma vez tentar responder à pergunta restante apresentada no capítulo introdutório:

- (iv) Quais são as diferenças estruturais nas construções com *convencer* que geram as diferentes leituras para o sujeito nulo encaixado: ora retomando o sujeito, ora retomando o objeto da matriz?

Conforme vimos no capítulo anterior, a hipótese de que as construções com *convencer* + de + sujeito nulo com leitura de objeto seguindo a estrutura de Aplicativos Afetados conseguiu gerar a semântica e a ordem linear dessas construções; porém, a aplicação da estrutura de Aplicativos do tipo Alto às construções com *convencer* + de + sujeito nulo com leitura de sujeito não se mostrou viável, pois a estrutura, apesar de ter derivado a ordem linear correta, gerou um problema de Minimalidade.

Portanto, o foco deste capítulo será testarmos a hipótese sugerida por Nunes (comunicação pessoal) de que as construções com leitura de sujeito também tenham aplicativos Afetados, corrigindo esse problema de Minimalidade através de uma implementação técnica baseada na operação *smuggling* de Collins (2005a,b), possibilitando que o sujeito encaixado cruze a posição de objeto da oração matriz sem violar minimalidade.

A comparação entre Aplicativos Afetados e as construções com *convencer* com leitura de sujeito pode ser feita se lembrarmos que esse tipo de núcleo aplicativo expressa uma relação entre o argumento aplicado e o evento mais baixo na estrutura (cf. subseção 4.3.2. seguindo Cuervo 2003) e considerarmos que teríamos essa mesma relação nas construções com *convencer* entre o argumento aplicado – o objeto direto – e a oração encaixada. Veremos neste capítulo que, nas construções com *convencer*, o conjunto de

crenças do objeto direto muda, passando de “não convencido” para “convencido” da ação expressa na oração encaixada, ou seja, o objeto direto em ambas as leituras é afetado psicologicamente pelo convencimento.

O capítulo se divide da seguinte maneira: na seção 5.2, vamos expor a proposta de Collins (2005a,b) sobre como se dá a operação de *smuggling*. Na seção 5.3, aplicaremos essa operação às construções com *convencer + de* com leitura de sujeito. Na seção 5.4, retomaremos como ficaria nossa proposta final para as estruturas das construções com *convencer* com leitura de sujeito e com leitura de objeto. Por fim, a seção 5.5 concluirá o capítulo.

5.2 A proposta de *Smuggling* (Collins 2005a,b)

5.2.1 *Smuggling* nas construções de alçamento (Collins 2005a)

Ao analisar construções de alçamento, Collins (2005a) explica que o movimento de *John* da sentença encaixada para o Spec de IP deveria ser bloqueado pelo DP *Mary*, dado Minimal Link Condition (MLC) ou Relativized Minimality (RM).

(1) [John] seems to Mary [[John] to be nice].

(Collins 2005a, p.289)

Considerando (2) abaixo, por exemplo, a sentença é agramatical pois viola o princípio C da teoria de ligação, visto que o experienciador *her* c-comanda *Mary*, dentro do IP encaixado.

(2) *[John] seems to her₁ [[John] to like Mary₁].

(Collins 2005a, p.289)

Collins aponta que o mesmo acontece em outros testes de c-comando (cf. Barss e Lasnik 1986). Em (3a), a expressão quantificadora *every boy* liga o pronome *his*; em (3b), a expressão negativa *no boy* licencia o item de polaridade negativa *any*; porém, em (3c), a extração de *who* viola superioridade.

- (3) a. That dog seems to every boy₁ to like all of his₁ toys.
 b. That dog seems to no boy to like any of his toys.
 c. *Who does John seem to who to like?
 (cf. Who seems to Mary to like who?)

(Collins 2005a, p.290)

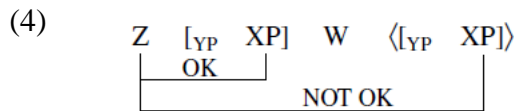
Considerando outras línguas, como o islandês e espanhol, (Thrainsson 1979, Jonas 2003) e (Torrego 1996) demonstram que um experienciador aberto bloqueia alçamento e que o experienciador c-comanda a oração encaixada. Seguindo Uniformity of Theta Assignment Hypothesis (UTAH de Baker 1998), se o experienciador c-comanda a oração encaixada nessas duas línguas, o mesmo deveria acontecer translinguisticamente, o que faz com que (1) em inglês devesse ser agramatical, ao contrário do que acontece.

Collins explica que podemos encontrar duas maneiras de abordar o problema na literatura. Na primeira, o experienciador não c-comandaria a oração encaixada antes do alçamento (pela presença do PP encabeçado por *to*), mas c-comanda depois do alçamento (ver Kitahara 1997, Epstein et al. 1998). Na segunda, o experienciador teria caso inerente, o que o tornaria inelegível para movimento e permitiria o movimento do sujeito encaixado passando por ele (ver McGinnis 1998).

Collins não concorda com nenhuma das duas abordagens, e assume que o alçamento do DP passando por um experienciador que o c-comande nunca é possível, em qualquer língua. Para Collins, o que acontece nas construções de alçamento como em (1) é que o movimento do VP faz *smuggling* do sujeito encaixado *John* passando pelo experienciador *Mary*, o que evitaria a violação de MLC/RM.

O *smuggling* funcionaria da seguinte maneira: suponhamos que um constituinte YP contenha um XP e que esse XP é inacessível para Z por conta da presença de W (que pode ser uma barreira, uma borda de fase ou algo que interfira por MLC/RM), bloqueando

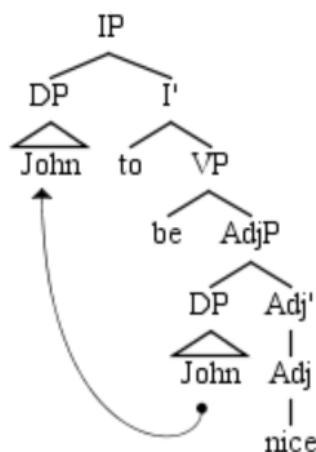
a relação sintática entre Z e XP (essa relação sintática pode ser movimento, checagem de caso, concordância, ligação, etc.). A solução seria que o YP se mova para uma posição que c-comande W, fazendo com que a relação sintática entre Z e XP seja possível. Em (4), YP é o *smuggler*, XP é o *smugglee* e W é o bloqueador e dizemos que o YP fez *smuggling* do XP passando por W⁶¹:



(Collins 2005a, p.292)

A derivação da construção de alçamento de (1), repetida abaixo em (5a), se daria, portanto, com *John* se concatenando ao adjetivo *nice*, resultando em um AdjP que se concatena a *be*. Quando IP entra na estrutura, *John* sofre merge interno, se movendo para o especificador deste IP. Este movimento satisfaz o traço OCC (occurrence) de *to*. (traço OCC é uma generalização do traço EPP da abordagem P&P), gerando a estrutura em (5):⁶².

- (5) a. John seems to Mary to be nice.
b.



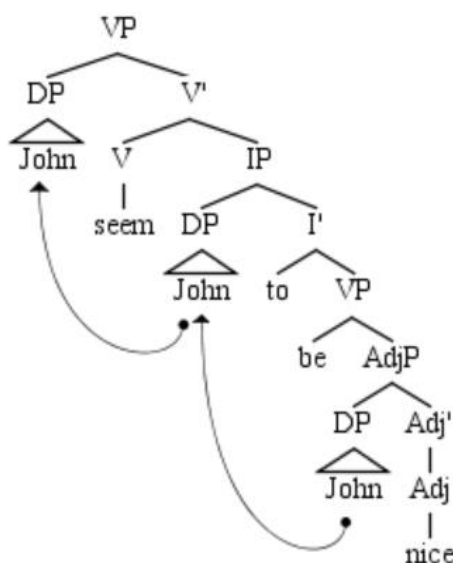
(Collins 2005a, p.292)

⁶¹ Um ponto importante apontado por Collins é que, para as derivações com *smuggling*, assume-se que Freezing (Müller 1998, cf. (5)) não acontece em todos os tipos de movimento.

⁶² Esta e as demais estruturas desta seção são baseadas na proposta de Collins (2005a).

O verbo *seem* entra na estrutura se concatenando ao IP e *John* sobe mais uma vez, agora para o especificador de VP⁶³:

(6)



(Collins 2005a, p.293)

A derivação então continua em (7). Neste momento da derivação, o IP sofre extraposição⁶⁴ para a posição de especificador de um núcleo X. Aqui a extraposição é um

⁶³ A operação em (7) parece violar Last Resort, já que não há relação de *Agree* estabelecida entre *seem* e *John*. Porém, Collins (2005a) explica que há uma evidência independente para este movimento: sabe-se que quantificadores flutuantes relacionados a um sujeito alçado podem sempre aparecer extremamente perto do verbo, como em “*The boys will have all seemed to be nice*” (see Sportiche 1988, Boskovic 2003). Assim, Collins infere que *John* se move para o especificador da projeção funcional que domine imediatamente o VP encabeçado por *seem*. Lembrando que estamos assumindo que *seem* não tenha um papel temático adicional para atribuir.

⁶⁴ Collins assume que extraposição é o movimento para o especificador de um projeção funcional XP, e que pode acontecer para os dois lados, conforme (i) abaixo:

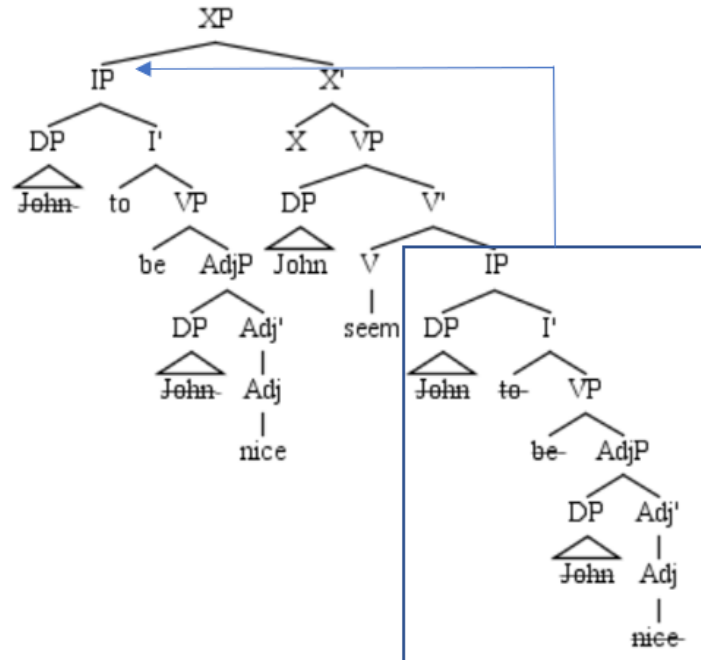
(i)

a. Leftward movement analysis

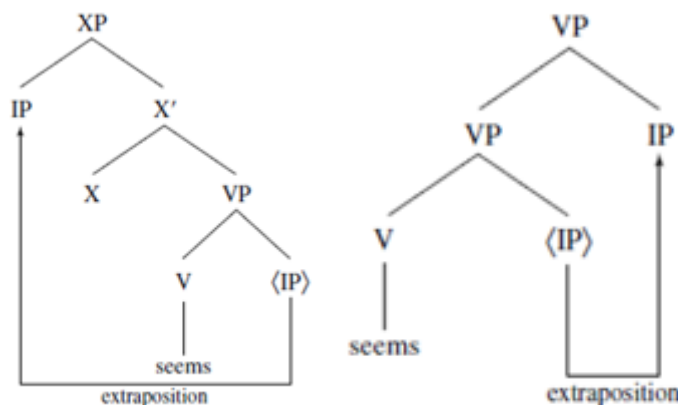
b. Right-adjunction analysis

exemplo de movimento remanescente, visto que o sujeito encaixado alçou para fora da oração encaixada antes da extraposição.

(7)



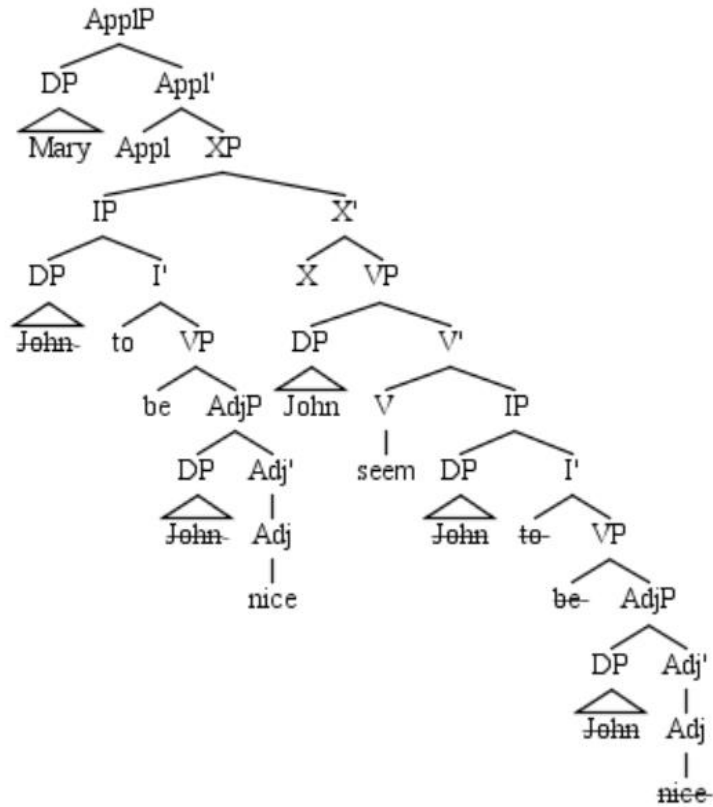
(Collins 2005a, p.293)



Collins vai assumir extraposição à esquerda, pois, segundo o autor, extraposição à direita não é consistente com LCA (Linear Correspondence Axiom, Kayne 1994), visto que o IP movido segue o IP, a qual ele c-comanda. Collins explica que até seria possível adotarmos a extraposição à direita, se fizermos uma assunção adicional que o segmento mais baixo do VP pode sofrer movimento; porém, por conveniência, o autor prefere adotar extraposição à esquerda para esses casos.

Neste ponto, Collins (2005a) propõe que um núcleo Aplicativo é concatenado à estrutura e o argumento experienciador, ou seja, o DP *Mary* entra na posição de especificador deste núcleo Aplicativo⁶⁵:

(8)



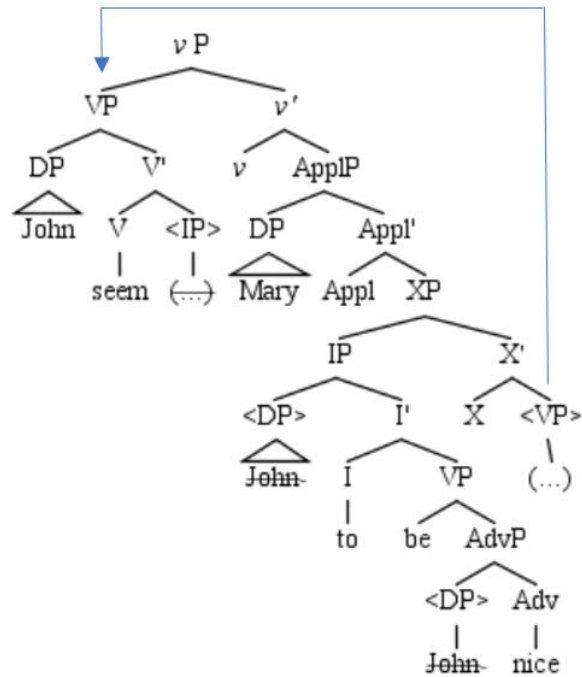
(Collins 2005a, p.293)

Quando *v* entra na estrutura, o VP mais alto se move para a posição de especificador de *v*P:

⁶⁵ Collins não explica a maneira exata em que a preposição *to* é introduzida na derivação. Uma possibilidade é que ela seja inserida tardiamente, adjungida à esquerda ao DP *Mary*, como parte do Spell-out, visto que *to* não atribui papel temático e não bloqueia c-comando (ver (2) e (3)). Segundo Chomsky 1986:183 “it is as if the phrase is an NP Case-marked by *to*”).

Uma segunda possibilidade é que *to* é concatenado com ApplP (Merge(*to*, ApplP)), formando um *to*P com um complemento ApplP (conforme Kayne 2000b, 2001). Nesta abordagem, a derivação abaixo teria de ser alterada por minimalidade (o VP se moveria para Spec,*to*P)

(9)



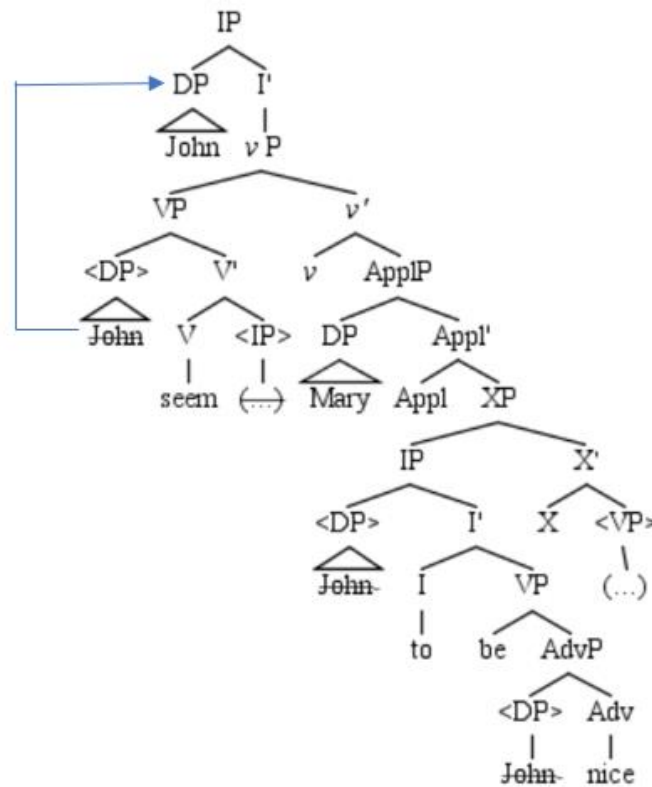
(Collins 2005a, p.293)

Collins assume que o movimento do VP para Spec,vP (segundo movimento de VP interno à oração de Kayne 1998 e Baltin 2002) se dá devido a um traço não interpretável [uV] e um traço OCC. Este movimento do VP é crucial no *smuggling*, pois traz o sujeito encaixado por cima do experienciador. Notemos que este também é um movimento remanescente.

Finalmente, o IP da matriz é construído, e o DP *John* sobe para o Spec,IP da matriz gerando a estrutura em (10)⁶⁶:

⁶⁶ Tendo em vista que *seem* e *v* são adjacentes, assumimos que *seem* se junta a *v* no componente morfológico.

(10)



(Collins 2005a, p.294)

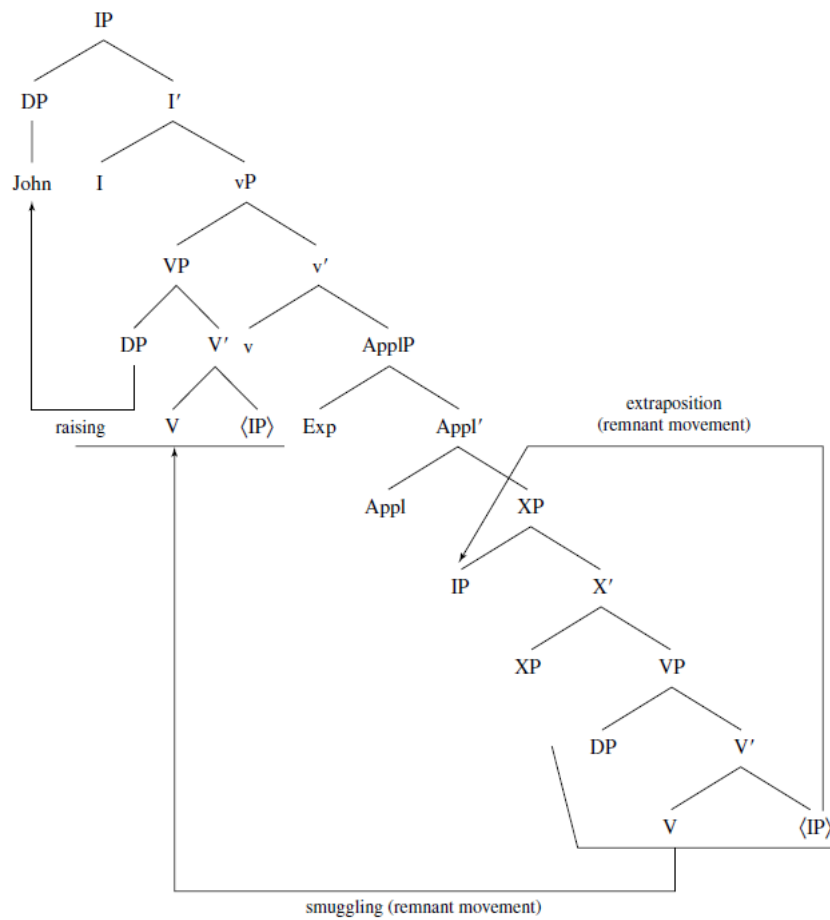
Neste último passo, *Agree* (I, John) é estabelecido, valorando o traço de Caso do *John*. Já que o DP interfere entre I e *John*, não há violação de MLC e nem de RM quando *John* se move para Spec,IP (já que não há uma posição-A preenchida intervindo entre Spec,VP e o especificador de IP da matriz).

Collins assume que o VP não é uma barreira para movimento (contra o *Freezing constraint* de Müller 1998). Assim, o DP *John* sofre *smuggling* para fora do ApplP, passando pelo experienciador *Mary*, podendo atingir Spec,IP.

Vejamos a estrutura completa da derivação:

(11) a. John seems to Mary to be nice.

b.

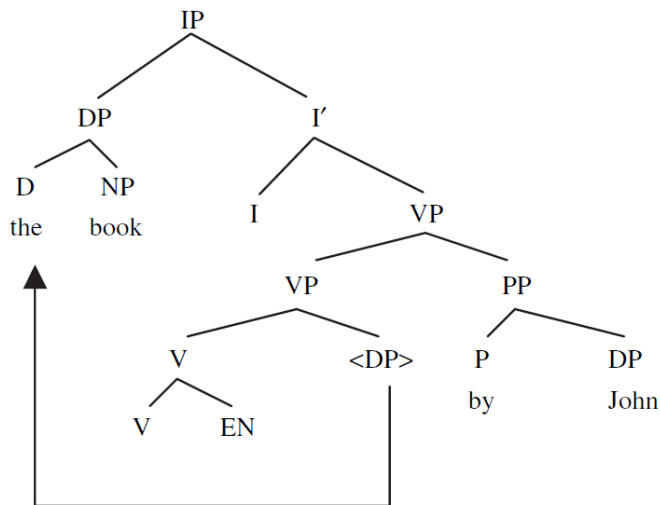


(Collins 2005a, p.295)

5.2.2 Smuggling nas construções passivas (Collins 2005b)

A análise padrão para passivas dentro da teoria de Princípios & Parâmetros é que o sufixo passivo absorve o Caso acusativo e o papel temático de agente do verbo. O objeto direto, por estar sem Caso, seria alçado para Spec de IP, e o argumento externo não precisaria subir, visto que o sufixo passivo absorve o papel temático externo do verbo. Assim, teríamos ordem linear encontrada em (1b) e estrutura em (1c):

- (12) a. John wrote the book.
 b. The book was written by John.
 c.



(Collins 2005b, p. 82)

Porém, Collins (2005b) aponta dois problemas para essa derivação. O primeiro problema seria que o DP argumento externo dessas construções passivas (cf. (12b)) é gerado como complemento da preposição *by*, uma posição completamente diferente das construções ativas (cf. (12a)), gerado em Spec de IP. Essa diferença não está em conformidade com a assunção minimalista de que todo papel temático é configuracional, no sentido de que cada posição sintática é associada a um papel temático particular.

O segundo problema apontado por Collins sobre a estrutura em (12c) estaria no estatuto da preposição *by* nas construções passivas. Em (13a), por exemplo, o DP *John* é um agente, mas nos exemplos em (13b-g), o papel temático do DP pós-verbal não é de agente, variando de acordo com o verbo. Isso sugere que a preposição *by* não atribua papel temático, ou seja, essa preposição nas construções passivas é *dummy*, consistindo inteiramente em traços não-interpretáveis.

- (13) a. The book was written **by John**.
 b. It was believed **by everybody** that Mary was a thief.
 c. Danger was sensed **by John**.
 d. A black smoke was emitted **by the radiator**.
 e. That professor is feared **by all students**.
 f. Mary was respected **by John**.
 g. A copy of Guns, Germs and Steel has now been received **by each member of the incoming class**.
 h. Ted was bitten **by the lovebug**.
 i. I was told that **by a little bird**.

(Collins 2005b, p. 83)

A pergunta que se segue é: como o DP pós-verbal tem seu papel temático atribuído/chegado nas construções passivas, visto que a preposição *by* não consegue atribuir/chechar papel temático?

A proposta de Collins (2005b) para resolver essas duas questões é que o argumento externo seja gerado na mesma posição nas construções passivas e ativas: no Spec de vP . Para o autor, o sufixo passivo não absorve papel temático ou Caso, assim como o sufixo de particípio passado também não absorve. Aliás, para Collins, os dois seriam o mesmo: particípios *-ed*. Particípios *-ed* são definidos como verbos não-finitos que aparecem em um Aspecto perfectivo quando é seguido de *have* e de Voz Passiva quando é seguido por *be* (Quirk et al. 1985 e Watanabe 1993).

Assim, a estrutura proposta seria que PartP é complemento de v e Part toma um VP como complemento. O morfema *-en* é núcleo de PartP e V se adjunge à Part para formar o particípio:

- (14) [vP DP [v' v [PartP en [vP V DP]]]]

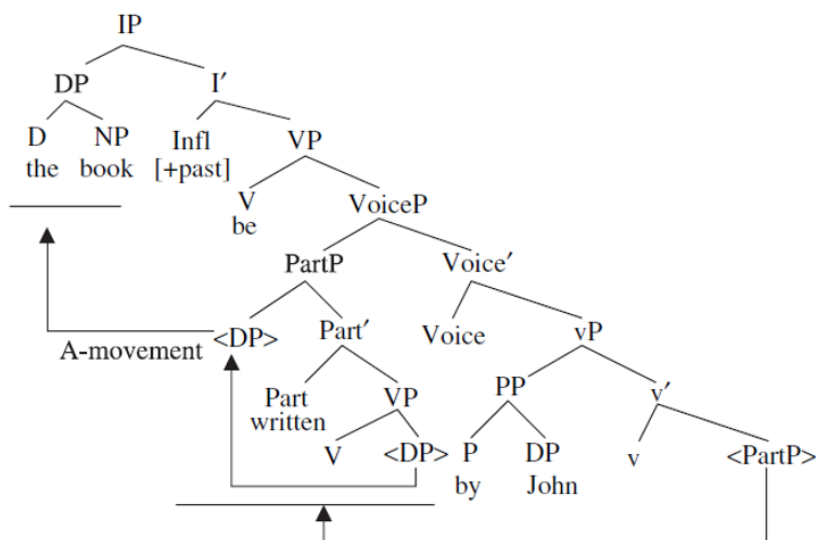
Um problema para essa derivação é que se [PP *by John*] é concatenado em Spec, vP e se especificadores precedem complementos, teríamos a ordem linear em (5a) para as passivas, diferente do que acontece:

- (15) a. *The book was by John written.
 b. The book was written by John.

(Collins 2005b, p. 85)

Para resolver essa questão, Collins propõe que o particípio (PartP) se mova à esquerda do PP, e que a posição de pouso para este elemento seria VoiceP,⁶⁷ como na estrutura abaixo:

- (16) a. The book was written by John.
b.



(Collins 2005b, p. 90)

Porém, essa não é a estrutura final adotada por Collins para as passivas, pois teríamos dois problemas em relação à preposição *by*. O primeiro ponto seria que, considerando que relações temáticas idênticas entre itens devem ser representadas por estruturas temáticas idênticas (cf. UTAH, Baker 1988), o que se esperaria é que o

⁶⁷ Collins observa que na língua kiswahili as construções passivas são marcadas com o sufixo passivo *w* (cf. (ib)), e propõe que a projeção que o sufixo passivo nucleia seja VoiceP (Collins 2005, p. 87):

- (i) a. Mama yangu a-li-tengenez-a shati langu.
mother my 1agr-past-made-fv shirt my
'My mother made my shirt.'
b. Shati langu li-li-tengenz-w-a na mama yangu.
shirt my 5agr-past-made-pass-fv by mother my
'My shirt was made by my mother.'

Collins assume que, se existe essa projeção de VoiceP nas passivas na língua kiswahili, esta projeção seria universal para as construções passivas de todas as línguas No inglês, as construções passivas são marcadas com o particípio passivo e Collins propõe que VoiceP seja o local para o qual o particípio se mova.

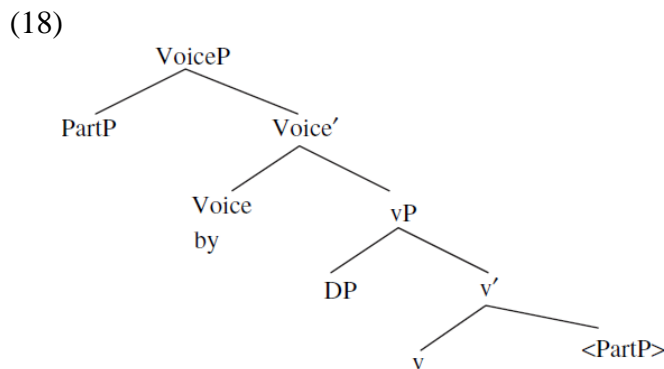
argumento externo gerado na posição de especificador de vP fosse sempre um DP, e não um PP conforme (16).

Um segundo problema seria entendermos o que bloquearia que sintagmas-*by* ocorressem em todos os tipos de posições e não somente como argumentos externos de passivas. A princípio, nada deveria impedir de termos construções como em (17):

- (17) a. *John was written by the book.
 b. *The leg of by the table.
 c. *Of by his son.
 d. *For by John to be happy.

(Collins 2005b, p. 93)

Collins propõe uma solução para essas questões postulando que a preposição *by* não forma um constituinte com o DP, mas sim que seria a realização do núcleo Voice:

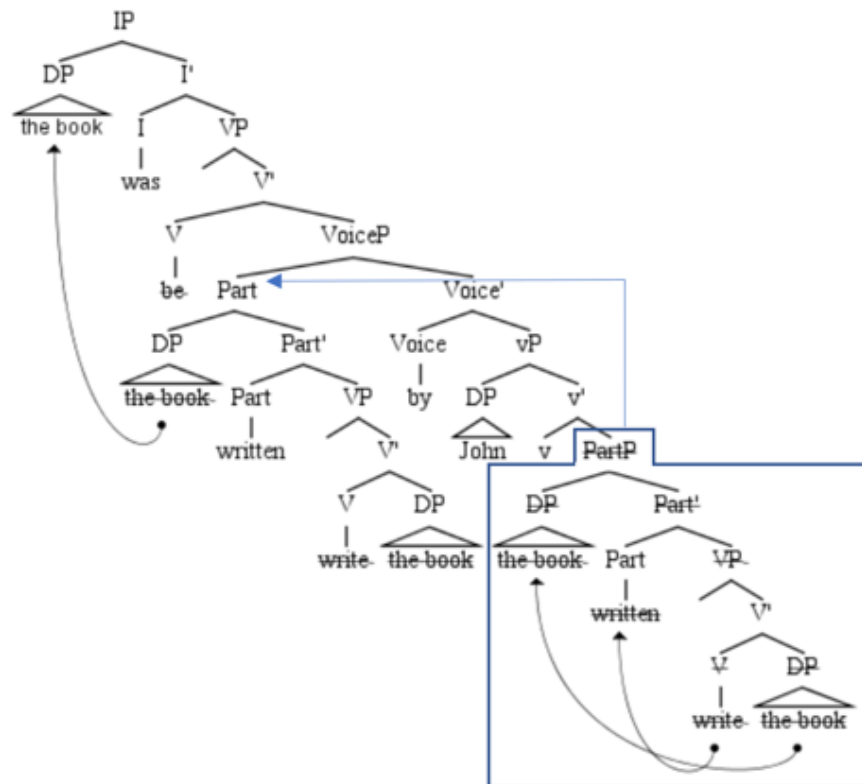


(Collins 2005b, p. 95)

Assim, em (19) temos a derivação para as construções passivas adotada por Collins⁶⁸ com PartP sofrendo *smuggling* para a posição de especificador de VoiceP, local de licenciamento do particípio, permitindo que o argumento interno *John* se mova em seguida para Spec,IP:

⁶⁸ Estrutura baseada na proposta de Collins 2005.

(19)



Notemos que V não sobe para *v* na estrutura proposta por Collins. O autor explica que nas construções ativas sem particípio, V sobe para *v*, já nas construções passivas ou ativas com particípio, V sobe para Part e PartP sobe para Spec, VoiceP. Assim podemos explicar a seleção de auxiliares no inglês: um particípio (PartP) pode ser licenciado de duas maneiras, ou se movendo para Spec, VoiceP (cf. (20a)) ou sendo c-selecionado pelo auxiliar *have* (cf (20b))⁶⁹. O auxiliar *have* obrigatoriamente c-seleciona um particípio, e Voice requer que o particípio se mova para seu Spec:

- (20) a. The book was seen by Mary. (passive, VoiceP present)
b. John has seen the book. (active, no VoiceP)
c. *The book has seen by Mary. (passive, VoiceP present)
d. *John was seen the book. (active, no VoiceP)

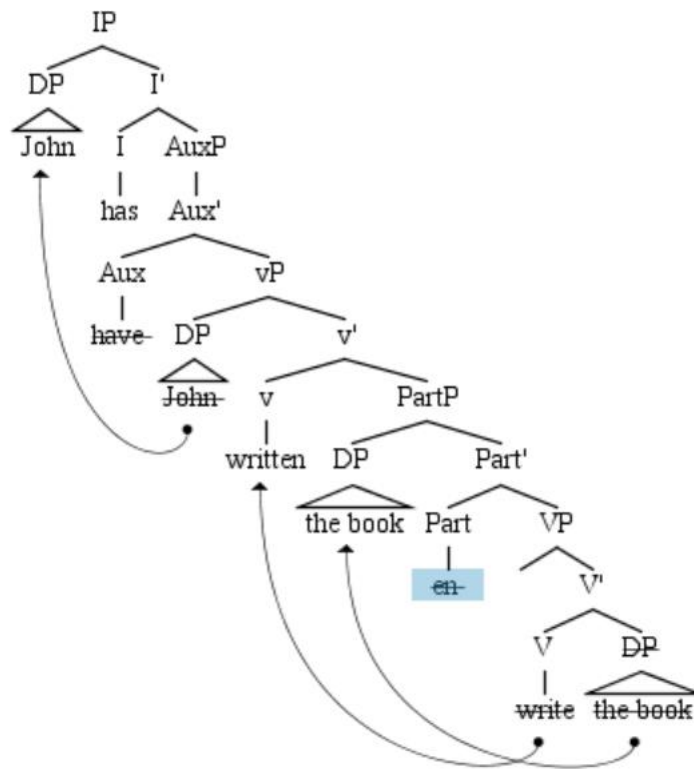
(adaptado de Collins 2005b, p. 90)

⁶⁹ Collins comenta que o fato de *have* e VoiceP licenciarem particípios indica que eles tenham alguma característica em comum. Para o autor, tal característica poderia ser postulada como *have* sendo o equivalente a Voice + *be* (baseado em Kayne 2000).

Na construção passiva com particípio em (20a), conforme já vimos, PartP sofre *smuggling* para a posição de especificador de VoiceP, e o particípio é licenciado por VoiceP.

Na construção ativa com *have* e particípio em (20b), o auxiliar tem um vP como complemento. O auxiliar *have* sobe para Infl e o verbo *see* sobe para o núcleo Part. Como não temos núcleo Voice nessa estrutura, PartP não sofre *smuggling* para VoiceP e é ainda dominado por vP e o auxiliar *have* que licencia o particípio:

(21)



Se tivéssemos uma construção passiva com *have* e particípio como em (20c), quando PartP subisse para a posição de especificador de VoiceP, o particípio seria licenciado por Voice e não iria poder entrar em uma relação de checagem com *have*, e por isso a sentença seria agramatical.

Se tivéssemos uma construção ativa com particípio e sem *have* como em (20d), esta seria agramatical, visto que o particípio não estaria sendo licenciado nem por Voice

– não teríamos projeção de núcleo Voice por não ser uma construção passiva – e nem por *have*.

Um ponto importante assumido por Collins e que retomaremos mais à frente neste capítulo, é que todas as construções passivas terão núcleo Voice e teremos a operação *smuggling* de PartP para o especificador deste núcleo; enquanto nas construções ativas, Voice não estará presente e não temos a operação *smuggling*.

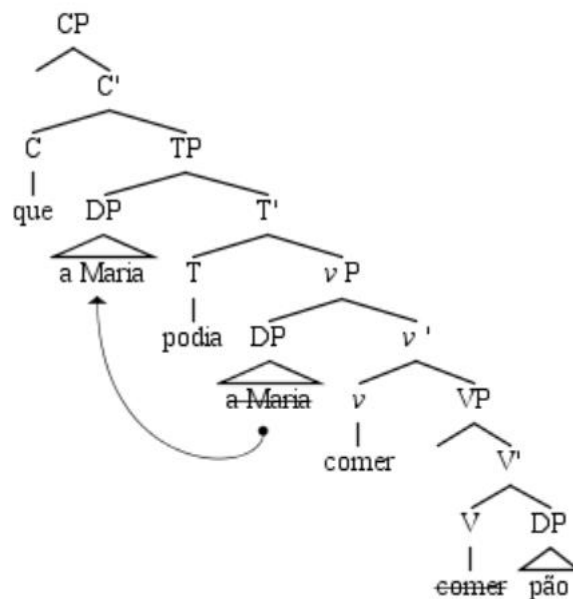
5.3 Smuggling (Collins 2005a,b) aplicado às construções com *convencer*

Vejamos abaixo como se daria a derivação de (22):

(22) [A Maria]_k convenceu o nutricionista de que *ec_k* podia comer pão.

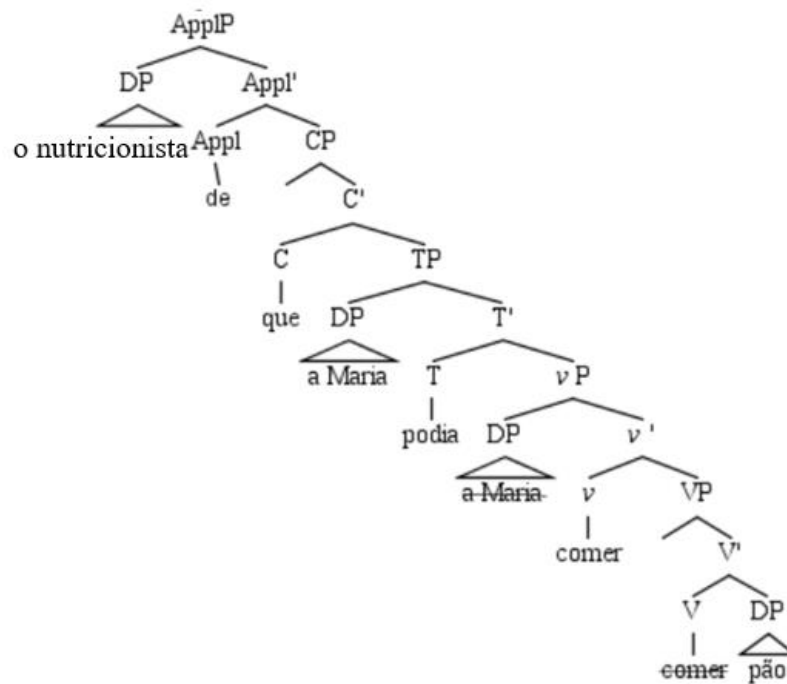
Primeiramente, *comer* sofre merge com *pão*, este último recebendo papel temático de V. Então *vP* entra na estrutura e *a Maria* se concatena na posição de especificador deste *vP*, recebendo papel temático de agente da ação de *comer*. Quando T entra na estrutura, o DP *a Maria* sobe para o especificador de TP. Por fim, o complementizador *que* é introduzido formando a oração encaixada em (23):

(23)



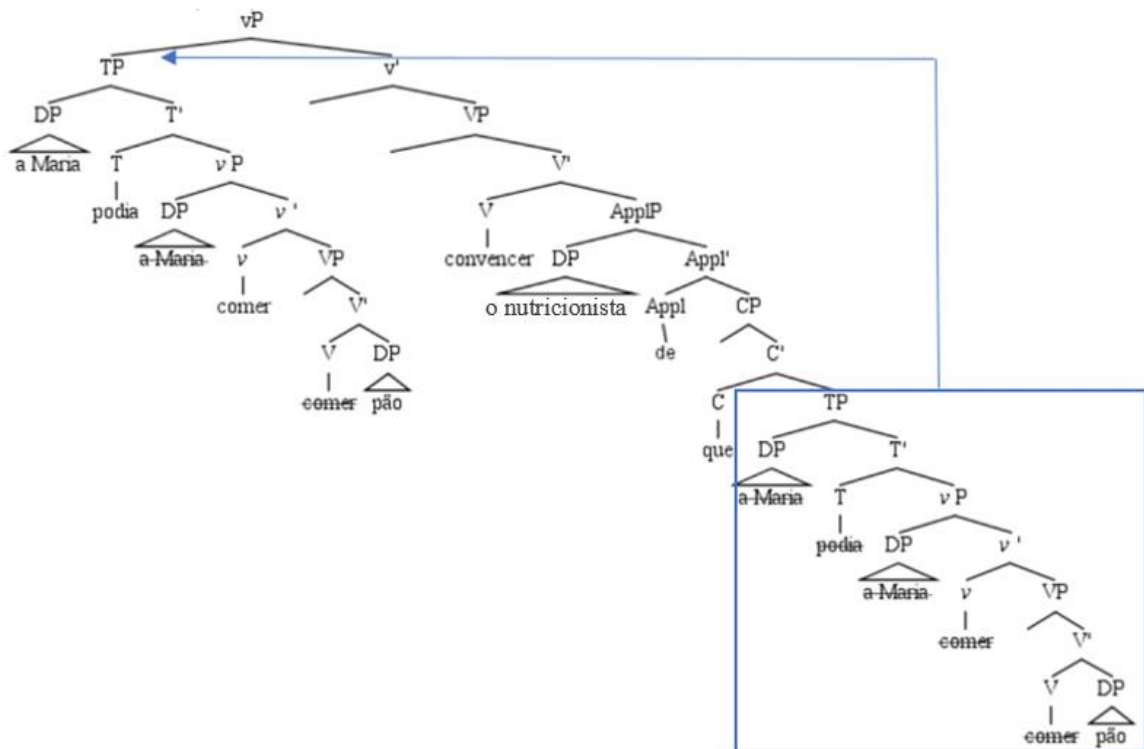
Seguindo a proposta de Collins (2005a), um núcleo Aplicativo é concatenado à estrutura e o DP *o nutricionista* é gerado na posição de especificador deste núcleo Aplicativo (cf. (24)). Vamos propor que a preposição *de* seria a realização fonológica desse núcleo Aplicativo e que, por ser concatenado abaixo do VP, se trata de um núcleo aplicativo do tipo Afetado (cf. Pylkkänen 2002, Cuervo 2003). Nesta posição, o DP *o nutricionista* recebe papel de afetado:

(24)



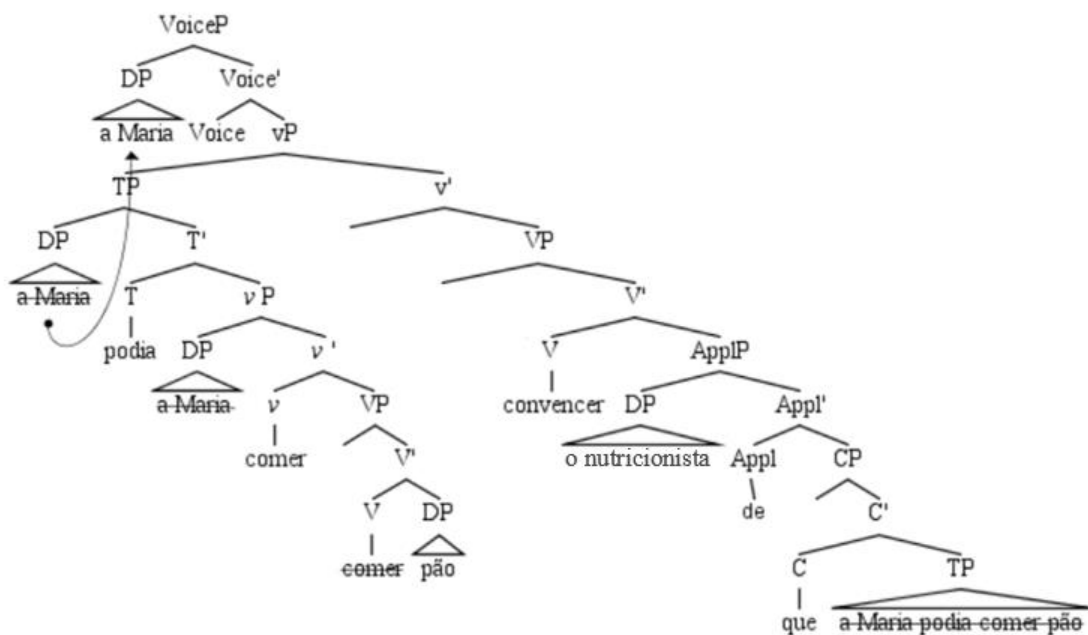
O verbo *convencer* então entra na estrutura se concatenando ao TP. Quando *v* entra na estrutura, o DP *a Maria* vai cruzar o DP *o nutricionista* sem violar MLC ou MR, seguindo a operação *smuggling* proposta por Collins (2005a): o TP contendo o DP *a Maria* vai sofrer *smuggling* para uma posição que c-comande o DP *o nutricionista*:

(25)



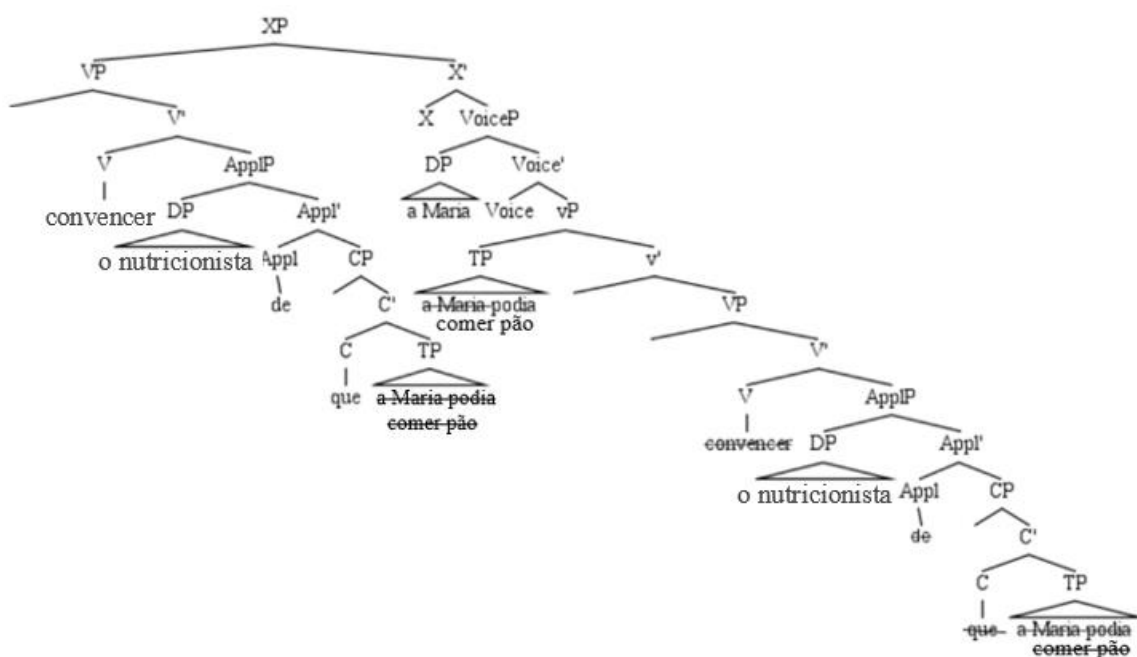
Quando Voice entra na estrutura, o DP *o nutricionista* não pode se mover por já ter seu caso checado, mas o DP *a Maria* pode. Nesta posição, *a Maria* recebe o papel de argumento externo de *convencer*:

(26)



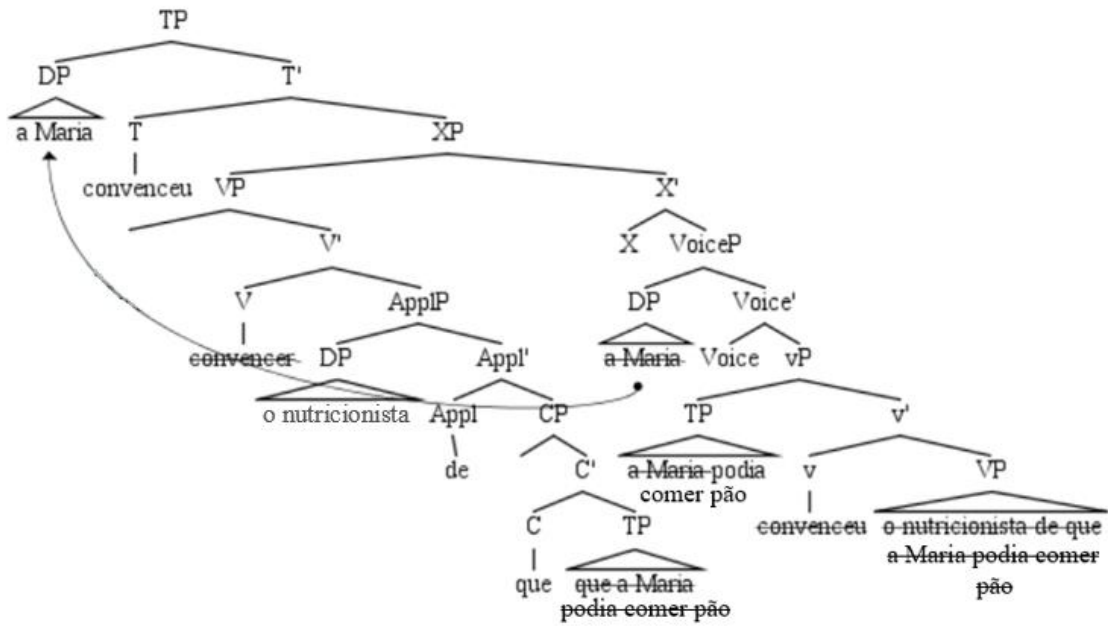
A derivação então continua em (27): o VP sofre extraposição para a posição de especificador de um núcleo X. Aqui, assim como proposto por Collins (cf. (7) acima), a extraposição é um exemplo de movimento remanescente, visto que *a Maria podia comer pão* já foi alçado para fora da oração encaixada antes da extraposição.

(27)



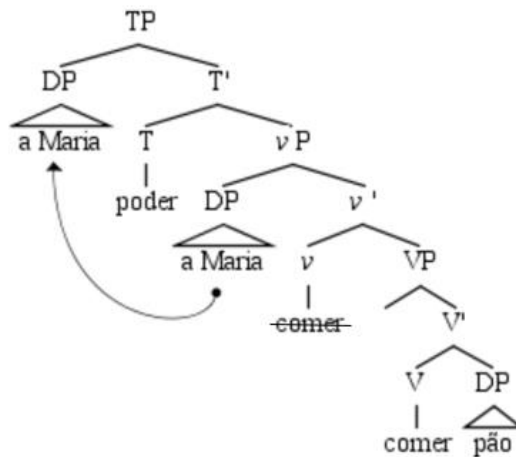
Por fim, T entra na estrutura, se concatenando ao XP, e *a Maria* se move para o especificador de TP, estabelecendo uma relação de *Agree* entre eles. Todas as cópias mais baixas são apagadas, gerando a ordem linear que vimos em (22): *A Maria convenceu o nutricionista de que podia comer pão*:

(28)



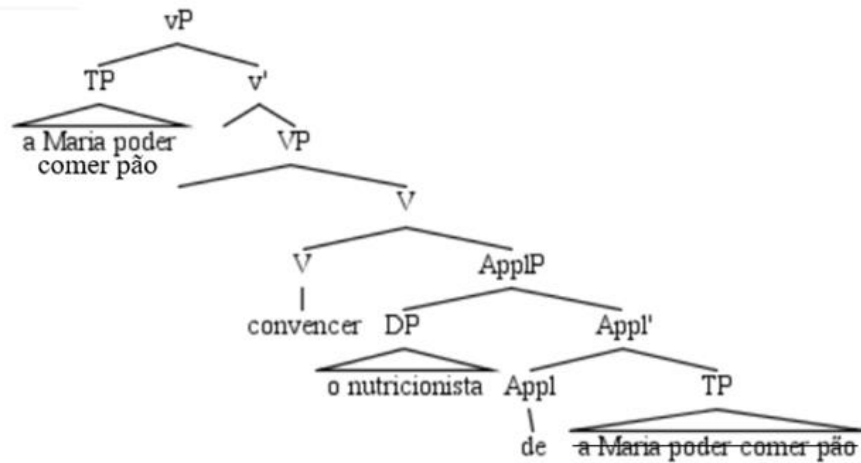
A mesma derivação pode ser aplicada às construções com orações subordinadas infinitivas, que iniciariam como em (29), com o DP *a Maria* sendo o argumento externo de *poder comer* e *pão* o argumento interno:

(29)



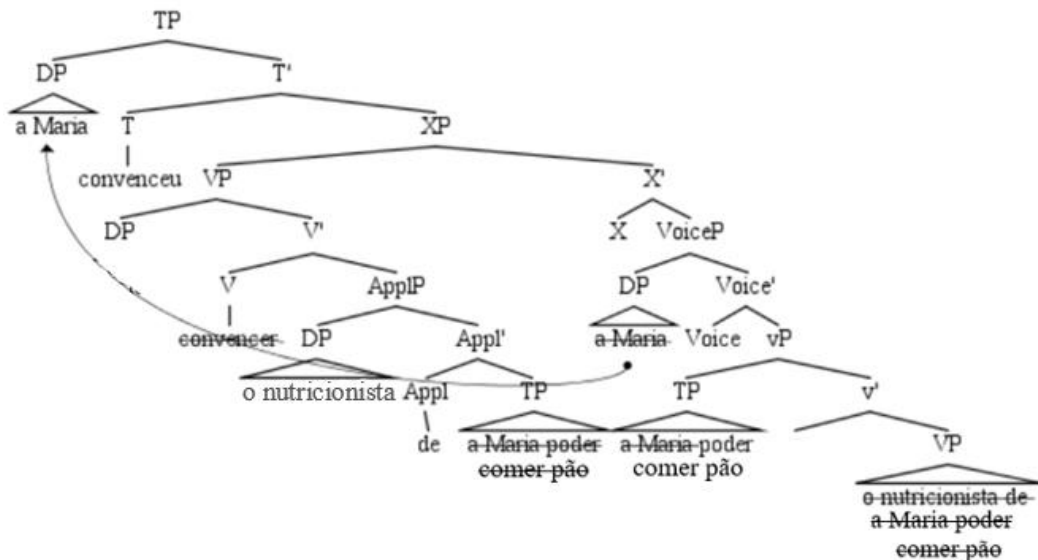
A derivação segue com a entrada do núcleo Aplicativo *de*, e o DP *o nutricionista* entrando na estrutura na posição de especificador de ApplP. A derivação continua até que *vP* entra na estrutura e o TP encaixado sofre *smuggling* para o Spec de *vP*, fazendo com que *a Maria* cruze *o nutricionista* sem violar minimalidade:

(30)



A derivação continua, com *a Maria* subindo para o Spec de VoiceP, recebendo o papel de argumento externo de *convencer*. Seguindo a proposta de Collins, o VP sofre extraposição para o Spec de XP. Por fim, o DP *a Maria* sobe para a posição de especificador de TP, gerando a ordem linear correta da sentença *A Maria convenceu o nutricionista de poder comer pão*:

(31)



5.4. Comparando as estruturas de leitura de sujeito com as de leitura de objeto

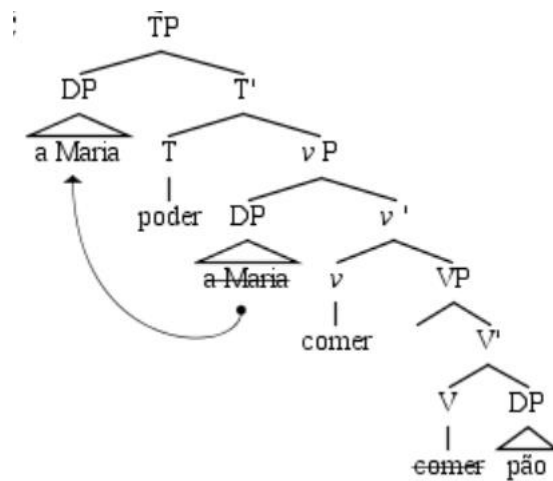
A proposta que trazemos nesse capítulo é que, diferente das construções com *convencer + que* sem preposição, as construções com *convencer + preposição (de,a)* com leitura de sujeito e de objeto têm Aplicativo do tipo Baixo/Afetado em suas estruturas.

Vamos assumir que *v*, quando completo, é responsável pelo Caso acusativo; que o núcleo Voice é quem introduz o argumento externo; e que a leitura de qual elemento retomará o sujeito nulo encaixado vai depender de qual elemento é concatenado ao Spec,ApplP.

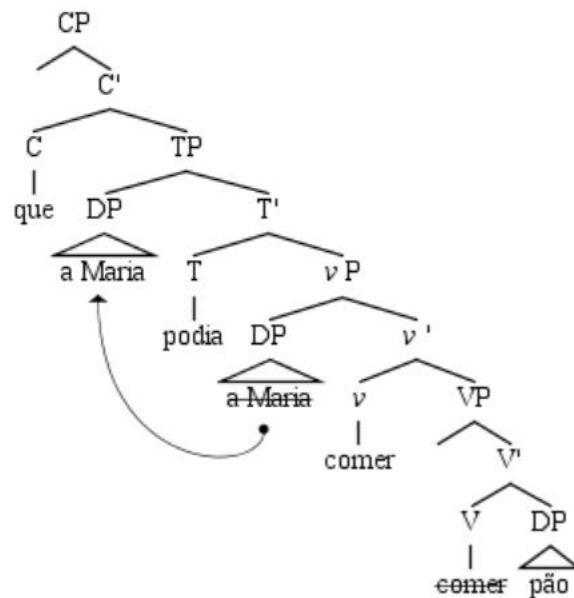
A proposta seria que, nessas construções, o T encaixado não atribui Caso a seu sujeito e este precisa se mover para receber Caso. Quando ApplP entra na estrutura, temos duas opções de derivação: se não houver algum elemento no sub-arranjo da Numeração (Chomsky, 2018) para preencher a posição de Spec,ApplP, o sujeito encaixado se move, gerando a leitura de objeto sem a necessidade da operação *smuggling*; e, se houver um elemento no sub-arranjo da Numeração para preencher Spec,ApplP, *Merge-over-Move* se aplica e um elemento é introduzido a esta posição. Nestes casos, a operação *smuggling* se torna obrigatória para permitir a atribuição do papel-theta externo da matriz e permitir que o sujeito encaixado se mova para receber Caso.

Assim, propomos que a oração subordinada das duas construções (com leitura de objeto e de sujeito) se iniciará da mesma forma, formando um TP nas subordinadas infinitivas (cf. (32a)) ou um CP nas subordinadas finitas (cf. (32b)):

(32) a. orações subordinadas infinitivas



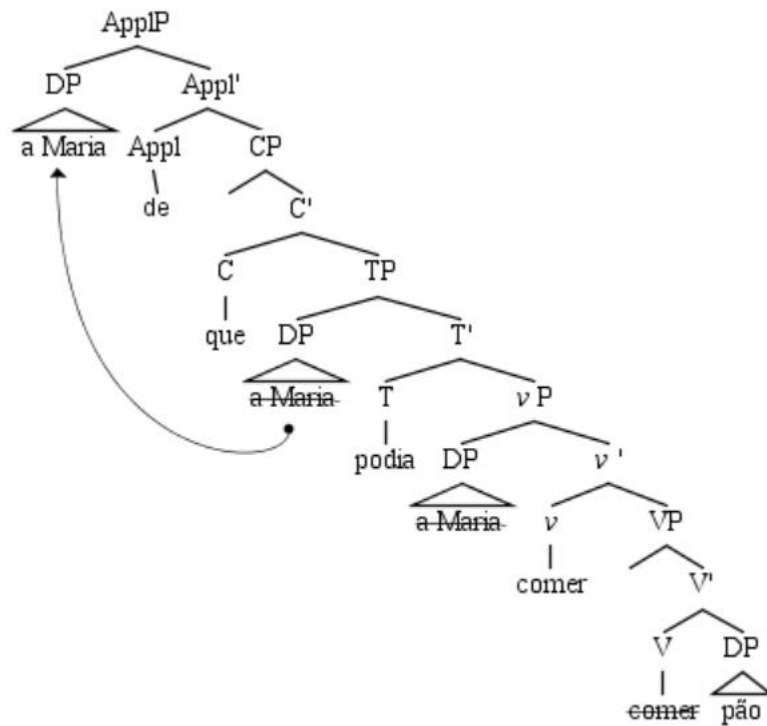
b. orações subordinadas finitas



Passamos agora para a derivação de cada uma das leituras:

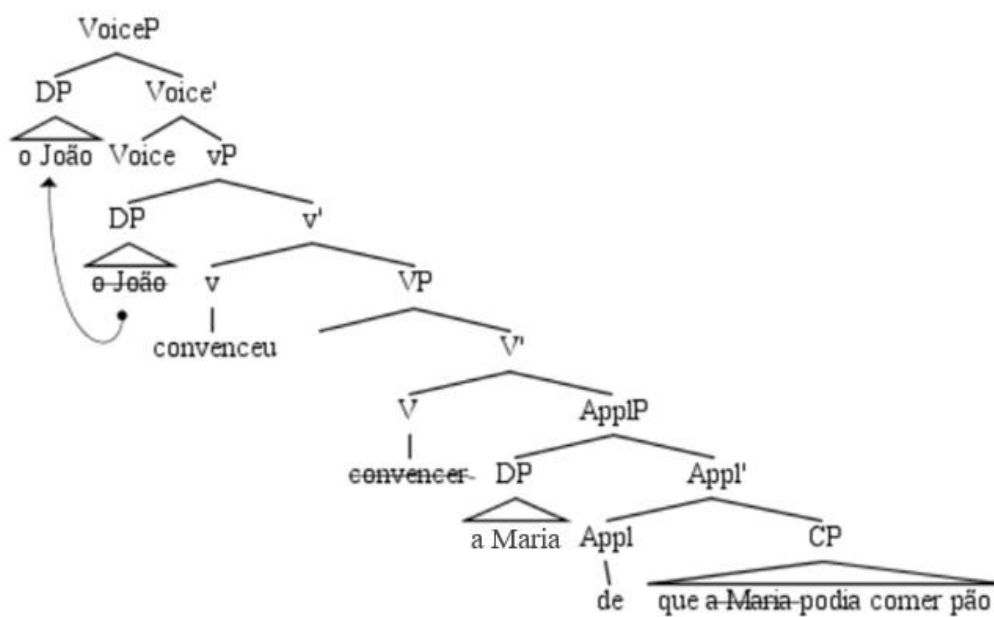
Nas construções com sujeito nulo com leitura de objeto, propomos que o TP encaixado não atribua Caso ao seu sujeito *a Maria*, e que, quando ApplP entra na estrutura, não haja nenhum item disponível no sub-arranjo da Numeração para preencher seu especificador. O DP *a Maria* então tem de subir para preencher a posição de Spec,ApplP, recebendo papel de Afetado nesta posição:

(33)



A derivação continua e, quando vP entra na estrutura, o DP *o João* se concatena ao especificador de vP. Por fim, *o João* sobe para Spec, VoiceP e recebe papel de argumento externo, gerando a leitura do sujeito nulo encaixado retomando o objeto da oração matriz.

(34)

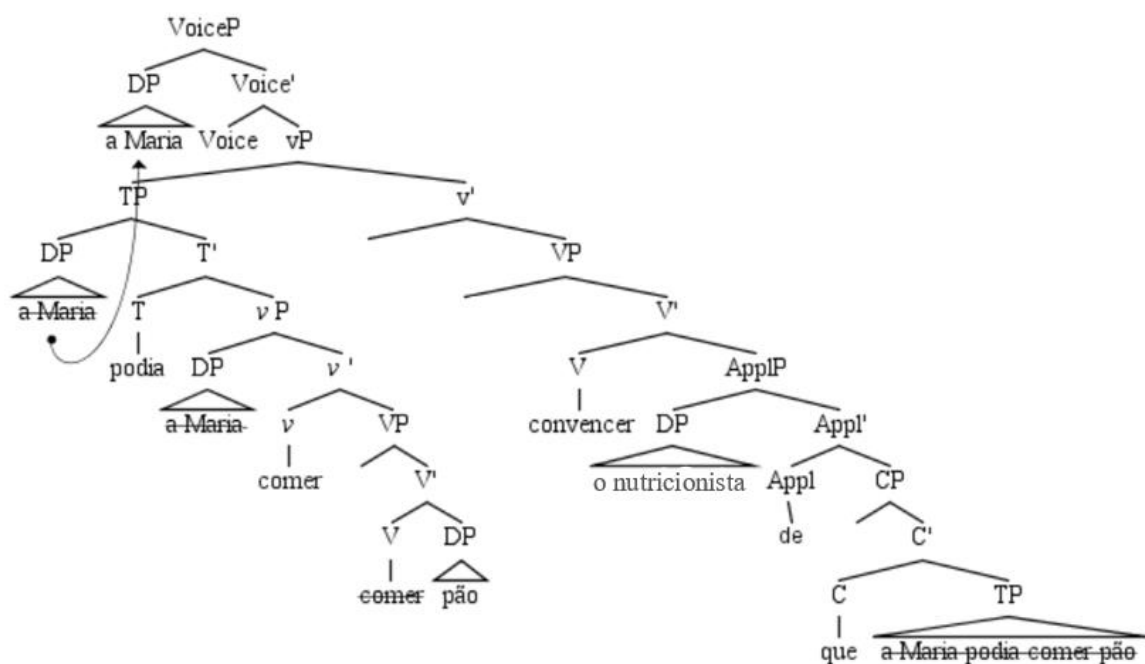


Já nas construções com sujeito nulo com leitura de sujeito, propomos que o TP encaixado também não atribua Caso ao seu sujeito, mas que, diferente da derivação que gerou a leitura de objeto, há um item disponível no sub-arranjo da Numeração para preencher a posição de Spec,ApplP, a saber, o DP *o nutricionista*:

(35)

A derivação continua conforme vimos na seção anterior, com o ν P entrando na estrutura. Neste ponto da derivação temos duas questões a resolver: (i) não há mais itens na Numeração que possam se concatenar a Spec, ν P e que possam se mover para Spec,VoiceP para receber o argumento externo de *convencer*; e (ii) o DP *a Maria* precisa se mover para ter Caso checado. A operação *smuggling* (Collins 2005a,b) é então ativada, com o TP encaixado subindo para Spec, ν P da matriz, cruzando *o nutricionista* sem violar Minimalidade. Por fim, o DP *a Maria* sobe para Spec,VoiceP recebendo papel de argumento externo nesta posição:

(36)



Ainda seguindo Collins, o VP da encaixada sobe por extraposição para Spec, XP.

Por fim, *a Maria* sobe para Spec de TP, gerando a ordem linear correta e a leitura do sujeito nulo encaixado retomando o sujeito da oração matriz.

(37)

5.5. Conclusão do Capítulo

Como vimos neste capítulo, a estrutura proposta para *convencer* com leitura de sujeito apresentando núcleos Aplicativos do tipo Afetado e com a implementação técnica da operação de *smuggling*, gera a ordem linear correta dessas construções e permite que o papel de argumento externo de *convencer* seja atribuído. Argumentamos, portanto, que as construções com *convencer* com leitura de sujeito tenham núcleos Aplicativos do tipo Afetado em suas estruturas e que a preposição *de* seria um reflexo desse núcleo Aplicativo e que a derivação se dê conforme apresentamos em (34) e (37).

Conforme apontado por Elaine Grolla (comunicação pessoal), em um extenso banco de dados de fala natural de oito crianças entre um ano e dois meses a quatro anos de idade e vinte e três adultos não foram encontrados nenhum dado de sentenças com verbos do tipo *convencer*. Isto pode estar ligado à complexidade dessas estruturas, com núcleos aplicativos e *smuggling*, o que parece estar refletindo na dificuldade na aquisição desse tipo de construção.

No próximo capítulo, voltaremos às perguntas centrais apresentadas no capítulo introdutório e traremos nossas respostas à luz dos testes e estruturas propostas no decorrer deste trabalho.

CAPÍTULO 6: CONCLUSÃO

6.1. Introdução

O objetivo desse trabalho foi responder as seguintes perguntas:

- (i) Há ou não uma ambiguidade de julgamento para o sujeito nulo em verbos do tipo *convencer* na presença da preposição *de*?
- (ii) Há ou não uma diferença estrutural nas construções com verbos do tipo *convencer* com leitura de sujeito com e sem *de*?
- (iii) Há ou não uma diferença estrutural nas construções com verbos do tipo *convencer* com leitura de sujeito comparadas às construções com leitura de objeto?
- (iv) Quais são as diferenças estruturais nas construções com *convencer* que geram as diferentes leituras para o sujeito nulo encaixado: ora retomando o sujeito, ora retomando o objeto da matriz?

Nas seções 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5 deste capítulo, iremos rever cada uma dessas questões à luz dos testes, discussões e estruturas apresentadas no decorrer deste trabalho.

A seção 6.6 concluirá o trabalho.

6.2. Ambiguidade da preposição *de*

A primeira pergunta deste trabalho foi a seguinte:

- (i) Há ou não uma ambiguidade de julgamento para o sujeito nulo em verbos do tipo *convencer* na presença da preposição *de*?

Nossa resposta é que sim. Vimos, no capítulo 3, exemplos retirados de jornais online que evidenciam que temos a possibilidade de leitura do sujeito nulo encaixado retomando o sujeito ou o objeto da matriz nas construções com *convencer* + *de que* + oração finita (cf. (1a) e (1b)); assim como a possibilidade de termos o sujeito nulo encaixado retomando o sujeito ou o objeto da matriz nas construções com *convencer* + *de* + oração infinitiva (cf. (1c) e (1d)).

- (1)
 - a. **The Rock** canta para convencer a filha **de que é** Maui em vídeo.⁷⁰
 - b. As alunas tentam, sem sucesso, convencer **a mãe de que deve** tirar as crianças de perto do córrego imundo.⁷¹
 - c. **O faixa-preta da ZR Team** comentou sobre início na modalidade, as dificuldades e como convenceu a família **de ser** lutador.⁷²
 - d. Com a ajuda de Febo, Cíntia convenceu **o pai de deixar** a plebeia costurar o ferimento.⁷³

6.3. *Convencer + que vs. convencer + de que com leitura de sujeito*

A segunda pergunta deste trabalho foi a seguinte:

- (ii) Há ou não uma diferença estrutural nas construções com verbos do tipo *convencer* com leitura de sujeito com e sem *de*?

Nossa resposta é que sim. Vimos no capítulo 3 um teste de pronominalização da oração subordinada (baseado em Larson 1991 e Baker 1996) no qual o julgamento de gramaticalidade para as construções com *convencer + que + oração finita* (cf. (2)) difere em relação às construções com *convencer + de que + oração finita* (cf. (3)).

- (2)
 - a.*O cliente convenceu o vendedor o quê?
 - b. (**O cliente** convenceu o vendedor) **que *ec* merecia** um bom desconto.
- (3)
 - a. O cliente convenceu o vendedor do quê?
 - b. (**O cliente** convenceu o vendedor) **de que *ec* merecia** um bom desconto.

Da mesma forma, no teste de extração de *wh/PP* complemento, tivemos uma diferença de julgamento nas duas construções: *convencer + que + oração finita* (cf. (4a)) não permite esse tipo de extração, enquanto as construções com *convencer + de que + oração finita* (cf. (4b)) permitem:

⁷⁰<https://ricmais.com.br/entretenimento/moana-the-rock-canta-para-convencer-filha-de-que-e-maui-em-video-veja/> acessado em 10/08/20 às 16:25.

⁷¹ <https://www.scielo.br/j/rbem/a/PvscdhGKBq6cMKnCWdmzC7K/?format=pdf&lang=pt> acessado em 17/05/22 às 17:30.

⁷² [Gabriel lembra escolha do Jiu-Jitsu como profissão: 'A família que que você seja médico, não atleta' - YouTube](#) acessado em 28/07/22 às 10:25.

⁷³https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlije/2016/TRABALHO_EV063_MD1_SA15_ID798_20072016124524.pdf acessado em 23-03-2022 às 18:45.

- (4) a. *[Como]_i **a adolescente** convenceu os pais **que [ec podia** se vestir para a festa t_i]?
- b. [Como]_i **a adolescente** convenceu os pais **de que [ec podia** se vestir para a festa t_i]?

Um ponto a observar nestes e em todos os testes deste trabalho (cf. Nunes, comunicação pessoal) é que a preposição *de* é obrigatória com *convencer* + *infinitivo*:

- (5) a. *A Maria convenceu o João_i t_i sair.
- b. *A Maria_k convenceu o João t_k poder sair.

Essas diferenças em (3) e (4) e a agramaticalidade de (5) evidenciam que, ao contrário do que foi proposto por Nunes (2009), a preposição *de* não é espúria, pois contribui para a gramaticalidade das construções.

6.4. Leitura de sujeito vs. leitura de objeto

A terceira pergunta deste trabalho foi a seguinte:

- (iii) Há ou não uma diferença estrutural nas construções com verbos do tipo *convencer* com leitura de sujeito comparadas às construções com leitura de objeto?

Nossa resposta é que sim. Vimos no teste de *heavy-NP-shift* apresentado no capítulo 3, que temos julgamento de gramaticalidade diferentes para as construções com leitura de sujeito (cf. (6)) comparadas às construções com leitura de objeto (cf. (7)):

- (6) a. *[**A Maria** convenceu t_i [**de ec estar** grávida] [todos os meus amigos]_i
- b. *[**A Maria** convenceu t_i [**de que ec estava** grávida] [todos os meus amigos]_i
- c. *[**A Maria** convenceu t_i [**que ec estava** grávida] [todos os meus amigos]_i
- (7) a. O médico convenceu t_i [**a ec engravidar** logo] [**a mulher** que mora no apartamento ao lado]_i
- b. O médico convenceu t_i [**de ec estar** grávida] [**a mulher** que mora no apartamento ao lado]_i
- c. O médico convenceu t_i [**de que ec estava** grávida] [**a mulher** que mora no apartamento ao lado]_i

A agramaticalidade das sentenças em (6) pode estar relacionada ao fato de as construções com leitura de sujeito terem a operação *smuggling* em sua estrutura, o que parece estar impedindo que *heavy-NP-shift* ocorra.

Passando para o teste de intencionalidade do argumento externo (baseado em Coelho 2018), temos mais uma vez julgamentos distintos para as construções com leitura de sujeito (cf. (8)) comparadas às construções com leitura de objeto (cf. (9)):

- (8) *Convencer* (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz): intencionalidade
- a. Sem precisar fazer nada, **a Maria_i** convenceu o nutricionista **de t_i poder** voltar a comer pão.
 - b. Sem precisar fazer nada, **a Maria_i** convenceu o nutricionista **de que t_i podia** voltar a comer pão.
 - c. Sem precisar fazer nada, **a Maria_i** convenceu o nutricionista **que t_i podia** voltar a comer pão.
- (9) *Convencer* (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz): intencionalidade
- a. # Sem precisar fazer nada, o João convenceu a Maria_i a t_i engravidar logo.
 - b. # Sem precisar fazer nada, o João convenceu a Maria_i de t_i engravidar logo.
 - c. # Sem precisar fazer nada, o João convenceu a Maria_i de que t_i precisava engravidar logo.

Segundo Janayna Carvalho (comunicação pessoal) essa diferença pode estar mais relacionada às diferenças semânticas entre sujeito e objeto do que uma diferença estrutural entre as duas leituras. Outrossim, Elaine Grolla (comunicação pessoal) apontou que construções como (9) são possíveis usando outros verbos na oração encaixada, como *estudar*. Assim sendo, um estudo mais aprofundado com outros verbos e diferentes contextos seria necessário para podermos averiguar com mais clareza se essa diferença em (8) e (9) evidenciarão que as construções com leitura de sujeito têm estruturas diferentes das construções com leitura de objeto.

Um teste mais iluminador ao evidenciar as diferenças estruturais entre as construções com sujeito nulo com leitura de sujeito e com leitura de objeto é o teste de passivização (Larson 1988, 1991).

Lembremos, conforme vimos na seção 3.5.3 deste trabalho, passivização só é possível nas construções com verbos do tipo *convencer* quando o sujeito nulo encaixado retoma o objeto da oração matriz (cf. (10)) e não quando este sujeito nulo encaixado retoma o sujeito da matriz (cf. (11)):

- (10) *Convencer* (sujeito nulo com leitura de objeto da matriz): passivização
- a. O João convenceu a Maria_k a *t_k* engravidar.
 - a'. A Maria_k foi convencida pelo João a *t_k* engravidar.
 - b. O João convenceu a Maria_k de *t_k* dever engravidar logo.
 - b'. A Maria_k foi convencida pelo João de *t_k* dever engravidar logo.
 - c. O João convenceu a Maria_k de que *t_k* precisava engravidar logo.
 - c'. A Maria_k foi convencida pelo João de que *t_k* precisava engravidar logo.
- (11) *Convencer* (sujeito nulo com leitura de sujeito da matriz): passivização
- a. A Maria_k convenceu o João de *t_k* poder engravidar.
 - a'. *O João foi convencido pela Maria_k de *t_k* poder engravidar.
 - b. A Maria_k convenceu o João de que *t_k* podia engravidar.
 - b'. *O João foi convencido pela Maria_k de que *t_k* podia engravidar.
 - c. A Maria_k convenceu o João que *t_k* podia engravidar.
 - c'. *O João foi convencido pela Maria_k que *t_k* podia engravidar.

Se considerarmos, conforme vimos na seção 5.2.2 deste trabalho, que apenas as construções com sujeito nulo e leitura de sujeito que tenham *smuggling*, conseguimos entender a razão de não ser possível termos passiva nestas construções: como toda passiva, seguindo Collins (cf. subseção 5.2.2), já tem uma operação *smuggling*, não seria possível termos uma segunda operação de *smuggling*.

Já nas construções com sujeito nulo encaixado retomando o objeto da matriz, conforme vimos, não temos a operação *smuggling*, podendo, portanto, sofrer *smuggling* para derivar as construções passivas.

Esse teste não só nos mostra como as estruturas são diferentes, como também corrobora nossa análise de que as construções com leitura de sujeito tenham operação *smuggling* em sua estrutura.

6.5. Estrutura das construções com leitura de sujeito vs. leitura de objeto

A quarta e última pergunta deste trabalho foi a seguinte:

- (iv) Quais são as diferenças estruturais nas construções com *convencer* que geram as diferentes leituras para o sujeito nulo encaixado: ora retomando o sujeito, ora retomando o objeto da matriz?

Sobre a pergunta em (iv), propomos nessa pesquisa a existência de três tipos diferentes de estruturas: (i) as construções com *convencer* + *que* + oração finita com sujeito nulo com leitura de sujeito, em que a oração subordinada se comporta como adjunto (cf. explorado no capítulo 2); (ii) *convencer* + *de que* + oração finita, *convencer* + *de* + oração infinitiva com sujeito nulo com leitura de sujeito ou objeto, cujas preposições *de* são a realização fonológica do núcleo aplicativo do tipo Afetado (capítulos 4 e 5); e (iii) *convencer* + *a* + oração infinitiva com sujeito nulo com leitura de objeto, que às vezes se comporta como as construções de (i), como no teste de pronominalização de complemento oracional, e às vezes se comporta como as construções de (ii), como no teste de extração de *wh*/PP complemento.

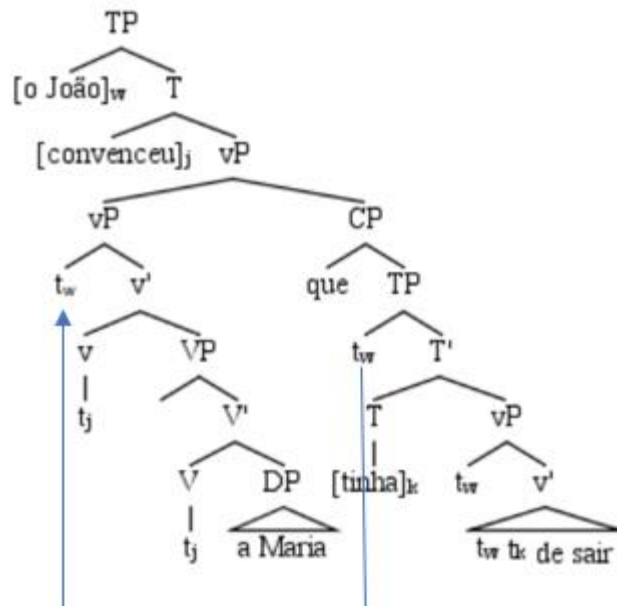
Vejamos agora as conclusões feitas sobre cada uma das subcategorizações dos verbos do tipo *convencer*:

Começando com as construções com *convencer* + *a* + oração infinitiva com leitura de objeto, conforme apontado por Torres-Morais (comunicação pessoal), não temos evidências suficientes para generalizarmos e as compararmos às demais construções com *convencer* e leitura de objeto. Isso se dá por duas razões: primeiramente, as construções com a preposição *de* tem a possibilidade de gerar duas leituras, enquanto as construções

com a preposição *a*, assim como as construções sem preposição, só geram uma leitura (de objeto e de sujeito, respectivamente). Uma segunda razão seria que, conforme vimos nos testes de extração, *convencer + a* se comportava de maneira análoga às construções com *convencer + que* não permitindo pronominalização do complemento oracional, ao passo que as demais construções com *convencer + de* permitiam, independente da leitura. Portanto, testes futuros mais detalhados sobre essas construções nos ajudarão a entender melhor como *convencer + a* funciona.

Passando para as construções com *convencer + oração finita* sem preposição e com o sujeito nulo retomando o sujeito da oração matriz vimos, no capítulo 2, que sua oração encaixada se comporta como um adjunto e o sujeito nulo dentro dessa encaixada se move lateralmente para a posição de sujeito da oração matriz antes da encaixada se tornar um adjunto, gerando a leitura de controle de sujeito. Vimos também, conforme Rodrigues (2000, 2004) que a única leitura possível para o sujeito encaixado dessa estrutura é retomando o sujeito da matriz⁷⁴:

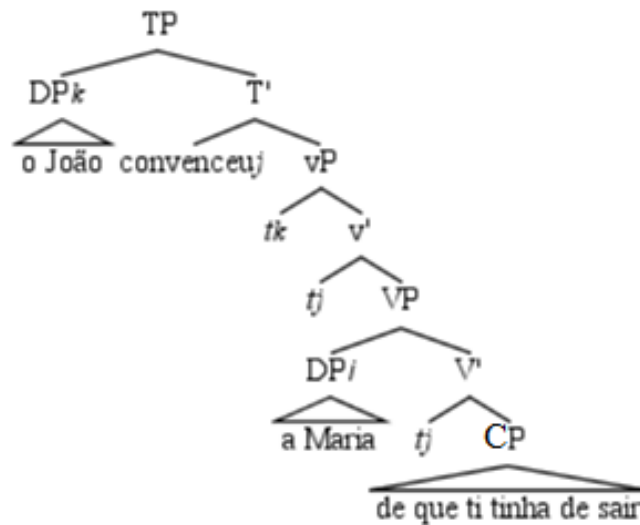
(12)



⁷⁴ Estrutura baseada em Rodrigues 2004, com implementações técnicas de Ferreira 2004 e Nunes 2020: o sujeito encaixado se move lateralmente da posição de Spec,TP da encaixada para a posição de Spec,vP da oração matriz.

Para as construções *convencer + de + oração infinitiva* e *convencer + de que + oração finita* com leitura de objeto da matriz, mostramos duas opções de derivação: a primeira, proposta por Nunes (2009) e exposta no capítulo 2 deste trabalho, é que a preposição *de* é o reflexo do Caso inerente atribuído à oração encaixada, tornando-a complemento e fazendo com que o sujeito nulo dentro dessa encaixada suba por movimento *upward* para a posição mais próxima, gerando a leitura de objeto.

(13)

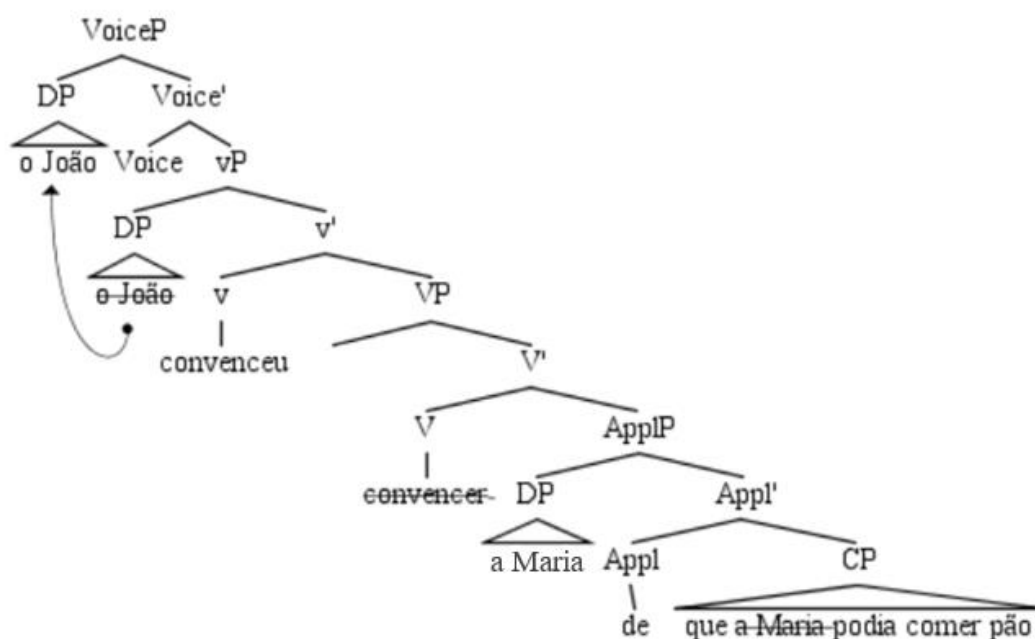


O problema dessa derivação está na impossibilidade de a replicarmos para as construções com *convencer + de que + oração finita* e *convencer + de + oração infinitiva* com leitura de sujeito: se a preposição é reflexo do Caso inerente atribuído à encaixada, e esta se torna inativa para movimentos futuros, como o sujeito encaixado vai conseguir subir para a posição de sujeito da oração matriz? Vimos, também no capítulo 2, a solução que Nunes (2009) propõe para essa questão considerando a preposição dessas construções como espúria. Porém, conforme vimos no capítulo 3, e repetimos acima sobre a questão (ii), essa opção não seria viável.

Propomos então neste trabalho uma segunda opção de derivação, que expus no capítulo 4, onde considero que a preposição *de* é a realização fonológica de um núcleo

Aplicativo do tipo Afetado. Nesta estrutura, o sujeito nulo dentro da encaixada também sobe para a oração matriz; porém, para a posição de Spec,ApplP e não de Spec,VP. Assumimos que esse movimento acontece pois o T encaixado não atribui Caso ao seu sujeito e este deve se mover para recebê-lo. Essa derivação gera a leitura de sujeito nulo encaixado controlado pelo objeto da oração matriz:

(14)



Nesta estrutura, o DP argumento externo da matriz é selecionado da Numeração e recebe papel temático de VoiceP.

Para as construções com *convencer* + *de* + *oração infinitiva* e *convencer* + *de que* + *oração finita* com leitura de sujeito da matriz, propus no capítulos 5, que estas também possam Aplicativos do tipo Afetado em sua estrutura. A diferença seria que, ao invés do sujeito encaixado subir para Spec,ApplP, um item da Numeração que se concatena para esta posição. Quando vP entra na estrutura, não há mais itens da Numeração para se concatenar a seu Spec e subir para Spec, VoiceP e receber papel de argumento externo da matriz; por tal razão, a operação *smuggling* (Collins 2005a,b), é ativada. O TP contendo

o sujeito encaixado se move para Spec,vP cruzando o argumento interno da matriz, sem violar Minimalidade, e a derivação continua até que esse sujeito encaixado receba papel de argumento externo de *convencer* em Spec,VoiceP. Essa derivação gera a leitura de sujeito nulo encaixado controlado pelo sujeito da oração matriz:

(15)

6.6. Conclusão

Conforme vimos nas seções anteriores e no decorrer deste trabalho, as estruturas propostas nos capítulos 4 e 5 seguindo a proposta de núcleos Aplicativos cf. (Pylkkänen 2002, Cuervo 2003, Torres-Morais 2007, Pujalte 2009 e Armelin 2011), dão conta da linearidade e das diferentes leituras para o sujeito nulo nas construções com verbos do tipo *convencer + de + oração finita* e *convencer + de + oração infinitiva*. Outrossim, a operação *smuggling* (Collins 2005a,b) resolve a questão de como a leitura do sujeito nulo retomando o sujeito pode ser derivada sem violação de Minimalidade.

Referências Bibliográficas

- ARMELIN, P. R. G. **Sentenças bitransitivas do português do Brasil revistas à luz da teoria de núcleos funcionais aplicativos**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- BAKER, M. **Thematic Roles and Syntactic Structure**. [S.l.]: [s.n.], 1996.
- BALTIN, M. Movement to the higher V is remnant movement. **Linguistic Inquiry** 33, 2002. 653–659.
- BARSS, A.; LASNIK, H. A note on anaphora and double objects. **Linguistic Inquiry** 17, 1986. 347-354.
- BOSKOVIC, Z. **Be careful where you float your quantifiers**. Ms. Storrs: University of Connecticut, 2003.
- CHAO, W. The interpretation of null Subjects: Brazilian Portuguese. **Cahiers Linguistiques d'Ottawa**, 11, 1983. p. 69-74.
- CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. Some notes on economy of derivation and representation. In: ROBERT FREIDIN, E. **Principles and parameters in comparative grammar**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1991. p. 417 – 454.
- CHOMSKY, N. **Language and thought**. Wakefield: RI: Moyer, Bell, 1993.
- CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. Cambridge: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N. **On language: Chomsky's classic works**. Language and Responsibility and Reflections on Language. New York: The New Press, 1998.
- COELHO, C. S. **Os diferentes comportamentos do verbo convencer: diferentes estruturas?** Apresentação Alfalito. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba. 2018.
- COLLINS, C. A Smuggling Approach to Raising in English. **Linguistic Inquiry**, 36, Abril 2005a. 289 - 298.
- COLLINS, C. A Smuggling Approach to the Passive in English. **Syntax**, New York, 8, 2005b. 81 - 120.
- CUERVO, C. **Datives at large Tese de Mestrado**. Massachusetts: MIT, 2003.
- DUARTE, M. E. **A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro. Doctoral dissertation**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- EPSTEIN, S. D. et al. **A derivational approach to syntactic relations**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- FERREIRA, M. **Argumentos nulos em português brasileiro. Tese de Mestrado**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

- FERREIRA, M. Hyperraising and null subjects in Brazilian Portuguese. **MIT Working Papers in Linguistics**, Massachusetts, 47, 2004. 57-85.
- FERREIRA, M. Null subjects and finite control in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. **Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009. p. 17-49.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. **A posição do sujeito no português brasileiro**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 387-408.
- GALVES, C. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- HALE, K.; KEYSER, S. J. Prolegomenon to a theory of argument structure. **Linguistic Inquiry Monograph**, Cambridge, Mass., 1995.
- HARLEY, H. **Subjects, events and licensing. PhD Dissertation**. Massachusetts: MIT, 1995.
- HARLEY, H. **If you have, you can give**. Proceedings of WCCFL 15, eds. Irvine, California: Brian Agbayani & Sze-Wing Tang. 1997. p. 193-208.
- HIGGINBOTHAM, J. Reference and Control. In: LARSON, R., et al. **Control and Grammar**. Dordrecht: Kluwer., 1992.
- HOLMBERG, A.; NAYUDU, A.; SHEEHAN, M. Three partial null-subject languages: A comparison of Brazilian Portuguese, Finnish and Marathi. **Studia Linguistica** 63, 2009. 59-97.
- HORNSTEIN, N. Movement and Control. **Linguistic Inquiry**, 30, 1999. 69-96.
- HORNSTEIN, N. **Move! A Minimalist Theory for Construal**. Oxford: Blackwell, 2001.
- HORNSTEIN, N.; WEINBERG, A. On the Necessity of LF. **The Linguistic Review**, 7, 1999. 129-67.
- JONAS, D. Icelandic raising constructions. **Talk presented at Stony Brook University**, October 2003.
- KATO, M. A. Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. **Probus** 11, 1999. 1-37.
- KATO, M. A.; MARTINS, A. M.; NUNES, J. M. **The Syntax of Portuguese**. Cambridge: Cambridge University Press, (a sair).
- KATO, M. A.; NEGRÃO, E. Brazilian Portuguese and the null subject parameter. **Iberoamericana and Vervuert**, Madrid and Frankfurt am Main, 2000.
- KAYNE, R. Overt versus covert movement. **Syntax** 1(2), 1998. 128-191.

- KAYNE, R. **Parameters and universals**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- KAYNE, R. **Prepositions as Probes**. Ms. New York: New York University, 2001.
- KITAHARA, H. **Elementary operations and optimal derivations**. Cambridge, Mass.: MIT Press., 1997.
- KRATZER, A. Severing the External Argument from its Verb. In: (EDS.), J. R. & L. Z. **Phrase Structure and the Lexicon**. Dordrecht: Publishers, Kluwer Academic, 1996.
- KRATZER, A. **Telicity and the meaning of objective case**. Amherst: University of Massachusetts , 2002.
- LARSON, R. On the Double Object Construction. **Linguistics and Philosophy** , 11, 1988. 169 - 201.
- LARSON, R. K. Promise and the theory of control. **Linguistic Inquiry**, 22, n. 1, 1991.
- LASNIK, H. Remarks on Coreference. **Linguistic Analysis**, 2, 1976. 1-22.
- LASNIK, H. On the Necessity of the Binding Conditions. In: LASNIK, H. **Essays on Anaphora**. Dordrecht: Kluwer, 1989.
- LEVIN, B. & R. M. **Unaccusativity**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.
- LEVIN, B. Objecthood: an event structure perspective. **CLS 35**, 1 The Main Session, 1999.
- MARANTZ, A. **On the nature of grammatical relations**. Cambridge Mass. : MIT Press., 1984.
- MCGINNIS, M. Locality and inert Case. In: TAMANJI, P.; KUSUMOTO, K. **CLS 35**. Amherst: University of Massachusetts: GLSA, v. 1, 1998. p. 267–281.
- MODESTO, M. **On the identification of null arguments**. **Ph.D dissertation**. California: University of South California., 2000.
- MODESTO, M. Topic Prominence and Null Subjects: The Limits of Syntactic Variation. **Linguistics Today**, Amsterdam, 132, 2008. 375-409.
- MODESTO, M. Finite control: Where movement goes wrong in Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics 10**, 2011. 3-30.
- MÜLLER, G. **Incomplete category fronting**. Dordrecht: Kluwer, 1998.
- NEGRÃO, E. **Anaphora in Brazilian Portuguese complement structures**. **Doctoral dissertation**. Wisconsin: University of Wisconsin, 1986.
- NEGRÃO, E. V. **O Português Brasileiro: Uma Língua Voltada para o Discurso**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: University of São Paulo, 1999.
- NEGRÃO, E.; MÜLLER, A. As Mudanças no Sistema Pronominal Brasileiro: Substituição ou Especialização de Formas. **D.E.L.T.A. 12**, 1996. 125-152.

- NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Brazilian Portuguese as a Discourse-Oriented Language. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**. [S.l.]: [s.n.], 2000.
- NUNES, J. **The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program, Tese de Doutorado**. College Park: Universidade de Maryland, 1995.
- NUNES, J. Sideward Movement. **Linguistic Inquiry**, v. 31, n. 2, 2001. 303-344.
- NUNES, J. Inherent Case as a licensing condition for A-movement: The case of hyper-raising constructions in Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, 7, 2008a. 83-108.
- NUNES, J. **Preposition insertion in the mapping from Spell-Out to PF**. Linguistics in Potsdam 28: Optimality Theory and Minimalism - Interface Theories. [S.l.]: [s.n.]. 2008b. p. 133-156.
- NUNES, J. **Dummy prepositions and the licensing of null subjects in Brazilian Portuguese**. Romance Languages and Linguistic Theory 2007. Amsterdam: John Benjamins. 2009. p. 243-265.
- NUNES, J. Remarks on Finite Control and Hyper-Raising in Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, 18, n. 4, 2019. 1 - 50.
- NUNES, J. Especificação Morfológica de Pronomes Nominativos, Concordância Verbal e Sujeitos Nulos em Português Brasileiro. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, 17, junho 2020. 4658-4672.
- PETERSEN, M. C. **O licenciamento do sujeito nulo em orações subjuntivas no português brasileiro: Contribuições para a teoria de controle por movimento**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- PONTES, E. **O Tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.
- PUJALTE, M. S. **Condiciones sobre la introducción de argumentos – el caso de la alternancia dativa em Español**. **Dissertação de Mestrado**. Buenos Aires: Universidad Nacional del Comahue, 2009.
- PYLKKÄNEN, L. **Introducing Arguments**. **Dissertação de Doutorado**. Massachusetts: MIT Press, 2002.
- QUIRK, R. et al. **A comprehensive grammar of the English language**. New York: Longman, 1985.
- RODRIGUES, C. Morphology and null subjects in Brazilian Portuguese. In: LIGHTFOOT, D. **Syntactic effects of morphological change**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 160-178.
- RODRIGUES, C. **Impoverished Morphology and A-movement out of Case Domains**. **Ph.D. dissertation**. Maryland: University of Maryland.

- ROSENBAUM, P. A principle Governing Deletion in English Sentential Complementation. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. **Readings in English Transformational Gramma**. Ginn, Waltham: Massachussetts, 1970.
- SAAB, A. On the notion of partial (non-) pro-drop in Romance. In: KATO, M.; ORDÓÑEZ, F. **The morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 49-77.
- SCHER, A. P. **As construções com dois objetos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1996.
- SPORTICHE, D. A theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structure. **Linguistic Inquiry** **19**, 1988. 425–449.
- THRÁINSSON, H. **On complementation in Icelandic**. New York: Garland, 1979.
- TORREGO, E. Experiencers and raising verbs. In: FREIDIN, R. **Current issues in comparative grammar**. Dordrecht: Kluwer, 1996. p. 101–120.
- TORRES-MORAIS, M. A. **Os dativos. Tese de Livre Docência**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- VISSER, F. T. **An historical Syntax of the English Language**. Brill: Leiden, 1963.
- WATANABE, A. **AGR-based Case theory and its interaction with the A-bar system. Ph.D. dissertation**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1993.